

**Segurança Climática e *Land Grabbing*: O Caso das Políticas Doméstica  
e Externa Colombianas**

**Inês Raquel Almeida Albuquerque Ferreira**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais  
– área de especialização Relações Internacionais**

**Orientação:**

**Professora Doutora Joana Castro Pereira**

**Professor Doutor Marco Lisi**

**janeiro, 2021**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Joana Castro Pereira e do Professor Doutor Marco Lisi.

# **Segurança Climática e *Land Grabbing*: O Caso das Políticas Doméstica e Externa Colombianas**

**Inês Raquel Almeida Albuquerque Ferreira**

## **Resumo**

Palavras-chave: *land grabbing*; Colômbia; política ambiental; segurança ambiental; segurança climática.

O presente trabalho de investigação incide sobre a prática do *land grabbing* na Colômbia e sobre as políticas ambientais doméstica e externa do país. Procura-se compreender de que forma tem o governo colombiano lidado com a ocorrência de *land grabbing*, tendo em conta as suas consequências ambientais – entre as quais se destaca a desflorestação. A assinatura do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) facilitou a ocorrência da prática, que tem contribuído exponencialmente para o aumento da desflorestação na Amazônia colombiana, o que acentua as alterações climáticas. Neste contexto, a investigação procura não só relacionar o *land grabbing* com a segurança climática, como também compreender o papel do governo colombiano – administrações de Álvaro Uribe (2002-2010), Juan Manuel Santos (2010-2018) e Iván Duque (2018-) – que não tem sido bem-sucedido no controlo da prática nem na redução da desflorestação, apesar do apoio internacional conseguido para o processo de paz e para a proteção da floresta. Analisam-se as paradoxais políticas ambientais domésticas e a posição do país na governação global das alterações climáticas, através da consulta e análise da literatura referente ao tema, incluindo artigos científicos, relatórios, dados oficiais e livros.

# **Climate Security and Land Grabbing: Colombia's Domestic and Foreign Policy**

**Inês Raquel Almeida Albuquerque Ferreira**

## **Abstract**

Keywords: Land grabbing; Colombia; environmental policy; environmental security; climate security.

The present research work focuses on the practice of land grabbing in Colombia and on the country's domestic and foreign environmental policy. This investigation seeks to understand how the Colombian government has dealt with land grabbing, considering the environmental consequences of this practice - of which deforestation stands out. The signing of the peace agreement with the Revolutionary Armed Forces of Colombia - People's Army (FARC-EP) facilitated the practice and contributed strongly to increase deforestation in the Colombian Amazon, which accentuates climate change. In this context, this investigation seeks not only to relate the practice of land grabbing to climate security, but also to understand the role of the Colombian government –administrations of Álvaro Uribe (2002-2010); Juan Manuel Santos (2010-2018) and Ivan Duque (2018-) – which has not been successful in reducing deforestation, despite the international support obtained for the peace process and for the protection of the Amazon rainforest. Environmental policies and the country's position in the governance of climate change are analyzed, consulting and analyzing the literature on the topic, including scientific articles, reports, official data and books.



## Índice

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução.....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>Capítulo 1- Enquadramento Teórico-Conceptual.....</b>   | <b>12</b> |
| 1.1. Definição e contexto de <i>Land Grabbing</i> .....  | 13        |
| 1.2. Segurança Climática e Antropoceno .....   | 16        |
| 1.3. A governação global das alterações climáticas e a justiça climática.....  | 21        |
| 1.4. A problemática das alterações climáticas nas Relações Internacionais .....  | 26        |
| 1.4.1. Realismo e Neorrealismo .....   | 26        |
| 1.4.2. Liberalismo e Neoliberalismo .....  | 28        |
| 1.4.3. Ecofeminismo.....   | 31        |
| 1.4.4. Neo-Marxismo .....  | 33        |
| 1.4.5. Teoria Verde.....   | 35        |
| 1.5. Antropoceno, Crise Climática e Relações Internacionais .....  | 38        |
| <b>Capítulo 2- <i>Land Grabbing</i> na Colômbia .....</b>  | <b>41</b> |
| 2.1. Considerações metodológicas .....   | 41        |
| 2.2. Enquadramento histórico.....  | 43        |
| 2.2.1. Guerra Civil Colombiana .....   | 44        |
| 2.2.2. Geografia da Colômbia .....   | 48        |
| 2.3. <i>Land Grabbing</i> na Colômbia.....   | 50        |
| 2.3.1. O papel dos atores armados.....   | 51        |
| 2.3.2. O setor empresarial.....  | 53        |
| 2.4. Consequências ambientais da prática de <i>land grabbing</i> na Amazónia colombiana e<br>segurança climática ..... | 62        |
| 2.5. Política ambiental da Colômbia .....  | 66        |
| 2.5.1. Progressos ambientais: de Uribe a Duque .....   | 66        |
| 2.5.2. Política doméstica ambiental.....   | 68        |
| 2.5.3. Metas ambientais não cumpridas .....  | 71        |
| 2.5.4. Política externa ambiental .....  | 73        |
| 2.6. Análise do posicionamento colombiano na governação global das alterações<br>climáticas.....                       | 75        |
| <b>Conclusão.....</b>  | <b>80</b> |
| <b>Bibliografia .....</b>  | <b>84</b> |

## **Lista de abreviaturas**

AILAC - Associação Independente da América Latina e do Caribe

AUC - Autodefesas Unidas da Colômbia

CBD - Convenção da Biodiversidade

CNRN - Código Nacional de Recursos Naturais Renováveis e de Proteção ao Meio Ambiente

CO<sub>2</sub> - Dióxido de Carbono

COP - Conferência das Partes da Convenção

ECDBC - Estratégia Colombiana de Desenvolvimento Baixo de Carbono

ELN - Exército de Libertação Nacional

ENREDD+ - Estratégia Nacional para a Redução das Emissões da Desflorestação e da Degradação Florestal da Colômbia

EPL - Exército de Libertação Popular

FARC-EP - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo

FCPF - Fundo Cooperativo de Carbono Florestal

GEF - Global Environmental Facility

GtC - Gigatoneladas de Carbono

IDEAM - Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais

IPCC - Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas

M-19 - Movimento 19 de abril

MINAMBIENTE - Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Mton - Milhões de toneladas de dióxido de carbono

OECD - Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento

OMM - Organização Mundial de Meteorologia

PNACC - Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

REDD+ - Redução de Emissões decorrentes da Desflorestação e Degradação florestal

REM - REDD + Early Movers

SESA – Avaliação Estratégica Ambiental e Social

SINA - Sistema Nacional Ambiental

SISCLIMA - Sistema Nacional de Alterações Climáticas

TCA – Tratado de Cooperação Amazónica

UNCCD - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

UNFCCC - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

UNODC - Programa das Nações Unidas contra a Droga e o Crime



## Introdução

As alterações climáticas representam um dos mais graves problemas com que os seres humanos têm de lidar – atualmente e futuramente. A prática de *land grabbing* – venda ou arrendamento de terra usada por indivíduos que não concordaram com a transferência da mesma (Cochrane, 2017, p.1), ou obtenção de controlo sobre os recursos, através da aquisição de território em grande escala em que ocorre a captura ou obtenção de áreas vastas de terreno (Borras et al, 2012, p.850) – causa desflorestação, em muitos casos de floresta primária, o que, para além de reduzir a área florestal, traduzindo-se na perda de biodiversidade de flora e fauna (uma vez que implica a perda do habitat natural de várias espécies), provoca elevados níveis de emissões de carbono que acentuam as alterações climáticas. O aumento das temperaturas, a perda de biodiversidade e a escassez dos recursos naturais são já problemas reais e não previsões futuras.

A floresta da amazónia cobre cerca de 5.5 milhões de km e faz parte de 9 países – Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Constitui um elemento fundamental para o funcionamento de todo o sistema terrestre e armazena cerca de 150-200 GtC (Gigatoneladas de carbono), o que representa metade da totalidade de carbono presente em áreas florestais (Brienen et al, 2018). No entanto, nas últimas décadas a desflorestação tem sido uma constante e já atingiu cerca de 20% da área total. Também a temperatura na floresta da Amazónia já registou um aumento perto de 1°C e destacam-se dois *tipping points* que, se atingidos, podem ter efeitos catastróficos: o aumento de temperatura de 4°C e a desflorestação de 40% da área florestal (Nobre et al, 2016). Estes acontecimentos teriam consequências globais e irreversíveis.

A Colômbia – que se destaca pela rica biodiversidade, abundância de recursos naturais e que detém parte da floresta amazónica – constitui um interessante caso de análise em termos de política ambiental, não só pela sua participação ativa no regime das alterações climáticas, mas também por causa do seu contexto histórico-social: uma guerra civil que durou mais de cinco décadas – caracterizada pela participação de grupos rebeldes, dos quais se destacam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) – e em que – o ambiente de instabilidade e conflito – facilitou a retirada de terras às populações mais vulneráveis. Para além disso, após o acordo de paz entre o Governo e as FARC-EP (em 2016), a ocorrência do *land grabbing* continuou a ser pertinente.

Ao longo dos anos, a atuação do governo foi variando: Andrés Pastrana (1998-2002) tentou negociar a paz com os grupos armados mas não foi bem sucedido e Álvaro Uribe (2002-2010) considerou as ações destes grupos como ações terroristas e aplicou um discurso mais severo para com os rebeldes. Foi em 2016, durante a governação de Juan Manuel Santos (2010-2018) que se assinou finalmente um acordo de paz com as FARC-EP.

O interesse pelo caso colombiano prende-se também com a ação – em relação a questões ambientais – paradoxal do país que a nível doméstico se demonstra negligente, mas a nível internacional assume um carácter muito ambicioso. O próprio conflito armado e o acordo de paz influenciam a política externa, uma vez que a necessidade de obter apoio internacional para o processo de paz explica, em grande parte, as diferenças entre a ação doméstica e a ação externa. Desta forma, através do papel desempenhado a nível internacional, o país tentou melhorar a sua imagem para atrair investimento estrangeiro dirigido ao fortalecimento das políticas públicas (Bustos, 2018).

Assim sendo, o presente estudo incide sobre a prática do *land grabbing* na Colômbia e sobre a política ambiental doméstica e externa do país, como resposta à desflorestação causada por esta prática – administrações de Álvaro Uribe (2002-2010), Juan Manuel Santos (2010-2018) e Iván Duque (2018-). As questões principais formuladas, às quais se procura dar resposta são as seguintes: Quais são os principais atores da prática do *land grabbing* na Colômbia e qual o papel do governo colombiano no fenómeno? Quais as políticas ambientais domésticas e externas que influenciam todo o contexto e como pode a Colômbia contribuir para garantir a segurança climática? Ao longo da investigação, procurar-se-á também responder às seguintes questões derivadas: De que forma o ambiente de conflito colombiano e o acordo de paz influenciam a prática de *land grabbing*? Qual a influência do setor económico? Quais as consequências a nível ambiental e qual o papel da comunidade internacional?

Trata-se de uma investigação explicativa qualitativa, uma vez que procura compreender o papel do governo colombiano e das políticas climáticas face às consequências ambientais da prática do *land grabbing*. O método de investigação é essencialmente qualitativo, recorrendo principalmente à consulta e análise da literatura referente ao tema, de relatórios e dados oficiais, de artigos científicos e principais meios de media colombianos, como por exemplo jornais de referência.

As alterações climáticas constituem um problema que afeta toda a comunidade internacional, e o seu carácter global desafia conceitos e ideias que sempre fizeram parte

da disciplina de Relações Internacionais. Assim, as teorias da disciplina serão úteis na análise do posicionamento externo colombiano, dado que apresentam ideias e perspectivas diferentes relativamente à capacidade de cooperação entre a comunidade internacional, fator que se demonstra relevante para o sucesso das estratégias e iniciativas de mitigação às alterações climáticas.

Espera-se com este trabalho compreender a posição do governo colombiano relativamente ao *land grabbing* e à questão climática, enquanto se acentua a importância das ações em favor da proteção ambiental e da mitigação climática, lembrando a responsabilidade de cada país e também a responsabilidade coletiva da comunidade internacional de agir contra o problema.

## Capítulo 1- Enquadramento Teórico-Conceptual

O presente capítulo tem como objetivos definir os principais conceitos do tema do trabalho – *land grabbing*; segurança ambiental; segurança climática e Antropoceno – e fazer o enquadramento teórico da questão da crise climática na área das Relações Internacionais, aplicando algumas das principais teorias e demonstrando como as questões ambientais estão a ser tratadas no contexto internacional.

Primeiramente apresentam-se os conceitos referidos acima e a ligação entre eles. A relação que se destaca neste trabalho entre a prática de *land grabbing* e as alterações climáticas decorre da desflorestação causada pelo processo. Como será visto durante o trabalho, esta prática, principalmente no caso da Colômbia, causa elevados níveis de deflorestação de floresta primária, o que agrava as consequências ambientais. A desflorestação, por si só, provoca diversas consequências a nível ambiental e climático, acentuando as alterações climáticas. Esta relação entre os dois, assim como as causas e consequências serão abordadas ao longo do trabalho. Por agora define-se o conceito de *land grabbing* – de acordo com a literatura – para se poder perceber os diferentes contextos em que ocorre. O conceito abrange diversas definições conforme os contextos em que ocorre, como será visto adiante.

Aborda-se também a problemática das alterações climáticas e a sua governação global, referindo os principais programas internacionais, para melhor contextualizar o cenário em que se inserem as principais questões abordadas no trabalho.

Por sua vez, o problema das alterações climáticas demonstra-se cada vez mais relevante e neste capítulo referem-se algumas das principais teorias das Relações Internacionais, que se verificam abrangentes e diversificadas, uma vez que, às diversas teorias existentes, associam-se perspetivas diferentes, o que possibilita uma visão alargada dos acontecimentos e do mundo. As diferenças apresentadas nas teorias comprovam a existência de mais do que uma forma de interpretação da realidade, ou seja, não existe apenas uma verdade, o que é especialmente adequado ao mundo social.

Assim, questiona-se até que ponto pode a cooperação internacional – ou a falta dela – ser um fator determinante para a sua resolução e mitigação, como pode ser obtida e quais as perspetivas apresentadas pelas teorias. Uma vez que as alterações climáticas constituem um problema a nível global e não local, em que as responsabilidades são difíceis de atribuir e as ações de um determinado país afetam os restantes, não respeitando fronteiras, parte-se do princípio que a sua mitigação depende muito da existência de

cooperação internacional. O que é afirmado relativamente ao conceito de cooperação varia de acordo com a teoria escolhida, podendo ser tratado como algo possível e inevitável, assim como algo de difícil concretização. É através da análise destas teorias que se espera compreender o processo de cooperação existente nas Relações Internacionais e como este afeta a questão das alterações climáticas.

### 1.1. Definição e contexto de *Land Grabbing*

Com diferentes definições consoante os autores e sem uma tradução apropriada na língua portuguesa, a prática do *land grabbing* não é fácil de definir. Entendido primeiramente como uma “*corrida mundial por terras*” (Deininger e Byerlee, 2010), esta definição tem vindo a ser ampliada e refinada, à medida que a produção académica referente ao tema aumenta.

Em 2011, Safransky e Wolford (cit. por Sauer e Borras, 2016, p. 11) relacionavam o conceito à “(...) *aquisição de terra em grande escala – ou de direitos relacionados à terra e aos recursos – por uma empresa, ou comprador sem fins lucrativos ou público, para a extração de recursos voltados para consumidores externos (...)*”. Esta definição dirige a prática a consumidores externos, no entanto, segundo outras definições, as transações de terra implicadas não se restringem a investimentos estrangeiros, mas também a investidores domésticos (Borras, Franco e Ploeg, 2013; Edelman e León, 2013).

Para a tradução em português, a melhor opção será traduzir *land grabbing* por “*apropriação de terras*” (Sauer e Borras, 2016), uma vez que o termo “apropriação” pode referir-se à simples acumulação de capital, na qual se reinvestem os lucros, ou pode também referir-se à acumulação primitiva, que acontece quando uma propriedade de natureza pública passa a privada, trazendo consequências aos seus usuários.

Relativamente aos atores, de acordo com os autores Baker-Smith e Attila (2016), qualquer pessoa ou identidade pode ser considerado um *land grabber*. Podem tratar-se de indivíduos, grupos ou empresas, e podem ser identidades públicas ou privadas e governamentais ou não governamentais. Para além disso, todos estes atores podem ser domésticos ou estrangeiros (Baker-Smith e Attila, 2016).

Diversos autores atribuem a prática do *land grabbing* – de forma geral – à ocorrência e à combinação de crises, como por exemplo, crises alimentares ou financeiras,

durante as quais se procuram novas oportunidades de investimento, especialmente em países em desenvolvimento (Mehta, Veldwisch e Franco, 2012, cit. por Sauer e Borras, 2016). Refere-se inclusive na literatura que a crise financeira de 2007-2008 incentivou a prática: o preço dos alimentos subiu, o que por sua vez aumentou o valor dos terrenos agrícolas bem como a sua procura por investidores estrangeiros (Kapstein, 2018).

As causas agrícolas e a exploração de recursos também são referidas, ou seja, afirma-se que, na maioria, tratam-se de transações comerciais com vista à produção e exportação de alimentos ou de outros recursos naturais. A insegurança alimentar mundial e os seus problemas subjacentes têm também servido como justificação à apropriação de terras, uma vez que a preocupação relativamente à sua possível escassez tende a causar uma maior procura de bens alimentares, o que aumenta o interesse neste tipo de investimentos (Sauer e Borras, 2016). É também referido que a apropriação de terras em países estrangeiros tende a ocorrer em ciclos, dependendo das dinâmicas regionais e globais de acumulação de capital (Edelman e León, 2013).

De acordo com a definição de Baker-Smith e Attila (2016), para além dos fins agrícolas e controlo ou extração de recursos, a prática do *land grabbing* pode também ter fins relacionados com a especulação de terras e commodificação. Parte-se do ponto de partida de que os *land grabbers* utilizam as terras de forma prejudicial e com vista a interesses próprios, não beneficiando a população local. Relativamente ao tipo de controlo exercido, este não implica necessariamente a compra de terras. Podem ocorrer arrendamentos (por vezes de longo-prazo que envolvem o Governo, chamados de concessões) e podem incluir a participação de agricultores como “inquilinos”, controlando a produção em favor do *land grabber* (Baker-Smith e Attila, 2016). De forma mais simples pode dizer-se que envolve a transferência de direitos de uso, controlo ou de propriedade.

Existe alguma controvérsia na literatura quanto à legalidade das transações, dependendo dos casos em questão. Refere-se, no entanto, que, em muitas circunstâncias, mesmo que seja legal, não é ético e constitui uma violação dos direitos humanos. Isto porque a maioria dos casos ocorre em países onde os direitos humanos não são facilmente atingidos e o argumento é o seguinte: se determinada comunidade escolhe abandonar as suas terras por estar numa posição vulnerável, então não se trata de uma situação ética. Argumenta-se que, para que o *land grabbing* seja um processo justo, os direitos humanos – tais como direito a alimentação, habitação, saúde, segurança e educação – têm de estar assegurados. (Cochrane, 2017, p.3). O autor afirma também tratar-se da forma mais

problemática de aquisição de terras de grande escala e aponta as suas consequências: deslocamentos involuntários; perda de rendimentos; aumento de vulnerabilidade; insegurança alimentar; perda de biodiversidade e danos ambientais (Cochrane, 2017, p.1).

Para além disso, a dificuldade em obter dados credíveis e atuais relativos à extensão e quantidade de terra transacionada gera controvérsia relativamente ao tamanho dos terrenos que caracterizam esta prática (Sauer e Borras, 2016). No entanto, pode afirmar-se que o tamanho que define o conceito varia conforme o tamanho dos lotes locais normalmente utilizados para fins agrícolas no país em questão, tratando-se da transação de porções de terreno de escala maior ao habitualmente praticado (Baker-Smith e Attila, 2016).

A criação de políticas de incentivo ao desenvolvimento – muitas vezes estabelecidas pela comunidade internacional – como por exemplo, a concessão de empréstimos, é também um fator referido na literatura como causa da prática de *land grabbing*, assim como a crescente preocupação com a insegurança energética, dado que incentiva investimentos em novas formas de extração de recursos, por sua vez, incentiva também a prática (Safransky e Wolford, 2011). Esta insegurança energética é especialmente relevante no contexto das alterações climáticas, uma vez que é cada vez mais uma realidade, como será referido de seguida.

Por sua vez, este trabalho não se guia apenas por uma definição, mas sim pela junção de duas definições de diferentes autores. Tendo em conta que o tema da investigação diz respeito à prática de *land grabbing* na Colômbia, com especial ênfase na Amazônia colombiana, tentou adequar-se a definição ao contexto, depois de se verificar que, muitas vezes, o *land grabbing*, neste caso, é praticado por vários atores, entre eles máfias, que têm simplesmente ocupado terras que anteriormente se encontravam sob o controlo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), algumas vezes implicando a retirada de pessoas, outras vezes não, por se tratar de áreas de floresta primária desocupadas.

Assim construiu-se a seguinte definição: *land grabbing* pode tratar-se da venda ou arrendamento de terra usada por indivíduos que não concordaram com a transferência da mesma, sendo-lhes retirada com ou sem consentimento e utilizando ou não força (Cochrane, 2017, p.1), ou pode consistir na obtenção de controlo sobre os recursos, através da aquisição de território em grande escala em que ocorre a captura ou obtenção de áreas vastas de terreno (Borras et al, 2012, p.850), não implicando necessariamente a expulsão de pessoas nem deslocamentos forçados.

## 1.2. Segurança Climática e Antropoceno

Atualmente, as alterações climáticas e as suas consequências constituem uma das principais ameaças à vida terrestre. O aumento das temperaturas, a perda de biodiversidade e a escassez dos recursos naturais são alguns dos desafios com que já nos confrontamos. Em 2007, o Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas (IPCC) registou um grande consenso entre a comunidade científica de que o aumento das emissões de gases com efeito de estufa está diretamente relacionado com a atividade humana e que daqui resulta o aumento da temperatura (IPCC, 2007), concluindo-se que a atividade humana tem alterado a atmosfera (Dannreuther, 2008).

Desde a revolução industrial e devido maioritariamente à utilização de combustíveis fósseis, têm sido emitidos cada vez mais gases com efeitos de estufa, tais como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e metano. Estes gases têm a particularidade de conseguir absorver e reemitir energia, e, portanto, o aumento da sua concentração na atmosfera aumenta as temperaturas e provoca alterações no clima (UCAR, 2012). Como consequências registam-se, por exemplo, a acidificação dos oceanos, o aumento do nível dos oceanos, maior ocorrência de tempestades e secas, alterações nas migrações de diversas espécies, redução da produtividade agrícola, etc (Dalby, 2013).

Segundo o IPCC, em 2017, o aumento da temperatura induzido pela atividade humana alcançou aproximadamente 1°C em relação aos níveis pré-industriais, tendo aumentado cerca de 0.2°C por década (IPCC, 2018).

Nos últimos milhares de anos, a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera foi variando, devido a alterações relativas à órbita da Terra em redor do Sol (ciclo de Milankovitch), no entanto, os valores nunca tinham ultrapassado as 300 partes por milhão (ppm), o que apenas se verificou com o aumento das emissões de carbono. Atualmente já se ultrapassaram as 400 ppm, notando-se um crescimento bastante acentuado principalmente nas últimas décadas (Ritchie e Roser, 2017).

As emissões de CO<sub>2</sub> não estão distribuídas igualmente pelos países. Os valores em 2017 indicaram a China como o maior emissor - responsável por cerca de 27% das emissões mundiais - e seguida pelos Estados Unidos, 15% (Our World in Data, 2020). A escolha dos recursos de energia que cada país utiliza desempenha um fator determinante



nas emissões. Por exemplo, em Portugal, em 2015, relativamente à produção de eletricidade destacaram-se vários tipos de energia renovável, apesar de ainda se verificar uma percentagem elevada na utilização de carvão. Na França, em 2015, apenas 6% da produção de eletricidade se deveu aos combustíveis fósseis, comparativamente a 55% na Alemanha (Our World in Data, 2020).

No entanto, atualmente, o panorama energético global continua a refletir uma dependência excessiva de combustíveis fósseis, bastando para isso ter em conta que as principais fontes de energia primária consumidas no mundo continuam a ser o petróleo e o carvão (Pereira, 2013). Esta é uma questão de crescente preocupação que tem ganho destaque na agenda política internacional e refinado o conceito de segurança, uma vez que as alterações climáticas são crescentemente reconhecidas como um problema de segurança. No entanto, existem diferentes conceções do problema que representa e não há consenso nas respostas políticas que devem ser tomadas (McDonald, 2018).

A relação entre ambiente, clima e segurança tem vindo a ser estudada e trabalhada, existindo agora vários discursos e diferentes perspetivas que integram os vários conceitos. Historicamente, o conceito de segurança ambiental tem sido relacionado a conflitos causados pela degradação ambiental, centrando-se na possibilidade de conflitos armados causados pela escassez dos recursos naturais, tratando-se de uma perspetiva que leva o conceito de segurança ambiental para o domínio da segurança internacional. Em 1962, Arnold Wolfers definia segurança ambiental da seguinte forma: *“Environmental security, in an objective sense, measures the absence of threats to acquired values, in a subjective sense, the absence of fear that such values will be attacked.”* (Wolfers, 1962, cit. por Zurlini e Muller, 2008). De acordo com esta definição devemos ter em conta que as alterações climáticas representam riscos crescentes para a vida no planeta e interferem com os valores adquiridos, uma vez que as ações necessárias à sua mitigação exigem grandes alterações na sociedade.

No entanto, o conceito de segurança ambiental apresenta diversas definições na literatura, definições essas que variam de acordo com os critérios utilizados. De forma geral, os maiores desafios relativos à segurança ambiental dizem respeito às mudanças que ocorrem no meio ambiente, nomeadamente a degradação e poluição, e à crescente escassez de recursos naturais. A atenção foca-se na interação entre ecossistemas e humanos, principalmente nas consequências negativas que as mudanças nos ecossistemas podem representar para o bem-estar humano (Zurlini e Muller, 2008).

Jon Barnett (1997) definiu segurança ambiental como tratando-se da minimização das ameaças antropogénicas ao bom funcionamento da biosfera e dos ecossistemas. De acordo com o autor, garantir a segurança ambiental é sinónimo de preservar bens humanos, naturais e materiais, da escala local à global (Barnett, 1997, cit. por Zurlini e Muller, 2008, p. 1352).

Assim, o conceito de segurança ambiental refere-se às preocupações ambientais que surgem a partir da relação entre ecossistemas e humanos. Podemos considerar as três seguintes categorias: consequências do impacto das atividades humanas no ambiente; os efeitos das diversas formas de alterações ambientais, tais como degradação e escassez de bens naturais e, por fim, a insegurança que os indivíduos podem experienciar devido às alterações climáticas e ambientais (AC/UNU Millennium Project cit. por Zurlini e Muller, 2008). A conclusão a que se chega é a seguinte: para que exista segurança ambiental é necessário que os sistemas sociais interajam com os sistemas ecológicos de forma sustentável, que todos os indivíduos disponham de acesso a bens naturais e que existam mecanismos capazes de lidar com conflitos e crises ambientais.

O conceito de segurança climática surge como subconceito de segurança ambiental, à medida que as alterações climáticas constituem cada vez mais uma ameaça e necessitam de se tornar um assunto prioritário. Existem diversas formas de relacionar as alterações climáticas com a segurança, visto que as suas consequências afetam diferentes atores. Pode ser abordada como tratando-se de uma ameaça à segurança nacional, realçando a forma como as ameaças resultantes das alterações climáticas podem afetar o Estado e o seu funcionamento. Pode também ser tratada como uma ameaça à segurança humana, procurando-se um maior foco no bem-estar das pessoas do que nos Estados. Por outro lado, a segurança climática pode ser encarada como uma ameaça à segurança internacional e esta perspetiva centra-se nas ameaças que podem destabilizar o *status-quo* e a ordem do sistema internacional, realçando a necessidade de cooperação global como resposta ao problema e realçando também o papel das organizações internacionais. Por último, a segurança climática pode ainda ser entendida como uma ameaça à segurança ecológica. Neste caso defende-se uma reestruturação da sociedade e da relação com o meio-ambiente (McDonald, 2013).

É como resposta às ameaças climáticas que surgiram os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (Meadows, 2004), com o claro objetivo de garantir as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Um dos grandes obstáculos tem sido a falta de ação política no que diz

respeito a implementar ações necessárias à mitigação das alterações climáticas e dos problemas ambientais. Como entrave à eficácia da ação política podemos realçar o ambiente de competição e de individualismo do sistema internacional, em vez de valores como cooperação e solidariedade. Todas estas questões constituem as principais preocupações da nova era geológica, em que se insere a questão abordada neste trabalho: o Antropoceno.

Nos últimos onze mil anos – correspondentes ao Holoceno – o clima da Terra foi maioritariamente estável, existindo apenas mudanças pouco significativas. No entanto, muitos cientistas apontam para que esta estabilidade tenha chegado ao fim, uma vez que, como referido anteriormente, a ação humana tem influenciado o ambiente e alterado processos naturais, o que tem levado a que muitos cientistas e autores defendam que já não nos encontramos no Holoceno, mas sim numa nova era geológica, o Antropoceno, exatamente por se tratar de uma era marcada pela ação humana. O conceito foi introduzido pelos cientistas Paul Crutzen e Eugene F. Stoermer (Crutzen and Stoermer, 2000).

De acordo com os autores de *“Planet Politics: A Manifesto from the End of IR”*, o Antropoceno representa alterações nas condições de vida sem precedentes, causadas pela utilização exagerada dos recursos naturais, sem que tenha havido uma preocupação pelas gerações futuras e pelas restantes formas de vida, que se tornam também vítimas das alterações climáticas. Um exemplo disso que caracteriza o Antropoceno é a redução da diversidade de espécies causada pela ação humana, pela urbanização e processos de agricultura que dividiram ecossistemas e fragmentaram habitats (Burke et al., 2016).

No Antropoceno os seres humanos passam a ser vistos como agentes geológicos, dado que se reconhecem os efeitos ambientais das suas ações. As preocupações ecológicas existentes devem ser ampliadas, enquanto a perspetiva sobre elas deve mudar, uma vez que os humanos são tidos como a principal causa das alterações ambientais. Isto altera, ou pelo menos deveria alterar, significativamente, a forma como abordamos a relação entre Natureza e ser humano. Deve também questionar-se ideais e princípios, tendo em conta que são necessárias alterações a vários níveis. Por exemplo, na literatura defende-se que existem diversas características institucionais que prevaleceram no Holoceno, mas que se tornaram problemáticas no Antropoceno e que muitas das instituições aí desenvolvidas, tais como Estados soberanos e mercados capitalistas, contribuíram para a instabilidade ambiental que caracteriza o Antropoceno (Dryzek, 2016).

O Antropoceno deve ser também entendido como um fenómeno político global, nas palavras de Frank Biermann (2014), uma vez que altera a forma como entendemos os sistemas políticos e obriga a que exista um reforço nas relações de interdependência (Biermann, 2014). Visto que as consequências das alterações climáticas são universais e não respeitam fronteiras, os países devem tornar-se mais interdependentes entre si, de forma a criar resposta ao problema. Segundo o autor, esta é uma característica do Antropoceno, mas também um desafio, pois requer que exista um projeto político global – um paradigma baseado numa governação global - que defina como prioridade as alterações climáticas e as questões que lhe estão subjacentes, ao mesmo tempo que tenha em conta o impacto das atividades humanas no ambiente a longo prazo (Biermann, 2014).

As relações de interdependência no Antropoceno não são apenas políticas, existindo maior interdependência ao nível das sociedades. Na governação climática, por exemplo, para cada política global existem múltiplas possibilidades de adaptação que variam localmente, mas que acabam por ter o mesmo grau de eficácia. Esta interdependência funcional característica do Antropoceno requer maiores níveis de coordenação e integração, do local ao global (Biermann, 2014). O autor defende também que o Antropoceno cria novas dependências intergeracionais, no sentido em que existe uma maior reflexão sobre os deveres que as gerações presentes têm para com as gerações futuras.

Um outro desafio político no Antropoceno passa por compreender que já não é legítimo entender a política como uma confrontação entre preferências e interesses humanos, nem como uma negociação entre interesses humanos e ecológicos (Burke et al, 2016). Tendo em conta o papel relevante do sistema terrestre, no Antropoceno as entidades cruciais passam a ser os sistemas ecológicos-sociais, em vez dos sistemas sociais *per se* e, desta forma, pode criar-se resposta para os problemas atuais, que não incluem apenas os humanos, mas sim as restantes e variadas formas de vida terrestre (Dryzek, 2016).

### 1.3. A governação global das alterações climáticas e a justiça climática

Uma característica relevante da problemática das alterações climáticas é o facto de não respeitar fronteiras e de ter consequências globais. Consequentemente requer uma solução global e requer esforço colaborativo entre todas as partes, de forma a estabelecer acordos internacionais que surtam efeito. Uma questão que naturalmente levanta algum debate é a quem atribuir a “culpa” e de que forma devem os países contribuir para a resolução do problema. Desta forma, a natureza da questão climática não só desafia suposições convencionais relativamente à soberania dos Estados e ao conceito de justiça, como depende, em grande medida, da capacidade de resposta conjunta.

Segundo Strippel e Stephan (2013), as interpretações do conceito de governação global divergem. No entanto, de forma geral, pode realçar-se a ideia de se tratar de um ponto de partida para melhor tentar compreender as implicações políticas das mudanças globais e uma forma de repensar os regimes como sistemas de governação mais amplos em vez de sistemas centrados em áreas delimitadas. De acordo com Biermann (2006), a governação global é, em grande medida, uma resposta ao processo de globalização a nível social, ecológico e económico a que se tem assistido. O autor afirma que se caracteriza pela maior participação de atores não estatais na esfera política, pela crescente importância do conhecimento científico na tomada de decisões e pelas novas formas de cooperação.

Relativamente à governação global das alterações climáticas, o desafio prende-se com a questão de como regular a poluição de cada país, uma vez que não existe uma figura de autoridade mundial que todos devem respeitar de igual forma. A necessidade de cooperação e de ações coletivas levou à maior mobilização de organizações não-governamentais e à criação de diversos acordos internacionais que têm desempenhado um papel relevante no problema. Strippel e Stephan realçam o importante papel dos regimes não-governamentais na partilha de informação e no que toca a estabelecer prioridades na agenda política, assim como na produção e divulgação de conhecimento científico relativo às alterações climáticas (Strippel e Stephan, 2013, p. 153).

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi a primeira conferência organizada pelas Nações Unidas a reunir chefes de Estado para debater questões relacionadas à degradação do meio ambiente. A declaração e o plano de ação moldaram-se por ideias relativas à cooperação global a nível ambiental e influenciaram a estrutura do Programa

das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criado também em 1972 (Manulak, 2016).

Como iniciativa do PNUMA e da Organização Mundial de Meteorologia (OMM), em 1988 surge o IPCC, com as funções de analisar e avaliar os efeitos das alterações climáticas e contribuindo para que a questão climática passe a ser considerada um assunto intergovernamental. Com a publicação de relatórios que apontavam cada vez mais para a interferência humana no clima global e para os riscos e perigos desta interferência, o IPCC contribuiu para que a comunidade internacional respondesse à crescente problemática climática. Em 1992 teve lugar no Rio de Janeiro a Cimeira do Rio (ou Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento), em que se assinaram vários tratados ambientais, tais como a Convenção da Biodiversidade (CBD); a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) (Agência Portuguesa do Ambiente, 2020 (a)).

O estabelecimento da UNFCCC, a partir de 1992, marcou o início das negociações climáticas multilaterais e esboçou uma política ambiental global através da criação de metas ambientais de longo prazo e distribuição de responsabilidades comuns, apresentando como objetivo global: “(...) *estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa a um nível que evite a interferência antropogénica perigosa com o sistema climático.*” (Artigo 2º). A convenção dividiu os países em dois anexos, as partes desenvolvidas (países desenvolvidos) e as partes não desenvolvidas (países em desenvolvimento), tendo-se em conta o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas (Agência Portuguesa do Ambiente, 2020(a)). Para além disso, foi ainda criada a Conferência das Partes da Convenção (COP), que reúne os representantes dos países anualmente para assegurar os objetivos pretendidos.

Durante as COP 1 e COP2 (1995 e 1996) desenhou-se o esboço do Protocolo de Quioto, o primeiro tratado jurídico internacional com o objetivo de limitar as emissões de gases com efeito de estufa dos países desenvolvidos, que não contou, no entanto, com a ratificação dos Estados Unidos. Este protocolo introduziu três mecanismos de mercado: O Mecanismo do Desenvolvimento Limpo, em que o objetivo é incentivar a transferência de tecnologia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento; O Mecanismo de Implementação Conjunta, que tem como objetivo incentivar a implementação de projetos que diminuam as emissões em países em desenvolvimento e, por último, o Mecanismo do Comércio Internacional de Emissões. Este último constitui a aplicação de um

instrumento económico a nível global na política ambiental e torna possível comercializar direitos de emissão (mercado de carbono), uma vez que as reduções de emissões correspondem a créditos de carbono que podem ser negociados no mercado internacional – Redução Certificada de Emissão (Agência Portuguesa do Ambiente, 2020 (b)).

O Protocolo de Quioto foi aprovado na COP 3, em 1997, e entrou em vigor em 2005, delimitando que os países industrializados teriam de reduzir – entre 2008 e 2012 – as suas emissões coletivas em cerca de 5%, abaixo dos níveis de 1990, assim como auxiliar os compromissos de redução dos países em desenvolvimento.

Foram surgindo novos mecanismos, metas e acordos, a destacar a criação do Fundo Verde do Clima na COP 17, em 2011; o estabelecimento do segundo período do Protocolo de Quioto na COP 18 e a criação do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos, na COP 19, com o objetivo de aliviar os países em desenvolvimento dos prejuízos causados pelas alterações climáticas. E em 2015, na COP 21, estabeleceu-se um novo acordo, o Acordo Climático de Paris, que visa a descarbonização das economias mundiais e através do qual a comunidade internacional concordou em reunir esforços para limitar o aumento da temperatura global a 1.5°C (Agência Portuguesa do Ambiente, 2020 (c)).

No entanto, apesar dos esforços verificados e das metas estabelecidas, os níveis de CO<sub>2</sub> na atmosfera continuam a aumentar e a probabilidade de se ultrapassar os 2°C é muito elevada, o que transmite insucesso por parte dos acordos e protocolos estabelecidos até hoje. Relativamente a esta falta de eficácia, surgem, na literatura, diversos autores que a justificam, criticam os meios escolhidos e apresentam soluções.

Relativamente ao funcionamento da UNFCCC destacam-se diversos pontos negativos, ou falhas, tais como a falta de critérios específicos que diferenciem as partes dos anexos e que possam alterar a sua designação; o facto de não se estabelecer um prazo temporal no cumprimento das obrigações para as partes do Anexo I e toda a estrutura da convenção que acentua a dicotomia Norte-Sul. Refere-se também que existem lacunas e pontos não abordados pela governação climática, destacando-se o crescimento populacional, que há de implicar alteração das metas de redução de emissões, por exemplo, e os riscos associados aos *tipping points* ecológicos que têm sido discutidos pela comunidade científica, no entanto subestimados pela governação climática e pelos debates multilaterais (Pereira e Viola, 2020 (a)).

Por sua vez, o Acordo de Paris é objeto de múltiplas críticas que demonstram tratar-se de um acordo vago e pouco específico. Aponta-se que não se estabeleceram datas

para a redução de emissões que os países devem atingir, nem obrigações legais que determinem ações de mitigação concretas, assim como carece de mecanismos que assegurem a implementação dos objetivos pretendidos e não presta o apoio necessário aos países em desenvolvimento nos seus esforços de mitigação. Para além disso, não existem mecanismos que penalizem as partes que não cumprirem os objetivos pretendidos (Pereira e Viola, 2020(a)).

Também Nordhaus (2020), aponta falhas semelhantes. O autor afirma que os governos não têm sabido lidar com a problemática das alterações climáticas e que é necessário reconcetualizar os acordos climáticos. Dá como exemplo a ineficácia dos principais tratados – Protocolo de Quioto de 1997 e o Acordo de Paris de 2015 – e realça o insucesso das várias COPs que se realizam desde 1995. Relativamente à ineficácia dos acordos climáticos, Nordhaus aponta como causas o seu carácter voluntário; a falta de uma visão a longo prazo e os objetivos a curto prazo dos líderes mundiais; a importância atribuída em demasia à estrutura de incentivo; o facto de se manter uma estratégia que não obtém resultados e, por fim, a possibilidade que os participantes dispõem em beneficiar de interesses próprios à custa dos restantes participantes. De acordo com o autor, os países podem tirar partido da redução de emissões dos outros países, sem ter de reduzir as suas emissões. Refere que tal é estimulado pela tendência dos países em seguir interesses próprios (Nordhaus, 2020).

Posto isto, o autor afirma que os Estados necessitam de reconcetualizar os acordos climáticos, substituindo os modelos atuais por alternativas que incluam ‘penalidades’ aos países que não participem. A solução do autor passa pela criação de um “clube climático” (*climate club*), em que os participantes que não contribuem são penalizados. Neste caso os participantes são Nações (Estados) que se comprometem a tomar medidas que reduzam as emissões e a mecanismos que penalizem os países que não participam.

Uma ideia semelhante à do “clube climático” é a ideia de um “clube do carbono” (*carbon club*), apresentada por David G. Victor (2011), em que os participantes contribuiriam com políticas aplicadas às suas circunstâncias nacionais e criariam incentivos para atrair novos membros. O autor afirma não ser necessária a participação de todos os países, uma vez que um pequeno grupo é responsável pela maioria das emissões. Acrescenta ainda que deve retirar-se a importância atribuída aos compromissos relativos à redução de emissões, defendendo que os líderes nacionais não podem prometer determinado nível de emissões, uma vez que estes dependem de fatores que ultrapassam



a ação política. Sustenta que os governos devem sim centrar-se em criar políticas e leis (Victor, 2011).

Por sua vez, Peter Singer (2016) refere que, no contexto das alterações climáticas, as questões relativas à moralidade não se definem nem se demarcam com facilidade, uma vez que as consequências das alterações climáticas prolongam-se no tempo e nos espaço. No entanto, Singer argumenta que a responsabilidade deve recair sobre os países desenvolvidos, uma vez que foram estes que causaram o problema. O autor afirma tratar-se até de uma responsabilidade moral, uma vez que foram os países industrializados que emitiram a maioria das emissões de carbono e que continuam a emitir. Argumenta que, se os países desenvolvidos tivessem emitido as mesmas quantidades de que os países em desenvolvimento, o problema ambiental não seria urgente e que, por estas razões, os países industrializados têm o dever relativamente ao resto do mundo de resolver o problema (Singer, 2016).

A perspetiva de Henry Shue assemelha-se à de Singer. De acordo com Shue, as desigualdades são mais facilmente suportadas pelos países ricos, dado não estarem dependentes dos países pobres. E, para além disto, quando uma parte retira vantagens de forma injusta de outra parte, impondo-lhe custos sem o seu consenso, a parte em desvantagem tem o direito de exigir que a parte culpada no futuro se responsabilize pelos danos, de forma a restaurar igualdade. Ou seja, segundo o autor, a destruição da camada de ozono através dos processos de industrialização, que têm enriquecido o Norte mas não o Sul e os efeitos negativos que implicam tanto os países que beneficiaram como os que não obtiveram benefícios, demonstram que as sociedades que mais contribuíram para as alterações climáticas devem suportar sanções e responsabilidades desiguais, de forma a corrigir a desigualdade que provocaram. No entanto, Shue realça que este princípio deve ser diferenciado do “*polluter pays principle*”, uma vez que o último apenas defende que todos os futuros custos relativos à poluição sejam transformados em preços (Shue, 1999).

Por outro lado, no contexto de um conceito de justiça distributiva, para que exista justiça torna-se necessário atuar segundo princípios que possam ser aplicados universalmente, como defende Onora O’Neill (1991). O argumento é o de que, muitas vezes, é impossível obter obrigações ou responsabilidades de determinados atores por direitos particulares. Na questão ambiental, o direito a um clima estável, segundo a autora, não se traduz em obrigações específicas para determinados atores (Onora O’Neill, 1991).

De forma geral, a justiça climática encontra-se dividida entre o princípio de responsabilizar quem causou o problema e entre um conceito de justiça mais distributiva.

Seja qual for a perspectiva, deve ter-se em conta a existência de uma responsabilidade para com as gerações futuras e o desafio ético que tal representa.

#### 1.4. A problemática das alterações climáticas nas Relações Internacionais

As alterações climáticas, tendo em conta o seu carácter global, constituem um problema que respeita a comunidade internacional e que desafia conceitos e ideias que sempre fizeram parte da disciplina de Relações Internacionais. A necessidade de alteração de certos ideais associados às teorias existentes, pode, por seu lado, também ser visto como uma oportunidade para refletir criticamente no papel da humanidade no contexto contemporâneo global. A separação entre o mundo humano e o mundo natural existente na disciplina leva a que seja afirmado que as Relações Internacionais ignoram, muitas vezes, o conceito de ambiente (Corry, 2017, p. 102).

Neste subcapítulo abordam-se algumas das principais teorias das Relações Internacionais, tendo em conta o conceito de cooperação, pois parte-se do princípio que constitui um fator determinante para as estratégias internacionais de mitigação climática.

##### 1.4.1. Realismo e Neorrealismo

Um conceito fundamental na teoria das Relações Internacionais é o de anarquia internacional ou sistema internacional anárquico que, de forma geral, corresponde à ideia de um sistema internacional composto por Estados autónomos que não respondem a uma autoridade central ou superior. A ideia de anarquia influencia a formação de perspectivas e é reconhecida, de forma geral, pelas diferentes teorias. A sua interpretação, no entanto, varia conforme a teoria e até conforme o autor.

De acordo com o realismo de Mearsheimer, a sociedade internacional é anárquica, dela fazem parte Estados independentes que procuram constantemente alcançar poder e segurança, importando-se apenas com interesses próprios. O autor relaciona a anarquia ao ambiente de insegurança do sistema internacional, e parte da premissa de que os Estados procuram constantemente oportunidades para ganhar poder sobre os seus rivais, tendo como objetivo último a hegemonia (Mearsheimer, 2001).

Para Mearsheimer, a possibilidade de cooperação entre os Estados é de difícil concretização, considerando-a difícil de atingir num ambiente anárquico, devido aos sentimentos de desconfiança e insegurança que, segundo esta perspetiva, dominam no sistema internacional. Por sua vez, também o realismo de Morgenthau apresenta uma prospeção negativa, em que a possibilidade de cooperação internacional não é negada, mas é tida como efémera e como tendo o propósito de formar alianças que equilibrem o poder entre os diversos Estados (Morgenthau, 1948).

Por outro lado, o neorrealismo apresenta o conceito de hegemonia como fator favorável à existência de cooperação, principalmente no respeitante à cooperação ao nível económico. Segundo Mearsheimer, a melhor forma de um Estado assegurar a sua segurança é através da acumulação de poder, superando os adversários e procurando atingir o poder hegemónico (Mearsheimer, 2001, p. 36). Assim, defende-se a hegemonia como garantia de ordem e estabilidade.

Aplicando o neorrealismo à questão da cooperação internacional na negociação das alterações climáticas, pode afirmar-se que, de acordo com a teoria, a possibilidade de existência de cooperação seria tida em conta analisando a distribuição do poder pelos Estados no sistema internacional. Existindo um Estado visivelmente mais poderoso e considerado hegemónico, a possibilidade de cooperação aumentaria, caso este apoiasse ou fosse adepto da cooperação. Devido à complexidade das alterações climáticas, no entanto, torna-se difícil determinar qual o critério mais adequado para “medir” o poder. No realismo, por norma, o tipo de poder mais relevante é o poder militar. Se um Estado tem uma maior capacidade militar, pode ser considerado mais forte. Aplicar este critério à questão das alterações climáticas pode também ser relevante, pois um Estado mais forte militarmente pode ameaçar e forçar um Estado mais fraco a adotar medidas contra as alterações climáticas ou a evitar ações que as causem. Poder no sentido económico pode também ser pertinente, visto que um ator mais forte economicamente pode ameaçar ou aplicar medidas sancionatórias contra um Estado que viole políticas ambientais, por exemplo (Rowlands, 2001, p. 44).

Segundo o autor Ian H. Rowlands, o mais importante é a capacidade de um ator para alterar o clima global, uma vez que nem todos têm o mesmo poder. Ou seja, em determinadas negociações climáticas, por exemplo, a cooperação entre determinados atores – os atores mais poderosos - é essencial à concretização de determinado acordo. Segundo uma abordagem neorrealista, o Estado mais poderoso determinaria a resposta internacional na questão climática (Rowlands, 2001, p. 45). No entanto, deve ter-se em

conta que, segundo esta perspectiva, a possibilidade de cooperação internacional é rasa, ou seja, o sucesso das negociações climáticas é automaticamente posto em causa.

As negociações climáticas até à data demonstram, de facto, a grande influência dos Estados Unidos, considerado o Estado hegemónico. Rowlands apresenta o exemplo da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas de 1992, em que os Estados Unidos se opuseram a um número elevado de países europeus que requeriam o estabelecimento de prazos para a redução de emissões de carbono e que culminou com a saída do país do Protocolo de Quioto. No entanto, não pode ser afirmado que as negociações refletem as suas preferências. Demonstra-se a influência e a importância do seu papel na questão climática, mas não se demonstra que a resposta internacional é determinada apenas por um Estado. Pelo contrário, a maior falha do neorrealismo é não reconhecer o importante papel desempenhado não só pelos restantes Estados como pelos atores não estatais.

Realça-se que esta teoria considera os Estados como atores principais do sistema internacional, não reconhecendo o papel que outros atores têm desempenhado na luta contra as alterações climáticas. Conclui-se, portanto, que o neorrealismo não explica os acontecimentos internacionais relativos à questão climática, principalmente por não reconhecer o papel dos atores não estatais.

#### 1.4.2. Liberalismo e Neoliberalismo

Também a perspectiva liberal desenha o sistema internacional como um sistema anárquico, reconhecendo que a cooperação entre os Estados tende a ser difícil de atingir sob a condição de anarquia – uma vez que esta promove insegurança e instabilidade. No entanto, a ordem internacional é um conceito chave para esta linha de pensamento e defende-se que as instituições internacionais facilitam a cooperação internacional, analisando-se o funcionamento das instituições e como estas podem obter resultados satisfatórios (Sterling-Folker, 2013, p. 114). Segundo esta perspectiva, de forma a criar ordem e a mantê-la, o papel desempenhado pelos regimes e pelas regras é fulcral.

Uma das diferenças principais entre o liberalismo e o realismo prende-se com a questão do papel das organizações internacionais e com a relação de interdependência. Existe uma perspectiva relativa à possibilidade de cooperação internacional mais positiva

e, enquanto o realismo atribui pouca ou nenhuma importância ao papel dos atores não estatais, o liberalismo, e principalmente o liberalismo institucional, sublinha a sua relevância no sistema internacional (Krasner, 1983).

O papel atribuído às instituições é aqui analisado, uma vez que poderá ser aplicado à questão da governação climática. Como já foi referido, contrariamente à teoria realista, o liberalismo não só reconhece atores não estatais como lhes atribui uma importância acrescida. É relevante referir o conceito de regime que, segundo Krasner, entende-se como o “*conjunto de princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão, implícitos ou explícitos, à volta dos quais se convergem as expectativas dos atores, numa determinada área das Relações Internacionais*” (Krasner, 1983, 2). As instituições – objeto de estudo de Krasner – são para os liberais atores determinantes no sistema internacional. Tendo em conta as diferentes abordagens ao conceito de regime e instituição, podem realçar-se várias perspetivas que demonstram a importância destes atores para a ordem do sistema internacional, principalmente na questão da cooperação. Para Keohane e Nye (1977, p.19), os regimes “*regulam comportamentos dos atores e controlam os seus efeitos*”; Hedley Bull (1977, p.54) refere a importância da existência de regras e, por sua vez, a existência de instituições que assegurem o cumprimento dessas regras de forma a manter a ordem internacional. Pode concluir-se que, do ponto de vista da teoria liberal, a existência de instituições no sistema internacional torna-se um fator determinante para a existência de cooperação entre os Estados.

No que toca especificamente à questão climática, Levy, Keohane e Haas (1993) afirmam que as instituições ambientais internacionais podem desempenhar um ou os três seguintes papéis: aumentar a preocupação governamental; dar um maior realce aos contratos ambientais e incrementar a capacidade nacional. Aplicando estas possibilidades ao contexto real das alterações climáticas, constata-se que as organizações internacionais têm desempenhado um papel relevante no estabelecimento e na promoção da questão das alterações climáticas na agenda política. Um exemplo é o papel desempenhado pela OMM, que tem estado envolvida no estudo do clima há mais de cem anos e, juntamente com o PNUMA, estabeleceram o IPCC, que tem sido fulcral nas investigações sobre as alterações climáticas, fornecendo as mais importantes informações científicas relativas ao assunto, assim como as COP que também exercem influência na agenda política (Rowlands, 2001, p. 58). Confirma-se então a capacidade das organizações internacionais em influenciar a agenda política, aumentando a preocupação governamental.

Levy, Keohane e Haas (1993) afirmam também que amplificar os contratos ambientais significa proporcionar fóruns de discussão e de negociação que estabelecem reduções nos custos de transações e criam processos de tomada de decisões; monitorizam a qualidade ambiental, a performance nacional ambiental e as políticas ambientais nacionais aumentando a responsabilidade nacional e internacional. Aplicado à realidade climática, neste aspeto realça-se o papel das COP e a publicação de relatórios referentes às ações de combate às alterações climáticas, traduzindo-se na criação de *frameworks* que monitorizam as negociações climáticas e responsabilizam os intervenientes. Múltiplos programas têm sido estabelecidos, o que também comprova a participação ativa e relevante dos atores não estatais.

Relativamente à questão da cooperação internacional, pode afirmar-se que esta teoria demonstra uma perspetiva bastante mais otimista do que a teoria realista. Segundo Keohane (1984), a cooperação “(...) *requer que as ações de indivíduos separados ou organizações – ações que não estão inicialmente em harmonia – entrem em conformidade através de uma negociação, de um acordo.*” É precisamente neste aspeto e por causa dele que os Estados, segundo Keohane, organizam e dependem das instituições internacionais, afirmando ainda que: “*As organizações internacionais são benéficas para os Governos porque permitem que entrem em acordos bilaterais que são benéficos para ambas as partes.*” (Keohane, 1984).

De acordo com Ian H. Rowlands, 2001, de forma a criar-se um acordo internacional, os Estados avaliam os benefícios e os custos de uma possível cooperação. Alguns critérios considerados positivos incluem a existência de interesses mútuos, uma previsão futura de benefícios a longo prazo para ambas as partes e, por último, um número de participantes relativamente reduzido (Rowlands, 2001, p. 56). Aplicando estes fatores à questão das alterações climáticas podem ser retiradas diversas conclusões.

De facto, existem interesses mútuos, uma vez que cooperar para reduzir as emissões de carbono trará benefícios a nível global. Se não existir cooperação a curto prazo, a longo prazo todos os atores se tornarão vítimas das alterações climáticas e do aquecimento global. Esta é conclusão que se retira de forma mais óbvia, no entanto, Rowlands afirma que a questão não é vista desta forma por todos e que as alterações climáticas podem não constituir uma tragédia dos comuns. O argumento apresentado é o de que alguns países têm mais razões e mais motivação para combater as alterações do que outros. Isto deve-se às diferentes consequências ambientais que variam espacialmente (algumas áreas são mais afetadas do que outras), assim como as diferenças relativas aos

custos/ benefícios económicos que também variam entre diferentes países. Assim, alguns países são mais propícios a desempenhar um papel ativo contra as alterações e a apoiar políticas ambientais do que outros. A vulnerabilidade a que estão sujeitos diferencia as respostas. O autor apresenta o exemplo da Rússia que, sugere, pode até preferir o *status-quo* e não apoiar a mitigação, uma vez que aparenta resultar em invernos mais quentes e curtos para a região. Em relação ao critério das previsões futuras, as alterações climáticas não constituem uma ameaça passageira; prevê-se que continuem a constituir uma questão relevante futuramente. Assim sendo, espera-se que os países se encontrem mais aptos a cooperar, dado tratar-se de uma questão que se manterá na agenda política internacional futuramente. Para finalizar, o critério relativo ao número de participantes na questão climática pode descrever-se como bastante elevado, dado a sua globalidade, o que não favorece a cooperação, de acordo com os critérios acima referidos. No entanto, verifica-se também a criação de blocos e alianças nas negociações, o que diminui o número de participantes nas negociações e facilita o processo (Rowlands, 2001, p. 56).

O liberalismo e o neoliberalismo realçam a importância da cooperação entre os países e, em termos de negociações climáticas, esta cooperação permite, por exemplo, que os países desenvolvidos prestem apoio financeiro aos países em desenvolvimento para fundos e programas de mitigação e adaptação climática. Se não existisse cooperação nem esforços conjuntos, os países em desenvolvimento talvez não conseguissem estabelecer iniciativas de combate às alterações climáticas. É referido também que os valores da UNFCCC e do Protocolo de Quioto refletem a economia do neoliberalismo (Khan, 2016).

Conclui-se que, segundo o liberalismo, o papel dos atores não estatais é fundamental para que exista cooperação internacional e que as perspetivas para que esta ocorra são positivas. Segundo esta teoria, as negociações e os acordos climáticos constituem processos capazes de obter a cooperação internacional necessária para lidar com a questão climática.

#### 1.4.3. Ecofeminismo

O termo ecofeminismo surgiu em 1974 (d'Eaubonne, 1974) e tornou-se um movimento político a partir da década de 80. Ecofeminismo, tal como o nome indica,

consiste na junção de dois conceitos, o de ecologia – que estuda a interdependência entre todos os organismos vivos – e o conceito de feminismo – movimento que luta pela igualdade nos direitos de género. O que está em causa, portanto, é a ligação entre os direitos ecológicos e os direitos de igualdade de género. A teoria defende que ambos estão interligados, uma vez que tanto a mulher como a Natureza são objetificadas pela sociedade (Öztürk, 2020).

Por sua vez, a contribuição da teoria feminista nas Relações Internacionais passa por diversos pontos, incluindo o de tornar o papel da mulher visível e o de expor e desconstruir normas de género socialmente construídas. Para tal a teoria compromete-se a desafiar os estereótipos de género, mais concretamente, a questionar as características associadas ao sexo masculino e as associadas ao sexo feminino, que acabam por ditar os papéis que estes desempenham nas relações internacionais e na política a nível global. A literatura feminista realça as questões de género e do papel da mulher, questionando e desafiando os conceitos fundamentais e centrais das Relações Internacionais (Smith, 2017).

Uma importante contribuição do ecofeminismo é a perspetiva crítica que apresenta relativamente à ética ambiental. Para além de ter como objetivo o fim da cultura patriarcal, procurando estabelecer igualdade entre os géneros, luta também pela valorização da vida de todos os seres vivos, incitando à igualdade de todas as formas de vida e defendendo uma perspetiva ecocêntrica – sistema de valores centrado na Natureza (Öztürk, 2020). E à medida que as alterações climáticas se agravam, torna-se necessário recorrer a novas abordagens que apresentem soluções ao problema, daí a relevância do ideal associado ao ecofeminismo: a adoção de uma nova atitude na relação entre o ser humano e a Natureza, de forma a criar uma maior interligação entre os dois, e a evitar a materialização dos restantes seres vivos.

As várias vertentes do ecofeminismo apontam ideias interessantes relativamente à questão ambiental, abordando principalmente as suas causas. O ecofeminismo liberal culpa o acelerado crescimento económico pelos problemas ambientais, afirmando que não são tomadas as devidas precauções ambientais no processo de industrialização enquanto o ecofeminismo cultural defende que a mulher dispõe de uma relação de maior proximidade com a Natureza do que o homem e culpa o sistema patriarcal e os sistemas económicos e políticos a este associados pela degradação do meio ambiente (Allison, 2017, p. 10). Por sua vez, o ecofeminismo socialista critica o capitalismo e as instituições patriarcais por valorizarem a produção e a acumulação de capital, argumentando que a



Natureza tem sido depreciada, explorada e destruída pelo capitalismo e pelo sistema patriarcal (Allison, 2017, p. 12).

A postura associada à teoria feminista defende que as mulheres estão frequentemente expostas a diferentes formas de violência de género e que esta não atrai a visibilidade necessária para que existam mudanças. Mais, afirma que a violência de género prevalece a nível global e não se limita a um sistema económico ou político específico. Refere-se ainda que muitas sociedades são vistas como pacíficas ou estáveis e, no entanto, apresentam níveis elevados de violência de género, o que demonstra uma imagem de violência e insegurança que não é tida em consideração na agenda política, determinante nas Relações Internacionais, existindo, por isso, o objetivo de tornar o papel da mulher mais visível. Assim, procura-se desafiar as construções de género e a imagem da mulher como predominantemente pacífica, necessitada de proteção, ou vítima. Estas construções provam que existe desigualdade de género e contribuem para a exclusão da mulher das perspetivas tradicionais em Relações Internacionais, pois as características que lhe são atribuídas relacionam-se com a esfera privada e não pública, o que descredibiliza a sua perspetiva na política global e em diversos assuntos internacionais (Smith, 2017, p. 63).

O ecofeminismo defende a descentralização e a criação de respostas a nível local, procurando mitigar os problemas ambientais através de soluções que favoreçam as comunidades em questão. Relativamente à dominação existente sobre a mulher e sobre a Natureza, a resposta do ecofeminismo passa por reestruturar o sistema patriarcal, de forma a que os valores dominantes passem a ser os da defesa da igualdade, do não-dualismo e de uma organização não hierárquica (Mehta, 2016). O ecofeminismo pode assim desempenhar um papel crucial na criação de políticas protetoras do ambiente, justificando a sua relevância no contexto das alterações climáticas.

#### 1.4.4. Neo-Marxismo

Relativamente aos padrões existentes na cooperação internacional, o neo-marxismo defende que estes podem ser explicados focando-se nos atores mais poderosos a nível económico, por outras palavras, os mais poderosos da economia capitalista (Amin et al, 1982). Um aspeto importante desta teoria para a questão climática é o facto de

sublinhar os contrastes económicos existentes entre os países industrializados do norte e os menos industrializados do sul, ao que chama de “*dependency theory*”. Afirma-se que a dominação do norte sobre o sul continua e não terminou com o fim da colonização, a diferença que se regista é que em vez de se exercer domínio político exerce-se influência económica (Rowlands, 2001). Tais contrastes entre os países do hemisfério sul e os do norte são também observados na questão climática, existindo vários autores a sublinhar estas diferenças. Não só a contribuição para o aquecimento global através da emissão de gases com efeito de estufa difere radicalmente entre um hemisfério e outro, como também as consequências e os efeitos que se registam afetam de forma diferente as duas regiões.

Segundo o neo-marxismo deve esperar-se tensões entre o norte e o sul a nível das negociações climáticas. Isto verifica-se no sentido em que se critica que as negociações realizadas entre o norte e o sul refletem apenas os interesses dos países capitalistas e industrializados, ou seja, os do norte (Hyder, 1992).

Contrariamente às restantes teorias tratadas até agora, de acordo com o neo-marxismo os atores relevantes nas negociações climáticas são as grandes empresas de combustíveis fósseis, que desempenham um papel importante por causa do seu poder e riqueza. Afirma-se que a mitigação das alterações climáticas passa inevitavelmente pela redução da utilização dos combustíveis fósseis, no entanto, como essas empresas exercem uma grande influência, a teoria defende que tal gera um conflito de interesses aquando das negociações (Houghton, 1994). Assim, o neo-marxismo prevê que a reação por parte destas empresas ao aquecimento global seja negativa e que se expresse através de tentativas de negação das alterações climáticas e de descrédito relativamente à ciência ambiental. De facto, pode afirmar-se que muitos elementos das indústrias de combustíveis fósseis tentam resistir a uma resposta proactiva às alterações climáticas e que o mesmo se aplica aos Estados. Verifica-se que muitos demonstram também reservas relativamente a uma diminuição dos combustíveis fósseis, realçando os impactos a nível económico que as reduções poderiam causar. Daqui conclui-se que os interesses capitalistas constituem uma prioridade e levam a que as consequências ecológicas causadas pelo sistema capitalista se tornem cada vez mais universais (Levy e Egan, 1998). Pode apresentar-se o exemplo dos Estados Unidos, que em 2001 negou ratificar o Protocolo de Quioto e mais recentemente, em 2017, anunciou a intenção de se retirar do Acordo de Paris.

No entanto, a questão do interesse capital (ator central para esta teoria) não se verifica inteiramente. Tal como afirma Ian H. Rowlands, confirma-se que muitas empresas – particularmente as empresas de combustíveis fósseis – se sentem ameaçadas

face à redução das emissões de dióxido de carbono. Mesmo assim tal verifica-se nas que produzem petróleo e não, por exemplo, no que toca ao gás natural (por ter menores implicações ambientais). Para além disso, outras empresas, como as de energias renováveis, veem as reduções e a mitigação como oportunidades comerciais e de crescimento. De realçar também que as posições tomadas variam de acordo com a empresa em particular (Rowlands, 2001).

Pode então concluir-se que os interesses capitais desempenham um papel ativo e relevante na questão das negociações climáticas e na resposta internacional ao problema, mas não se pode atribuir a relevância que a teoria atribui, uma vez que estes não são os únicos atores a intervir na questão.

#### 1.4.5. Teoria Verde

A partir de 1960 passou a reconhecer-se publicamente a existência de uma crise global ambiental e a ideia de que, como seres humanos focados em interesses próprios, os recursos naturais serão sobreutilizados (Hardin, 1968). É durante as décadas seguintes que se realiza a primeira conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e que, eventualmente, emergem os chamados partidos políticos verdes, assim como políticas públicas ambientais. Estes eventos carecem de uma teoria que ajude a explicar a problemática ambiental aos olhos da política, dado que, a teoria das Relações Internacionais consegue explicar o porquê da questão das alterações climáticas ser de difícil resolução - a existência de competição económica entre os Estados e a dificuldade em criar cooperação - no entanto não consegue criar uma *framework* que apresente uma resolução para o problema, e é assim que surge a teoria verde.

Os desenvolvimentos teóricos que têm surgido acerca das questões ambientais na disciplina de Relações Internacionais são criticados pela teoria verde por aceitarem o enquadramento político, social e económico existentes na estrutura global política. Afirma-se que os desafios ambientais existentes ainda não causaram transformações ou alterações na teoria das Relações Internacionais e que é necessária uma mudança de paradigma (Paterson, 2005; Dyer, 2017(b)). Afirma-se que as teorias da disciplina centram-se nas relações humanas apenas dentro e entre comunidades, não abordando as relações humanas com o ambiente e os atores não humanos, e que se enfatiza os direitos

individuais de escolha e de consumo, mas não se considera as consequências ambientais desse consumo. Estas ideias partem do princípio de que o desenvolvimento económico é a grande causa da destruição ambiental e que o mundo já atingiu o limite do desenvolvimento (Meadows et al, 2004).

Esta teoria destaca-se por se tratar de uma teoria crítica que procura desafiar o próprio *status-quo*. Defende que as práticas de produção, distribuição e consumo político-económicas estão “desenhadas” de forma a satisfazer as necessidades e vontades humanas imediatas, refletindo um mercado global que não reconhece limites ecológicos nem atinge sustentabilidade ecológica. Assim, a teoria verde afirma que o desenvolvimento humano deve ser reduzido de forma a preservar os interesses da vida não-humana, ou seja, defende que deve existir um limite na liberdade de consumo com o objetivo de proteger o meio ambiente e as restantes espécies, pondo a natureza em primeiro lugar (Dyer, 2017(b)). Por defender estes ideais, a teoria verde, tal como o ecofeminismo, caracteriza-se como uma teoria ecocêntrica - defende um sistema de valores centrado na Natureza - contrariamente ao antropocentrismo - sistema de valores centrado no ser humano (Goodin, 1992).

O ecocentrismo não distingue nem prioriza o ser humano das restantes formas de vida nem da natureza, assumindo uma abordagem que não se baseia numa hierarquia (Ari e Gökpınar, 2019). Pode afirmar-se que a perspetiva apresentada pelo ecocentrismo é mais abrangente quando comparada com a antropocêntrica. A primeira prioriza o bem-estar dos ecossistemas, enquanto a segunda tem em conta apenas o valor a curto prazo que a natureza pode ter para os humanos. Outra característica relevante do ecocentrismo é que implica a rejeição da divisão entre políticas domésticas e internacionais, justificando que as fronteiras entre Estados não coincidem com ecossistemas, ou por outras palavras, os problemas ambientais globais necessitam de respostas e soluções também globais (Burke et al, 2016).

Da mesma forma, a teoria verde afirma que ter o Estado como ator principal nas Relações Internacionais dificulta a resolução das questões ambientais. Aliás, refere-se que o envolvimento dos atores estatais não só não resolve os problemas ecológicos como complica o balanço ecológico e dificulta todo o cenário (Ari e Gökpınar, 2019). Existe até a ideia de que seria benéfico abdicar de fronteiras e de divisões entre os países e organizar os Estados de uma forma mais apropriada ecologicamente. Para tal destacam-se duas opções: promover estruturas políticas globais e centralizadas, tal como uma instituição capaz de lidar com as questões ambientais (Biermann, 2001), ou permitir a

existência de várias instituições locais interconectadas e descentralizadas (anárquicas, até) capazes de agir de acordo com a necessidade das circunstâncias (Dyer, 2014; Burke et al, 2016).

A descentralização é também objeto de estudo da teoria verde, defendendo-se que a transferência do poder e da autoridade de instituições centrais para instituições locais apresenta vantagens ecológicas, já que as comunidades pequenas tendem a depender mais nos recursos locais e, por isso, a sua preocupação em relação ao ambiente pode ser maior. No entanto, existem também objeções que se prendem ao facto de que, por se tratar de um nível muito local, o desenvolvimento de mecanismos eficazes ao combate dos problemas ambientais globais pode tornar-se pouco provável (Dyer, 2017(b)) ou a ideia de que a descentralização pode ser atingida mantendo os atores-estatais, e através de medidas inclusivas, tais como o estabelecimento de relações de forma coordenada entre os Estados e as sociedades e a modernização de políticas ecológicas e críticas (Eckersley, 2004, p. 241).

Relativamente às negociações climáticas que se têm realizado, a teoria verde defende que é mais importante dar atenção aos valores humanos e às decisões dentro das comunidades do que às negociações entre Estados, afirmando que os atores mais apropriados a criar uma mudança no paradigma são atores não-estatais. Os Estados não são considerados atores adequados para resolver os problemas ecológicos por causa do carácter global do problema e porque as medidas locais apresentam melhores resultados (Paterson, 2005, p. 242). Assim, uma solução da teoria verde pode passar pela existência de comunidades interligadas entre si que trabalhem em conjunto para reduzir emissões e proteger o clima (Dyer, 2017(b), p. 89).

Pode então afirmar-se que a teoria verde destaca-se por permitir compreender o problema em termos de valores ecológicos a longo prazo, em vez de interesses humanos ou políticos a curto prazo. Apresenta-se como a única teoria defensora da necessidade de alteração dos valores e comportamentos humanos, o que apresenta uma oportunidade de mudança do paradigma na política global.

### 1.5. Antropoceno, Crise Climática e Relações Internacionais

A questão das alterações climáticas, apesar do seu carácter multidisciplinar, pode facilmente ser considerada uma das questões mais complexas para as Relações Internacionais, não só por se tratar de uma questão global que requer cooperação e diálogo entre os vários atores internacionais, mas também porque as suas consequências, que começam já a fazer-se notar, impactam, a curto e a longo prazos, os mais diversos aspetos da vida em sociedade como a conhecemos. No entanto, apesar da sua importância, trata-se de uma questão que ainda não causou alterações na disciplina e, para além disso, não existem ainda soluções concretas ou medidas que resolvam, de facto, o problema. Não obstante, a questão climática começa a ser um tema presente nas Relações Internacionais, e a relevância que lhe é dirigida pode apenas acentuar-se.

Após a 2ª Guerra Mundial, questões relacionadas com a segurança internacional e possíveis problemas causados pela Guerra Fria constituíram o foco das preocupações para as Relações Internacionais. Os problemas ambientais não foram alvo de atenção até às décadas de 70 e 80, em que se concluiu que os rápidos crescimentos populacionais e económicos - que ocorriam desde a década de 50 - resultaram em sérios problemas ambientais. Foi apenas na década de 80 que questões como a perda de biodiversidade ou a destruição da camada de ozono começaram a fazer parte da agenda internacional. O fim da Guerra Fria e a redução da importância atribuída às questões de segurança, contribuíram para que a questão climática e o desenvolvimento sustentável ganhassem relevo, temas enfatizados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1992, no Rio de Janeiro (Rowlands, 2001).

Porém, como realça Hugh Dyer (2017) existe diferença entre adicionar simplesmente a questão climática à lista de temas tratados na disciplina e entre adotar as transformações que esta temática exige. É principalmente no decorrer deste processo que surge a problemática das alterações climáticas nas Relações Internacionais. A transformação na teoria das Relações Internacionais exigida para tratar a questão climática requer a alteração de hipóteses e de suposições fundamentais na disciplina e requer também novas abordagens relativas a conceitos básicos. Por outras palavras, fala-se da alteração de todo o paradigma, desde da ontologia da disciplina, à epistemologia e aos métodos de investigação. Segundo o autor, existe um potencial considerável em adotar as perspetivas ecológicas, uma vez que estas têm a capacidade de repensar e

reconstruir abordagens tradicionais, o que, segundo o mesmo, enriqueceria a disciplina (Dyer, 2017 (a), p.3).

No entanto, as teorias tradicionais continuam no domínio e a ofuscar a atenção de abordagens mais recentes que têm a capacidade de dar respostas mais adequadas aos problemas atuais, principalmente ao problema da crise climática. O conceito de soberania e a ideia de que o Estado constitui um dos principais atores do sistema internacional são ideias que acompanham as teorias de Relações Internacionais desde o seu início. Compreensivelmente, a sua substituição por novas perspectivas constitui uma transição difícil. No entanto, deve ter-se em atenção que a relação atual existente entre soberania e ecologia pode facilmente apresentar-se como um entrave à compreensão e mitigação da crise climática, uma vez que se trata de uma crise global em que o conceito de soberania pouca relevância ocupa. O próprio Estado não será capaz de lidar ou resolver os problemas ambientais por si só. Tratando-se de uma questão com consequências tão diversificadas e abrangentes a nível global – tais como a subida do nível médio do mar; os longos períodos de seca; a maior ocorrência de tempestades, etc – a cooperação e a participação de atores não estatais é mais do que importante e a resolução dos problemas relacionados com as alterações climáticas passa por uma intervenção a nível local ou global, e não pela ação do Estado (Burke et al, 2016).

A dificuldade do atual paradigma da disciplina de Relações Internacionais em abordar a questão climática prende-se muito com o facto de se tratar de uma abordagem antropocêntrica, ou seja, centrada no homem. É cada vez mais urgente e importante notar que o ser humano se tornou um agente geológico e que a dicotomia e a relação entre ser humano e Natureza necessita de ser vista de forma diferente, evitando separações entre o conceito de ser humano e os restantes seres vivos. Para isso, uma alteração que contribuiria para uma melhor perceção do problema ambiental seria a adoção de uma perspectiva ecocêntrica – centrada na Natureza – em vez da atual perspectiva antropocêntrica.

Refere-se que um dos desafios passa precisamente por repensar as Relações Internacionais de forma a introduzir o conceito de ambiente de forma adequada, ou seja, num contexto em que o a humanidade, o sistema internacional e a ecologia são vistos como mutuamente transformativos e, ao mesmo tempo, mutuamente destrutivos (Corry, 2017, p. 112). Assim, o conceito de ambiente na disciplina necessita de uma abordagem que esteja de acordo com os desafios enfrentados atualmente. Para além disso, é necessário torná-lo no tema central. O que se procura atingir através do ecocentrismo, e

que é cada vez mais necessário, é precisamente a segunda ideia. No entanto, a transição para uma perspectiva ecocêntrica provocaria uma remodelação de toda a disciplina, o que facilita a permanência das teorias clássicas focadas no Estado.

Esta visão é partilhada por diversos autores, afirmando-se cada vez mais a necessidade de abandonar as visões tradicionais em que o Estado constitui o ator principal do sistema internacional. Defende-se que o Antropoceno – período geológico atual marcado pela influência da atividade humana no planeta – exige alterações a todos os níveis da disciplina e que acaba com a divisão entre o mundo das ciências sociais e o das ciências naturais (Pereira, 2017, p.7). De acordo com a autora, o Antropoceno provoca diversas alterações no sistema internacional, entre elas novos tipos de dependência entre os Estados e a ideia de uma “sociedade de risco”, devido ao ambiente de incerteza que caracteriza o Antropoceno, e que, por sua vez, dificulta todo o processo relacionado com a criação de políticas (Pereira, 2017, p.7).

Tendo em conta o ambiente de mudança e a imprevisibilidade característicos do Antropoceno, as teorias focadas unicamente no papel do Estado tornar-se-ão obsoletas, uma vez que os atores naturais e materiais não são considerados e ocupam, cada vez mais, um papel de destaque (Pereira, 2017, p. 16). Daqui conclui-se ser necessária uma nova abordagem, tal como referido anteriormente, uma abordagem não antropocêntrica. E, tal como já foi visto, as teorias verdes tendem a incluir uma maior diversidade de atores e a parecem estabelecer a relação mais promissora entre as Relações Internacionais e o ambiente.

Torna-se, assim, cada vez mais necessário reestruturar a ordem da política internacional, de forma a tentar garantir a segurança da vida no planeta e evitar danos irreversíveis (Burke et al, 2016). O ambiente de instabilidade, incerteza e imprevisibilidade associado ao Antropoceno faz ver que o mundo em que vivemos não é, de facto, estável e que nenhuma teoria o pode antecipar ou prever de forma total, sendo importante existir abertura a várias e diferentes perspectivas e abordagens (Pereira, 2017; Burke et al, 2016; Harrington, 2016).



## Capítulo 2- *Land Grabbing* na Colômbia

Após o enquadramento teórico e uma contextualização, de forma geral, da governação das alterações climáticas, este capítulo centra-se especificamente no caso colombiano de *land grabbing*, abordando as suas causas e consequências, e por fim, analisando a política ambiental doméstica e externa do país, assim como a sua posição na governação global do clima.

Através dos vários subcapítulos pretende-se responder às questões levantadas pelo trabalho, relativamente aos principais atores da prática de *land grabbing* na Colômbia e qual o papel do governo colombiano; quais as políticas ambientais domésticas e externas que influenciam todo o contexto e como pode a Colômbia garantir a segurança climática? A partir destas questões resultaram outras secundárias que serão também abordadas neste capítulo: de que forma o ambiente de conflito colombiano e o acordo de paz influenciam a prática de *land grabbing*; qual a influência do setor económico; quais as consequências a nível ambiental e qual o papel da comunidade internacional.

### 2.1. Considerações metodológicas

O método de investigação deste trabalho é essencialmente um método qualitativo, recorrendo principalmente à consulta e análise da literatura referente ao tema, de relatórios e dados oficiais, de artigos científicos e principais meios de media colombianos, como por exemplo jornais de referência.

Relativamente à investigação realizada sobre a prática de *land grabbing* na Colômbia e as políticas ambientais do país, utilizou-se maioritariamente a base de dados *Web of Science*, pesquisando por todos os artigos referentes ao *land grabbing*, à desflorestação e a medidas ambientais aplicadas, utilizando palavras-chave como *\*Colombia\**, *\*land grabbing\** e *\*Amazonia\**, num intervalo de tempo abrangente, mas mais centrado nas administrações de Uribe, Santos e Duque (2002-2020). Dos artigos que resultaram dessa pesquisa, numa primeira fase, leu-se o sumário e a conclusão para saber quais utilizar, tendo em conta a sua relevância para o trabalho: incluíram-se os que abordaram diretamente o contexto do *land grabbing* no país e na Amazônia colombiana em específico, identificado os atores, as causas e consequências, e os que enumeraram ou

analisaram o contexto da política ambiental colombiana. Esta seleção incluiu artigos de revistas científicas como a *Regional Environmental Change*; *Journal of Peasant Studies*; *Politics & Society*; *Journal of Agrarian Change*, etc. Outras fontes acedidas com o propósito de complementar e descrever o cenário pretendido, foram, por exemplo, o *Centro Nacional de Memoria Histórica*, a *Biblioteca Nacional de Colombia*, o *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE). Procurou-se também por reportagens realizadas sobre a prática de *land grabbing* em jornais informativos de referência, tais como *El Espectador* e *El País*.

Para o enquadramento histórico pesquisou-se por artigos científicos na base de dados *Web of Science* referentes à Guerra Civil colombiana, aos atores armados – especialmente as FARC-EP – e relativos também ao período do acordo de paz e do pós acordo de paz. Selecionaram-se os artigos que abordavam o conflito durante as administrações de, novamente, Uribe, Santos e Duque, e os artigos que explicavam o comportamento das FARC-EP e a sua influência, assim como de outros grupos armados relevantes, de forma a estabelecer a relação entre *land grabbing* e o conflito. Seguiu-se o processo de seleção acima referido. Para dados mais concretos referentes à guerra civil consultaram-se fontes como o *Centro Nacional de Memoria Histórica* e a *Biblioteca Nacional de Colombia*.

Os dados relativos à concentração de dióxido de carbono/ aquecimento global e alterações climáticas foram retirados dos relatórios do IPCC, e, quando se tratou, em específico, de dados relativos às emissões da Colômbia, estes retiraram-se sobretudo de documentos e agências governamentais – tais como o IDEAM (*Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales*); GEF (*Global Environment Facility*) e iNDC de Colombia, procedendo-se a uma análise quantitativa dos mesmos.

No que diz respeito à análise sobre a relação entre a desflorestação na Amazônia colombiana e as alterações climáticas, utilizou-se a base de dados *Web of Science* para aceder a artigos científicos que destacassem a desflorestação na Amazônia colombiana e artigos que abordassem a forma como esta desflorestação pode acentuar as alterações climáticas. Incluíram-se artigos de revistas científicas como a *Global Environmental Politics*; *Trends in Ecology & Evolution*; *Journal of Peasant Studies*; *Journal of Agrarian Change*; *Journal of Political Ecology*, etc.

Por sua vez, para compreender o posicionamento colombiano na UNFCCC a pesquisa por artigos na base de dados *Web of Science* focou-se em conteúdos referentes às políticas ambientais externas do país, que descrevessem o papel desempenhado na

esfera internacional e o sucesso/ insucesso das iniciativas aplicadas. Utilizaram-se artigos de revistas como a *Journal of Political Ecology* e *Journal of Latin American Studies*. O período temporal abrangeu as administrações de Uribe, Santos e Duque, uma vez que correspondem a diferentes contextos de análise: o decorrer do conflito armado, a assinatura do acordo de paz e o pós-acordo de paz. A análise do posicionamento colombiano foi efetuada tendo por base estes artigos referidos, assim como artigos e livros que apresentassem perspectivas teóricas focadas em questões da governação das alterações climáticas na esfera internacional, para guiar a análise e suportar as ideias apresentadas. Utilizaram-se artigos de revistas científicas como *The Anthropocene Review*, *Foreign Affairs* e *International Political Sociology*, tendo sido selecionados os que apresentassem perspectivas, na sua maioria pós-antropocêntricas, dado que exploram de forma mais completa a relação entre o ser humano e a Natureza, e que identificassem falhas nas negociações climáticas internacionais e referissem possíveis soluções.

Através desta pesquisa pretendeu-se explorar o que é referido na literatura no que diz respeito à prática do *land grabbing* na Colômbia, assim como explorar o que tem sido escrito acerca das suas consequências. Procurou-se ainda analisar os seguintes elementos: o papel de todos os atores envolvidos e a sua dinâmica; o papel do governo colombiano nesta questão, assim como as políticas relativas à questão climática; a governação global climática e os riscos ambientais derivados da prática do *land grabbing*.

Trata-se de uma investigação explicativa qualitativa, uma vez que procura compreender o papel do governo colombiano e das políticas climáticas face às consequências ambientais da prática do *land grabbing*.

## 2.2. Enquadramento histórico

No enquadramento histórico importa referir alguns aspetos sociais da Colômbia que facilitam a ocorrência de *land grabbing* no país, tais como o carácter violento dos vários conflitos das últimas décadas, destacando a Guerra Civil.

A relação entre este conflito armado e a prática de *land grabbing* não é nítida numa primeira análise, mas torna-se visível quando se tem os atores paramilitares em

consideração. Uma das características do conflito foi a sua vertente paramilitar e os diversos grupos insurgentes que foram surgindo e ganhando terreno. A influência negativa que exerceram sobre os civis, principalmente agricultores, traduziu-se em muitos casos na retirada de terras, isto porque uma das fontes de rendimento dos grupos paramilitares consistia nos variados usos lucrativos que davam aos terrenos. O ambiente instável e violento causado pelos confrontos da guerra civil tornou a população mais vulnerável aos ataques dos grupos paramilitares, que se tornaram os atores principais no que diz respeito à prática de *land grabbing* durante o período da guerra.

Após o acordo de paz os atores principais deixam de ser estes grupos insurgentes e passam a ser as grandes empresas e o próprio governo. Estes aspetos contextualizam a questão do *land grabbing* na Colômbia e, por isso, serão analisados mais profundamente nesta secção.

### 2.2.1. Guerra Civil Colombiana

A Colômbia apresenta um historial marcado pelo conflito e caracteriza-se como um país que demonstrou sempre grandes níveis de desigualdade social. Para este cenário contribui a forte divisão que existiu desde cedo entre os partidos conservadores e os liberais e que provocaram alguns dos principais conflitos, como por exemplo a Guerra dos Mil Dias, uma guerra civil entre liberais e conservadores decorrida de 1899 a 1902 e que vitimizou cerca de 120 000 pessoas (BBC News, 2016).

Por sua vez, o conflito armado que mais importa referir para contextualizar a questão deste trabalho é a Guerra Civil Colombiana. Isto porque o conflito em si causou um ambiente de instabilidade e de insegurança que facilitou a retirada de terras às populações mais vulneráveis. Para além disso, os grupos paramilitares foram atores relevantes no *land grabbing*, como será referido adiante. A Guerra Civil iniciou-se em 1948, depois do assassinato do candidato liberal Jorge Eliecer Gaitan. A sua morte provocou um ambiente de revolta que se estendeu às zonas rurais, onde se formaram guerrilhas, criadas a partir da mobilização das elites liberais (Osorio et al, 2019, p.2) e que deram um novo rumo e mais intensidade à luta.

Um dos períodos mais marcantes ocorreu entre 1948 e 1958 e ficou conhecido por “*La Violencia*”, assim denominado pela ocorrência de violência a nível político, social,

religioso e económico. Durante este período a violência vitimizou cerca de 200 000 pessoas; obrigou a que cerca de 2 milhões emigrassem, maioritariamente para a Venezuela, e outras tantas foram forçadas a deixar as suas casas e as suas terras (World Peace Foundation, 2016). Estes deslocamentos forçados – a que se vai dar mais atenção posteriormente – e o processo de urbanização, uma vez que as cidades eram mais seguras do que os campos, foram consequências diretas da guerra civil (Caballero, 2016).

Este período terminou através de um pacto entre conservadores e liberais, que criaram a Frente Nacional e partilharam o poder entre ambos. No entanto, este sistema excluiu a participação de outros atores no governo, o que levou a protestos e à organização de diversos grupos rebeldes. Assim surge uma guerra de guerrilhas que tem como participantes atores armados.

Segundo Osorio et al (2019), o termo “atores armados” refere-se a entidades estatais e/ ou não estatais dispostas e capazes de fazer uso da violência organizada contra outros atores armados ou contra a população civil, num determinado território e com objetivos políticos ou económicos. Constituem, por exemplo, forças governamentais; organizações insurgentes; grupos paramilitares e organizações criminais. (Osorio et al, 2019, p.2). Faz-se ainda a distinção entre grupos armados estatais e grupos armados não estatais. Os primeiros referem-se às instituições formais do Estado, encarregadas de estabelecer a segurança, enquanto os segundos dizem respeito a uma grande variedade de organizações armadas exteriores ao controlo direto da autoridade governamental ou mesmo em oposição ao governo, capazes de exercer força (Osorio et al, 2019, p.2).

Na Colômbia, os atores armados mais relevantes foram as FARC-EP. Criadas em 1964 tornaram-se no principal grupo de guerrilha do conflito, de cariz comunista e seguindo uma ideologia marxista-leninista, os principais fundadores e militantes constituíam pequenos agricultores e trabalhadores rurais que procuravam lutar contra os grandes níveis de desigualdade do país. Com o tempo, estima-se que o número máximo de militantes ativos tenha sido cerca de 22 000 (Gutiérrez-Sanín, 2008, p.12). A violência é uma característica das FARC-EP e os seus ataques incluíram não só a utilização de armas, como de explosivos e minas. Muitas das suas vítimas foram civis, incluindo crianças, e ainda milhares de mortes causadas pelas minas deixadas. Para além disto, milhares de pessoas foram raptadas pela organização com o objetivo de obter dinheiro através do seu resgate. Outra fonte de rendimento do grupo fez-se através do tráfico de droga, muito presente na Colômbia, um dos principais países produtores de cocaína (Gutiérrez-Sanín, 2008, p.13).

Para além das FARC-EP, fizeram parte do conflito colombiano diversos grupos armados insurgentes, paramilitares e criminosos, dos quais se destacam os seguintes: Exército de Libertação Nacional (ELN), grupo armado de extrema-esquerda criado em 1964; Exército de Libertação Popular (EPL); Movimento 19 de abril (M-19), criado em 1970 em resposta a uma eleição eleitoral fraudulenta; e Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Destes, em 1991 o M-19 e o EPL desmobilizaram-se e formaram partidos políticos, e, por sua vez, o EPL tornou-se um grupo paramilitar (Osorio et al, 2019, p.3).

Como já referido, os recursos naturais desempenharam um papel relevante na intensificação das dinâmicas do conflito, destacadamente o cultivo e tráfico ilegal de cocaína e a descoberta de reservas de petróleo. Ambos contribuíram para o crescimento e aumento do poder dos grupos insurgentes, que foram melhorando as suas capacidades militares. De referir o papel das FARC-EP que cobraram rendas aos traficantes e aos produtores e que foram conseguindo expandir os seus territórios, levando a cabo ameaças aos proprietários das terras (Osorio et al, 2019, p.3). No entanto, o *land grabbing* levado a cabo pelas FARC-EP não foi responsável por elevados níveis de desflorestação, uma vez que o grupo estabelecia certas medidas que protegiam as áreas florestais (Hein et al, 2020, p. 45).

Em 1978 coube ao presidente Julio Turbay (1978-1982) dar início ao que viria a ser uma duradoura e dura luta contra o tráfico de droga, que se intensificou na década de 80. Em 1981 o cartel colombiano mais relevante – Medellín Cartel – apoiou organizações paramilitares com o objetivo de generalizar as ameaças feitas aos agricultores. A partir desta data os grupos paramilitares passaram a contar com o apoio dos traficantes de droga, uma aliança que contribuiu para a intensificação da violência. Durante a década de 90, à medida que as FARC-EP se expandiam, cresceu também a produção de cocaína. No seu auge, este grupo chegou a estar presente em cerca de 70% do território colombiano (Osorio et al, 2019, p. 3).

Uma nova constituição entrou em vigor em 1991 e um dos pontos de destaque da Constituição de 1991 foi a garantia de direitos democráticos às populações indígenas, no entanto não clarificou nem assegurou as questões territoriais, o que facilitou as suas disputas e deixou as comunidades vulneráveis aos *land grabs*, questão que será abordada mais à frente.

Relativamente à guerra das guerrilhas, ao longo dos anos o Governo Colombiano foi tentando estabelecer acordos de paz, mas demonstrou-se uma tarefa complexa e de difícil concretização. Andrés Pastrana (1998-2002) tentou por diversas vezes negociar

com as guerrilhas, mas não foi bem-sucedido. Seguiu-se Álvaro Uribe (2002-2010) que, por sua vez, prometeu aplicar medidas severas aos grupos rebeldes. Tornou-se um dos presidentes mais populares pela forte aposta na investida militar contra as FARC-EP e pelos métodos utilizados na luta contra esta guerrilha, traduzidos em êxitos militares, mas muitas vezes polémicos por questionarem o carácter democrático do governo (Pachón, 2009, p. 329). Destacam-se homicídios levados a cabo por elementos do Estado, situações de abuso de poder e o envolvimento e ligações com grupos paramilitares por parte de diversos elementos do governo de Uribe (Pachón, 2009, p. 328).

Uribe ganhou um segundo mandato e as tentativas de negociação com as FARC-EP prosseguiram. Em 2008 o líder do grupo, Manuel Marulanda, morreu, e, um ano depois, o grupo libertou alguns dos seus reféns. Uribe ofereceu-lhes um acordo de paz, se, por sua vez, terminassem as atividades criminais e concordassem em cessar-fogo.

Em 2010 foi eleito Juan Manuel Santos (2010-2018) que procurou dialogar com as FARC-EP com o objetivo de chegar a um acordo de paz. Dois anos depois deu início à fase pública de negociações com o grupo, abordando alguns pontos relevantes tais como o cessar-fogo e entrega de armas, uma reforma rural, participação política das FARC-EP, e acordos sobre as vítimas. No entanto criou-se uma campanha contra o estabelecimento do referido acordo de paz, campanha esta encabeçada pelo partido Centro Democrático liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe, que categorizava as FARC-EP como um grupo terrorista com quem não se devia negociar nem fazer concessões. Juntaram-se-lhe outros nomes importantes e o acordo acabou por ser rejeitado no referendo nacional, tendo obtido mais votos contra do que a favor (Rodríguez-Raga, 2017, p. 342).

As negociações continuaram tendo em consideração os pontos referidos de quem não era a favor e no final de 2016 foi assinada uma nova versão, desta vez menos favorável para os rebeldes. É finalmente em junho de 2017 que as FARC-EP terminam a sua existência como um grupo armado. A partir daqui o grupo torna-se um partido político - a Força Alternativa Revolucionária do Comum - com representantes no Congresso e no Senado da Colômbia (Richter e Wolff, 2018).

Desde a chegada de Ivan Duque ao poder em 2018 o período de paz manteve-se, mas com instabilidade. Foram aprovados diversos projetos com vista à reintegração dos ex combatentes das FARC-EP e no final de 2019 estes projetos cobriam cerca de 24% dos mesmos (Krok Institute for International Peace Studies, 2020). No entanto, 2019 foi o ano mais mortífero para os ex combatentes das FARC-EP, tendo-se registado 77

assassinatos. Estas mortes impactaram negativamente a implementação do acordo de paz e também o seu progresso (Krok Institute for International Peace Studies, 2020).

Duque – que durante a campanha eleitoral defendeu alterações ao acordo de paz – tem, aparentemente, enfraquecido e debilitado o sucesso do mesmo. Em causa está a violação das garantias do acordo, incluindo a promessa de justiça às vítimas do conflito. A violência que permanece em algumas regiões é também um desafio ao sucesso do acordo. A desmobilização das FARC-EP criou um vazio no que toca ao controlo do poder que não tem sido preenchido pelos atores estatais, o que tem aumentado a violência entre grupos armados maioritariamente em disputa pelo controlo de recursos naturais. Para além disso, Duque não chegou a negociar a paz com o ELN (Richter e Wolff, 2018).

Estes acontecimentos contribuíram para que, em agosto de 2019, o antigo militante das FARC-EP, Ivan Marquez, desafiasse o acordo de paz de 2016 e aliciasse os apoiantes do grupo a pegar novamente nas armas, considerando que a reintegração na sociedade, os benefícios económicos e as garantias de segurança não foram medidas cumpridas.

### 2.2.2. Geografia da Colômbia

Para uma melhor compreensão da prática de *land grabbing* na Colômbia importa conhecer a geografia do país, ou pelo menos ter em conta algumas informações sobre as regiões que vão ser abordadas durante o trabalho.

Primeiramente, a Colômbia destaca-se pela rica biodiversidade e pela abundância de recursos naturais, apresentando-se como um país de contrastes geográficos e de grande variedade. A localização perto do Equador cria uma grande diversidade nas vegetações, nos tipos de solo e nos cultivos, o que faz com que as oportunidades no setor agrícola abundem, contribuindo para a ocorrência do *land grabbing*, como será referido mais à frente. O clima é geralmente tropical e propício à produção de uma grande diversidade de produtos, tais como, bananas, cana-de-açúcar, café, batatas, etc. Para além disso, a indústria extrativa é um dos pilares da economia colombiana e destacam-se o petróleo, carvão e ouro (Gravito et al, 2020).

A maioria da população concentra-se no interior do país, principalmente na capital Bogotá que constitui a maior área metropolitana. Apesar das regiões dos Andes e da



Amazónia constituírem perto de 2/3 do país, contêm apenas uma fração muito reduzida da população, parte dela no departamento de Meta, onde a produção de gado tem sido tradicionalmente a forma de vida. As regiões remotas da Amazónia costumavam ser habitadas apenas por populações indígenas, mas a partir principalmente da década de 90 juntaram-se-lhe os grupos armados e os responsáveis pelo cultivo de cocaína (Gravito et al, 2020).

O país está dividido em seis regiões naturais, divisão esta baseada no tipo de clima, de topografia e de solo: região das Caraíbas, região Pacífica, região de Orinoco, região Amazónica (inclui parte da floresta da Amazónia), a região dos Andes e a região Insular (Armenteras et al, 2013). Destas regiões, a mais relevante para este trabalho é a região da Amazónia, visto que a prática de *land grabbing* nesta área causa a desflorestação de floresta primária, contribuindo ainda mais para a acentuação das alterações climáticas, como será visto mais à frente. Para além disso, as áreas colombianas mais afetadas pela desflorestação nos últimos anos localizam-se precisamente na região da Amazónia (Global Forest Watch, 2020), o que agrava o problema.

Por sua vez, as regiões estão divididas em departamentos. Neste trabalho faz-se referência maioritariamente a Guaviare, Amazonas, Caquetá e Putumayo – região da Amazónia – mas também a Nariño, Cauca, Valle del Cauca, Chocó, Bolívar, Santander, Norte de Santander e Meta – localizados noutras regiões onde ocorrem também muitos casos de *land grabbing*.

Afirma-se na literatura referente ao tema que, desde o século XVIII, cerca de um terço da área colombiana coberta por floresta se transformou e passou a ser utilizada para diversos usos, tais como urbanização e construção de estradas, atividades ilegais tais como cultivos ilícitos, expansão dos campos de cultivo e das fronteiras agrícolas e a criação de gado, que leva à destruição de grandes áreas florestais (Clerici et al, 2020).

As causas da desflorestação variam de acordo com as regiões e as suas características. As regiões referidas neste trabalho (Amazónica, região das Caraíbas, região do Pacífico e a de Orinoco) apresentam diferentes ecologias e têm estado sujeitas a diferentes usos e práticas. O clima também varia, Orinoco e a região das Caraíbas constituem regiões relativamente secas, mas a região Amazónica é mais húmida, assim como a região do Pacífico. Relativamente ao tipo de floresta, as florestas tropicais dominam as regiões dos Andes, do Pacífico e da Amazónia – a região da Amazónia contém a maior extensão de floresta do país e é pouco habitada – enquanto a região de Orinoco apresenta savanas (Armenteras et al, 2013).

Refere-se que a região das Caraíbas é a mais transformada, contando com um historial de ocupação de terra para a criação de gado. De notar que a ocupação de terra e florestas para a criação de gado está associada à ocorrência de incêndios e fogos postos, usados para destruir partes da floresta, e que constitui uma das principais causas da desflorestação, como será referido adiante. A região de Orinoco é uma zona pouco povoada onde se regista maioritariamente agricultura de pequena escala e criação de gado em vários municípios. A desflorestação nesta região deve-se em grande parte a cultivos legais e ilegais e a atividades do setor mineiro. Por sua vez, a região do Pacífico tem experienciado desflorestação seletiva para a extração de madeira durante décadas e tem estado sob pressão para projetos de biocombustíveis (Armenteras et al, 2013). As causas da desflorestação na região da Amazônia serão analisadas posteriormente, uma vez que se dará especial atenção a esta região.

### 2.3. *Land Grabbing* na Colômbia

Como é referido no primeiro capítulo, neste trabalho define-se *land grabbing* como a venda ou arrendamento de terra usada por indivíduos que não concordaram com a sua transferência (Cochrane, 2017, p.1) ou obtenção de controlo sobre os recursos, através da aquisição de território em grande escala em que ocorre a captura ou obtenção de áreas vastas de terreno (Borras et al, 2012, p.850). Esta definição aplica-se a grande parte dos casos de deslocamento forçado ocorridos ao longo dos anos e ainda atualmente na Colômbia. A guerra civil constituiu um agravante da situação e os participantes foram e são variados, incluindo o Governo; elites políticas e económicas, a nível local e nacional; empresas nacionais e multinacionais; grupos paramilitares e traficantes de droga.

De acordo com os dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (Dane), no primeiro semestre de 2019, cerca de 118 000 produtores, que se consideram ‘*campesinos*’ (camponeses), manifestaram que eles próprios ou pessoas das suas famílias vivenciaram situações de deslocamento forçado, enquanto no segundo semestre do mesmo ano, o número subiu para perto de 120 000 (Dane, 2020). As regiões mais afetadas pelos deslocamentos forçados foram as regiões de Andina, com cerca de 58 000 casos

(em que as zonas mais afetadas foram Antioquia e Tolima) e a região de Pacífica, 31 000 casos, (Nariño e Cauca). Outras regiões que se destacam pelos números elevados são: Caribe (Sucre); Orinoquia (Meta); Amazonia (Guaviare; Putumayo e Caquetá) – dados relativos ao primeiro semestre de 2019 (Dane, 2020).

Depois de analisar a literatura referente ao tema, pode afirmar-se que o *land grabbing* na Colômbia ocorre através de diversos mecanismos: mecanismos violentos; acordos privados ou comerciais e mecanismos institucionais (Hurtado, 2019). Estes diferentes mecanismos serão analisados de seguida e procurar-se-á responder às seguintes questões: qual o papel e influência que os grupos armados exerceram durante a guerra civil e até que ponto o ambiente de medo e insegurança facilitou ou ainda facilita a ocorrência do *land grabbing*? E qual o interesse das empresas nacionais e multinacionais nos terrenos colombianos e qual o papel do Governo em todo o processo?

### 2.3.1. O papel dos atores armados

Durante a guerra civil, o ambiente de instabilidade e de insegurança contribuiu para que os atores armados exercessem força e poder sobre os civis com mais facilidade, uma vez que estes se encontravam fragilizados. Muitas vezes, esse poder traduziu-se pela ocupação das terras de agricultores e de camponeses por grupos paramilitares para proveito próprio - cultivo e produção de droga ou venda dos terrenos (Osorio et al, 2019, p.3).

Assim, uma das características da guerra civil da Colômbia foi o elevado número de casos de desapropriação de terras de forma coerciva (*despojo*) – mecanismos violentos - ou seja, casos de agricultores/ famílias/ população no geral que perderam os direitos de propriedade que detinham sobre as terras. Os números variam bastante de acordo com as diferentes fontes, mas é sugerido que o fenómeno tenha correspondido a, pelo menos, 2 milhões de hectares (Peña-Huertas et al, 2017, pp. 759). Os mecanismos consistiram muitas vezes em ameaças e massacres feitos pelos grupos armados, com o objetivo de obrigar os camponeses a abandonar as suas terras, para depois as utilizarem para fins próprios (Hurtado, 2019, p.22).

Tal como referido anteriormente, o ambiente de medo e insegurança causado pelo conflito facilitou a retirada de terras aos civis. Afirma-se que foi durante os governos de Pastrana e Uribe que se registaram mais casos de expropriação de terras, especificamente

nos períodos entre 2000-2002 e 2005 e 2008 (Centro Nacional de Memória Histórica, 2016) e que a expropriação esteve ligada a ações paramilitares.

Em muitas situações o medo encorajou a população a abandonar as próprias terras, diminuindo o preço destas e facilitando a acessibilidade a terceiros. Para além disso, as técnicas de desapropriação tornaram-se mais fáceis de executar durante o ambiente de conflito, por exemplo, a alteração de fronteiras e a destruição dos cultivos das vítimas.

Para este ambiente de conflito contribuíram os diversos ataques cometidos pelas FARC-EP, por exemplo, recrutamentos forçados de menores; demolição de torres elétricas em diferentes locais, que deixaram aldeias inteiras sem eletricidade (em Nariño; Huila; Caquetá; Guaviare; Guajira, entre outras); destruição de diversos bens públicos; ataques com explosivos em diferentes localidades, incluindo Cauca; Nariño; Guaviare; Putumayo, entre outras (Defensoría del Pueblo, 2015).

Por sua vez, os grupos paramilitares estiveram envolvidos em inúmeros processos de despojo e *land grabbing*, servindo-se da violência e intimidação para que os moradores vendessem as suas terras. Evidencia-se um ciclo de violência: abandono das terras; compra forçada; diversas transações e apropriação por parte de empresários do setor pecuário ou por parte dos atores armados, realizando-se fraudes, como por exemplo falsificação de firmas e escrituras. Através da coerção e intimidação os agricultores viram-se obrigados a vender as suas terras a preços baixos. A venda forçada constitui uma estratégia recorrente e estes casos de despojo foram possíveis por causa das relações das unidades paramilitares com a força pública, burocracias civis a nível local e nacional e com empresários poderosos. Estas ligações permitiram aos atores armados o poder necessário para realizar e legalizar despojos de terras (Gutiérrez-Sanín e Reina, 2016). Um exemplo foi a *Unidad Paramilitar del Bloque Elmer Cárdenas*: os processos de despojo de territórios coletivos foram possíveis devido ao controlo militar deste exército militar (com mais de 1500 militantes), que através do uso da força expulsou os moradores dos seus territórios e permitiu a ocupação por parte de empresários do setor pecuário. Mais uma vez as suas ligações com figuras de autoridade militares e civis permitiram realizar os despojos. Assim a concentração de propriedade passou dos agricultores e das comunidades étnicas para um número reduzido de empresários e novos ocupantes (Gutiérrez-Sanín e Reina, 2016).

Estas ocorrências verificam o carácter vinculativo, o ambiente de medo e insegurança e a pressão exercida aos inquilinos para desistirem dos seus direitos de propriedade. Deve ter-se em conta que a expropriação de comunidades rurais das suas

terras, por meio ou não de violência é algo recorrente na história agrária colombiana (Hurtado, 2019, p.21). Deve também ter-se em conta que a guerra civil colombiana, devido principalmente a todos os massacres que lhe estão associados, constitui um entrave aos direitos humanos na Colômbia e assim estes não se atingem facilmente.

Os casos de desapropriação impõem um entrave ao direito à propriedade e, para além disso, tendo em conta os casos em que a comunidade escolhe abandonar os seus terrenos por estar numa posição vulnerável, então, de acordo com Cochrane (2017) não se trata de um processo ético, uma vez que se encontram desfavorecidos e em desvantagem. Pode então afirmar-se que o ambiente de medo e insegurança facilita a ocorrência do *land grabbing* na Colômbia. Prova disso é o número de colombianos que se viram obrigados a deixar as suas terras devido à violência dos conflitos: cerca de 8 milhões desde 1985 (Human Rights Watch: World Report 2020).

### 2.3.2. O setor empresarial

A abundância dos recursos naturais na Colômbia, como já foi referido anteriormente, faz com que as oportunidades relativas ao setor agrário sejam também abundantes, ao mesmo tempo, o papel do país como produtor global de alimentos cresce. A agricultura tem sido, historicamente, um dos pilares do desenvolvimento económico do país. Com uma área produtiva vasta, as zonas rurais da Colômbia têm despertado o interesse de novos investidores e os investimentos relacionados com o setor agrícola obtêm aqui destaque, pois pretende-se analisar a possível relação de tais interesses e investimentos com a ocorrência do *land grabbing*, principalmente quando este ocorre em áreas de floresta primária e envolve grandes níveis de desflorestação, acentuando as emissões e estabelecendo a relação entre *land grabbing* e alterações climáticas, como será visto mais à frente.

Algumas características do país aliciam novas oportunidades comerciais: sistema desigual ao acesso de terras; pobreza rural persistente e o ambiente de violência e conflito. No entanto, a maior parte das transições de terras ocorre em área específicas, tais como fronteiras agrárias; territórios pertencentes a minorias étnicas; zonas com níveis elevados de pobreza e ricas em recursos naturais; zonas de cultivos ilegais; zonas com ausência de instituições estatais e, por fim, com presença de grupos armados (Hurtado, 2019, p. 21).

O que se retira da literatura é que, depois do acordo de paz e após a desmobilização das FARC-EP, o ‘vazio’ por elas deixado foi preenchido por empresas multinacionais e outros atores. Realça-se que, apesar dos benefícios do acordo de paz (principalmente para os agricultores), a retirada das FARC-EP veio acompanhada de novas ameaças, uma vez que o acordo de paz criou um vazio em termos de poder, que tem sido preenchido por atores ilegais (Hein et al, 2020, p. 43). Tal tem acontecido, por exemplo, na região da Amazônia, contribuindo para a desflorestação de floresta primária.

Os interesses destes atores pelos recursos naturais da Colômbia existiam já antes da desmobilização, no entanto as dinâmicas e o ambiente de conflito restringiam as suas possibilidades de manobra. Em 2016, o mesmo ano do acordo de paz e da desmobilização das FARC-EP, a desflorestação na Colômbia aumentou cerca de 44% (McClanahan et al, 2019, p. 1). É afirmado que grande parte da desflorestação é causada pelo crescimento do setor agrícola e do comércio mineiro (Oxford Business Group, 2019).

O tipo de transações que parece relacionar-se com o *land grabbing* inclui a compra de terras através da falsificação de direitos de propriedade; tentativas de legalizar transições ilegais e ocupação ilegal de territórios ‘*baldíos*’, destinados a camponeses em antigas reformas agrárias. É referido na literatura que, muitas vezes, as grandes empresas recorrem a métodos ilegais para conseguir adquirir mais terra do que é permitido. Muitas das transições entre atores privados aparentam ser legais, no entanto algumas empresas desenvolvem métodos ilegais para conseguirem apropriar-se de uma maior quantidade de território. Por exemplo através da criação de empresas fachada (Hurtado, 2019, p.22).

O próprio país tem procurado um maior investimento estrangeiro, uma vez que nos últimos anos tem implementado planos de desenvolvimento que procuram aumentar a produção e exportação de *commodities*, criando incentivos para aliciar investimentos estrangeiros (Puyana e Costantino, 2015, p.115). Um dos casos mais relevantes tem sido a China, onde o aumento da urbanização e da industrialização levou ao aumento da procura por *commodities* e alimentos. O investimento chinês na América Latina generalizou-se por volta de 2008 e estima-se que, entre 2001 e 2013, tenha coberto cerca de 400.000 hectares na região de Orinoquía para produzir cereais e exportá-los para a China (Puyana e Costantino, 2015, p.113).

De forma a assegurar este tipo de investimentos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Financeira Internacional e alguns governos estrangeiros tais como os Estados Unidos, a Alemanha e o Canadá têm fornecido mais fundos, de

forma a promover práticas de desenvolvimento sustentável, a reduzir o nível de pobreza e a melhorar a literacia financeira nas áreas rurais (Oxford Business Group, 2019).

De acordo com as estatísticas disponíveis, o setor agrícola cresceu cerca de 4.9% em 2017 e 2.4% em 2018 e é referido que, em 2016, a percentagem de terra arável na Colômbia correspondia a cerca de 40% do território total do país, um crescimento considerável, uma vez que em 2011 correspondia a cerca de 37.6% (Oxford Business Group, 2019). Para além disso, as previsões apontam para a continuação deste crescimento. Estima-se que a taxa de crescimento anual do setor agrícola colombiano seja de 7.03%, entre 2020 e 2025 (Mordor Intelligence, 2019). Alguns dos produtos mais relevantes a nível económico são, por exemplo, o café, a banana, a cana-de-açúcar e o algodão.

#### 2.3.2.1. Produção de café

Relativamente ao café, a Colômbia é o segundo maior produtor do mundo e 20% da terra arável do país é dedicada à sua produção. Para além disso, as tendências apontam para um aumento da procura global de 8.5% no período de 2019 – 2023, o que coloca a Colômbia numa posição estratégica no que toca a aumentar a sua produção para satisfazer a procura (Oxford Business Group, 2019). Durante a última década o país já tem aumentado a sua produção, e é sugerido que esse aumento se tem realizado através da exploração de áreas anteriormente controladas pelos grupos armados, tais como Meta, Putumayo e Caquetá (Oxford Business Group, 2019), o que também acaba por contribuir para o fortalecimento da relação existente entre o acordo de paz e o aumento da desflorestação. Realça-se ainda que Caquetá e Meta são precisamente as duas regiões mais afetadas pela desflorestação nos últimos anos, e Putumayo é também uma das cinco regiões mais afetadas, áreas estas que, juntas, são responsáveis por cerca de 51% de toda a desflorestação colombiana entre 2001 e 2019 (Global Forest Watch, 2020).

No entanto, através da consulta de dados relativos à produção de café na Colômbia, dá-se conta que a maior parte da produção é feita por agricultores locais, mesmo nas zonas que costumavam ser controladas pelas FARC-EP, ou seja, não se conclui que este setor seja relevante na questão do *land grabbing*. Por sua vez, as plantações de cana-de-açúcar têm levado grandes empresas a recorrer a diversos métodos de apropriação de terras.

#### 2.3.2.2. Cultivo de cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar tem como vantagem os seus múltiplos usos, uma vez que, para além do açúcar, pode servir para a produção de licores, álcool, ácido cítrico, fertilizantes, entre outros. Na Colômbia estas plantações têm-se localizado maioritariamente na região de Cauca (United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (UNECLAC), 2002).

*Postobon*, a maior empresa colombiana de refrigerantes e pertencente ao *Ardilla Lulle Group*, é uma das empresas que tem investido na produção de açúcar na região de Cauca, particularmente numa área pertencente a grupos indígenas (Centro de Información sobre Empresas y Derechos Humanos, 2015). Segundo a mesma fonte, o investimento nestes territórios constitui *land grabbing* e causou protestos para que o Governo devolvesse os territórios aos grupos indígenas em questão, mas sem sucesso.

Relativamente à região de Cauca é afirmado na literatura que a industrialização requerida para a produção de açúcar nesta zona exigiu uma grande concentração de terra, áreas estas anteriormente utilizadas por indústrias regionais e, mais relevante, exigiu também a correspondente exclusão dos donos desses territórios e agricultores, que ficaram de fora do processo de decisão (Vélez-Torres et al, 2019). É ainda referido pela mesma fonte que a vasta e complexa rede de atores envolvidos no *land grabbing* permitiu não só a concentração em grande escala de terra como privou comunidades étnicas das suas heranças culturais e ambientais.

Outros exemplos de empresas que apostam nas plantações de cana-de-açúcar correspondem ao grupo empresarial *Manuelita*, fundador da produção de açúcar na Colômbia em 1863 e o grupo *Riopaila Group*, detentor da empresa de fabrico de doces *Colombina* (UNECLAC, 2002). É difícil, no entanto, verificar se ocorre *land grabbing* nos investimentos destas empresas. Os dados são escassos e, apesar de existir informação relativa aos agricultores que manifestam terem sido forçados a deixar as suas terras, não se sabe ao certo as situações específicas de cada caso.



### 2.3.2.3. Óleo de palma

Deve dar-se especial atenção à produção de óleo de palma, que tem registado um crescimento acentuado e que se apresenta controversa pelas ameaças que representa ao bem-estar ambiental, que será analisado posteriormente.

A Colômbia é o maior exportador de óleo de palma do continente Americano e o quarto maior a nível mundial. A produção do óleo de palma obteve um crescimento de 42% em 2017 (Oxford Business Group, 2019) e ao longo dos últimos 20 anos o total da área de cultivo passou de 1.9% para 7.4% (Mordor Intelligence, 2019). Prevê-se que continue a crescer, dado que a sua procura tem-se tornado bastante popular internacionalmente.

A nível nacional a produção de óleo de palma estende-se por diversos departamentos: Santander; Norte de Santander; Meta; Caquetá, entre outros. Uma das regiões predominantes é o departamento de Nariño, onde multinacionais cultivam em territórios que alegadamente pertencem a grupos indígenas, incluindo à população Awá (o grupo indígena predominante em Nariño) e a grupos étnicos (Maughan, 2011, p. 3). É referido que estas plantações em grande escala têm originado alterações no uso das terras e nos direitos de propriedade.

Tratando o exemplo de Nariño, esta região caracterizava-se pela divisão de terras de pequena escala pelos agricultores locais, uma vez que a maior parte das comunidades que cultivavam óleo de palma detinham as terras de forma coletiva (Lei 70). Com a chegada de investidores de grande escala, as multinacionais passaram a concentrar mais território e criaram-se corporações que disponibilizam créditos e empréstimos, como por exemplo a *Corponariño and Cordeagropaz* (Corporation for the Agricultural Development of Tumaco), com incentivos para os pequenos agricultores que colaborarem com as grandes empresas – agricultura de contrato. (Maughan, 2011, p. 14). Desta forma, o tipo de agricultura praticado mudou e as empresas ganharam mais controlo sobre a situação, dado que quem se dedica a este cultivo passa a estar ligado ao sistema de negócios de grande escala, que por sua vez se interliga ao próprio Governo Colombiano, de forma a manter o investimento na indústria.

Para além disto, a situação atual da plantação de óleo de palma pode constituir *land grabbing* de diversas formas, uma delas por representar um entrave à “*Ley de origen*”, um conceito indígena que atribui às suas comunidades os territórios que lhes pertencem por direito natural, que pertenciam aos seus antepassados (Maughan, 2011, p.

16). Mais uma vez, a agricultura de contrato interfere com os direitos das comunidades locais.

Por sua vez, no departamento de Guaviare, em 2019, de acordo com uma investigação realizada pelo jornal colombiano *El Espectador*, agricultores locais e civis acusaram o Governo e grandes empresários de *land grabbing* e de desflorestação ilegal, através do cultivo do óleo de palma (Coronado e Pacheco, 2019). A investigação atribuiu a culpa a políticos locais e a grandes empresários. O então governador de Guaviare, Nebio Echeverry Cadavid, foi associado ao *land grabbing* e à exploração ilegal de milhares de hectares de florestas, muitas vezes áreas protegidas, com o objetivo de criar projetos relacionados com infraestruturas e com a indústria agrária. O jornal acusou ainda um grande empresário próximo do Governo, Saúl Aguirre, de, juntamente com Cadavid, pressionar famílias a vender as suas terras e ainda outro empresário da indústria de óleo de palma por cultivar centenas de hectares numa região ilegal em Guaviare. Todos negaram as acusações e um aspeto curioso referido pelo jornal foi que todas as fontes pediram para permanecer anónimas, deixando evidente um clima de medo.

É referido ainda que as áreas que os pequenos agricultores têm sido forçados a abandonar têm registado um aumento de desflorestação devido à produção de gado. Em Guaviare, entre 2016 e 2017, estimou-se um aumento de desflorestação de 233% (Coronado e Pacheco, 2019).

#### 2.3.2.4. Indústria Pecuária

Desta forma, a indústria pecuária tem-se estabelecido também como uma das principais causas do *land grabbing* e principalmente da desflorestação, uma vez que se trata de uma atividade que ocupa grandes áreas de terreno. De acordo com uma reportagem realizada pela plataforma de notícias online *Mongabay* em 2019, a extensiva produção de gado, seja por agricultores locais ou por empresários, tem sido responsável pela extensão dos terrenos de cultivo e pelo avanço da fronteira entre os terrenos agrícolas e a floresta da Amazônia Colombiana, fronteira esta que se tem encurtado ano após ano (Volckhausen, 2019). É referido ainda que alguns agricultores que procuram terrenos aproveitam-se das florestas selvagens e criam as suas próprias quintas nessas áreas, que passam a ser consideradas suas. Para agravar a situação, empresários interessados em

investir na indústria agropecuária incentivam esta desflorestação e financiam os agricultores, de forma a ter acesso à maior quantidade de área possível.

Um exemplo da ocorrência deste tipo de *land grabbing* localiza-se no Parque Natural Nacional de Tinigua – área reservada pertencente ao departamento de Meta - onde se tem assistido a um aumento da desflorestação desde 2018, com o objetivo de obter terrenos para a indústria agropecuária (Global Forest Watch, 2018). Ambas as fontes referem a ausência das FARC-EP como catalisador da desflorestação.

Salienta-se que no início da década de 2000 a maior parte das áreas que sofreram transformações na região da Amazônia serviram como zonas de criação de gado e de pastagem (Nepstad et al, 2013), realçando a influência negativa que este setor tem tido para o ambiente e para a floresta Amazônia. O aumento acentuado da desflorestação em Guaviare acima referido comprova que a indústria pecuária contribui fortemente para a perda de área florestal e para que a região da Amazônia seja a região mais afetada pela desflorestação nos últimos anos (Global Forest Watch, 2020).

#### 2.3.2.5. Biocombustíveis e Combustíveis Fósseis

Tendo em conta o aumento da procura, a nível global, por biocombustíveis, é referido na literatura que o interesse internacional na produção agroindustrial juntamente com a intenção de explorar potenciais fontes de energia nos países da América do Sul é relevante e não apresenta sinais de abrandamento (Maughan, 2011, p. 3). É também afirmado que estes investimentos contam com o apoio do governo colombiano, questão que será tratada mais à frente.

Relativamente aos biocombustíveis, o interesse foca-se principalmente no etanol e biodiesel, produtos que resultam do cultivo da cana-de-açúcar e do óleo de palma. Estabelece-se entre ambos uma relação: a maior procura por biocombustíveis leva a uma expansão das indústrias de cana-de-açúcar e de óleo de palma. Por sua vez, esta expansão tem resultado em territorialização e *land grabbing*. É referido na literatura que, no que toca ao processo de territorialização associado a estas indústrias, têm-se verificado mecanismos de acesso a terras legais e mecanismos ilegais (Marin e Clancy, 2011, p. 13).

Mesmo antes do acordo de paz, na região de Chocó, por exemplo, registou-se o deslocamento forçado de comunidades afro-colombianas, posto em prática por forças

paramilitares e seguido de *land grabbing* por indústrias de óleo de palma, que tomaram as terras deixadas pelas vítimas. Diversos responsáveis desta indústria foram acusados criminalmente pelo acesso de forma ilegal às terras e em várias regiões registaram-se processos de famílias de pequenos agricultores que disputavam as suas terras com empresas de óleo de palma (Marin e Clancy, 2011, p. 14).

Para além da relevância dos biocombustíveis na questão do *land grabbing*, o interesse pelos combustíveis fósseis também é referido na literatura como motivador de todo o processo. O acordo de paz facilitou a ocorrência de projetos extrativos, tais como o da empresa nacional de petróleo *Ecopetrol*, que investiu na construção de uma estrada em direção à fronteira da floresta Amazónica colombiana. De acordo com um estudo realizado em 2012, a região de Caguán – Putumayo contém reservas de petróleo em grande escala (Volckhausen, 2019).

Refere-se que a exploração de recursos minerais tornou-se o centro do desenvolvimento económico do país e que a economia é excessivamente dependente dos combustíveis fósseis, principalmente de petróleo e carvão, e o próprio governo tem promovido ativamente os investimentos exteriores neste sector (Bustos, 2018). Esta dependência será abordada mais à frente, uma vez que a exploração de recursos minerais é uma das causas do *land grabbing* e do consequente aumento da desflorestação. A construção de infraestruturas na Amazônia colombiana, como por exemplo o investimento acima referido – relativo à construção de uma estrada pela empresa *Ecopetrol* – implica a destruição de floresta primária, o que realça a relação entre o *land grabbing* e as alterações climáticas.

#### 2.3.2.6. Produção de cocaína

O tráfico ilegal de droga e a produção de cocaína representam há muito um problema relevante na Colômbia. Como já foi referido, o cultivo ilegal deste produto e a respetiva venda constituiu uma das principais fontes de rendimento das FARC-EP durante várias décadas, tratando-se de um forte motivador do *land grabbing*. Atualmente estima-se que a produção tenha sofrido uma redução acentuada, no entanto ainda existente.

Como já foi referido, segundo o jornal colombiano *El Espectador*, a desflorestação em Guaviare cresceu 233%, de 2016 para 2017 e a narrativa oficial do

Governo é que este crescimento se deveu ao cultivo de cocaína. No entanto tem-se registado uma diminuição deste cultivo (Coronado e Pacheco, 2019).

De entre os diversos planos e medidas com vista à sua erradicação destacam-se a implementação do Plano Colombia (acordo bilateral com os Estados Unidos com o objetivo de combater o tráfico de droga (1999-2002)); a “*zero coca policy*”, que privilegia a erradicação do cultivo de coca (2003-2009); o Plano de Consolidação Territorial Nacional (2010-2016) e o anúncio das medidas de compensação no acordo de paz (2014), que se traduziu pelo maior enfoque no desenvolvimento rural e no controlo territorial (Rocha, 2018, p. 5).

Os níveis de produção obtiveram os resultados mais baixos do século em 2012-2013, no entanto voltaram a subir em 2016. No final de 2019, um relatório de monitorização de cultivos ilícitos realizado pelo Nações Unidas detetava 154.000 hectares de cultivo de coca na Colômbia, o que significa uma redução de 9% comparativamente aos 169.000 hectares de 2018. Estes dados confirmaram a quebra na tendência de crescimento iniciada em 2014 (Programa das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), 2020, p. 17). O relatório afirmou ainda que as reduções evidenciaram-se principalmente nos departamentos de Caquetá (-62%), Antioquia (-29%), Nariño (-12%), Bolívar (-7.5%) e Putumayo (-5%). Pelo contrário registaram-se crescimentos nos departamentos de Norte de Santander (24%) e Valle del Cauca (82%). A região mais afetada pelos cultivos é Nariño, apesar de ter apresentado uma redução. Refere-se também que grande parte dos cultivos (34%) concentra-se em zonas de reservas florestais, localizadas principalmente no Norte de Santander, Bolívar e Nariño e em territórios de comunidades africanas, a maioria no departamento de Nariño (UNODC, 2020, p. 21).

Também na literatura se afirma que os cultivos de cocaína ocorrem cada vez mais em áreas rurais isoladas, tais como parques nacionais, e em regiões de títulos coletivos de terra de comunidades étnicas, tais como comunidades indígenas e afro-colombianas (Huezo, 2019, p. 2). Concluindo, o cultivo de cocaína contribui para a desflorestação e, tratando-se em muitos casos de áreas isoladas e parques nacionais, a área em questão trata-se em grande parte de floresta primária. No entanto, por si só, a produção de cocaína não justifica os números da desflorestação na totalidade, uma vez que diz respeito a áreas específicas.

#### 2.4. Consequências ambientais da prática de *land grabbing* na Amazônia colombiana e segurança climática

Como referido no capítulo 1.1.2., a concentração de dióxido de carbono na atmosfera tem atingido valores crescentes devido às emissões de gases com efeito de estufa, o que contribui para o aumento da temperatura global. As florestas, e em concreto as florestas primárias, desempenham um papel fundamental na regulação do clima e no controlo das alterações climáticas, uma vez que contribuem para manter o equilíbrio do ciclo de carbono: ao absorver grandes quantidades de dióxido de carbono, as florestas desaceleram a quantidade que se vai acumulando na atmosfera, controlando o aumento da temperatura (Malhi e Grace, 2000).

Através do processo de troca de dióxido de carbono com a atmosfera, as florestas tanto podem constituir *carbon sources* - quando emitem mais dióxido de carbono do que absorvem - ou *carbon sinks* - quando absorvem mais dióxido de carbono do que emitem. O dióxido de carbono é absorvido através do processo de fotossíntese e usado pelas árvores, mantendo-se na matéria orgânica e no solo. Pelo contrário, é emitido de volta para a atmosfera através da respiração autotrófica, da respiração heterotrófica e através da combustão. A combustão de matéria orgânica, que ocorre principalmente através dos incêndios causados pela ação humana, também emite dióxido de carbono de volta para a atmosfera (Pereira e Viola, 2018, p.517), constituindo um agravante na questão climática.

Desta forma, a prática de *land grabbing*, principalmente quando envolve desflorestação de floresta primária – que armazena maiores quantidades de dióxido de carbono e é mais rica em biodiversidade – acelera o aquecimento global e provoca diversas consequências ambientais que interferem com a segurança climática, visto que a destruição de área florestal não só reduz o número de árvores – fazendo com que menos dióxido de carbono seja absorvido - como também emite quantidades relevantes para a atmosfera.

A floresta tropical da Amazônia, em concreto, cobre cerca de 5.5. milhões de km, fazendo parte de 9 países – incluindo a Colômbia – e armazena cerca de 150-200 GtC (Gigatoneladas de carbono), o que representa metade da totalidade de carbono presente em áreas florestais (Brienen et al, 2018). Conclui-se facilmente, portanto, que representa

uma área de importantíssima relevância na questão climática, ameaçada pela prática de *land grabbing* e consequente desflorestação. Como referido anteriormente neste trabalho, nos últimos anos as regiões colombianas mais afetadas pela desflorestação localizam-se na região da Amazónia, região esta que abrange seis departamentos: Amazonas, Caquetá, Guainía, Guaviare, Putumayo e Vaupés. Destes, os mais afetados pela desflorestação são Caquetá e Putumayo (Global Forest Watch, 2020). De 2002 a 2019 a Colômbia perdeu 1.50 milhões de hectares de floresta húmida primária, correspondendo a uma perda de 2.7% da totalidade da área. Durante o mesmo período de tempo, na região da Amazónia registaram-se cerca de 817 milhares de hectares de floresta primária desflorestados (Global Forest Watch, 2020).

Refere-se na literatura que, após o acordo de paz, nesta região, onde as FARC-EP controlavam diversas zonas, várias áreas protegidas têm sofrido um aumento acentuado de desflorestação, por exemplo a Serra da Macarena, resultado da prática de *land grabbing* e de cultivos ilícitos (Clerici et al, 2020). A presença de conflitos armados pode evitar e reduzir a ocorrência de desflorestação e parece ter sido esse o caso colombiano, quando comparados os níveis de desflorestação de diversas zonas protegidas antes e depois do acordo de paz, em que se regista um aumento significativo da ocorrência de desflorestação no após, na maior parte das áreas analisadas, concluindo-se que a desmobilização das FARC-EP facilitou o acesso a terceiros (Clerici et al, 2020; Ávila, 2018).

As causas da desflorestação variam de acordo com as diferentes regiões da Colômbia, refletindo as diferenças ambientais: a região da Amazónia conta com colonizações ativas e frentes de desflorestação, no entanto é uma zona pouco povoada em que a prática de agricultura é de pequena escala, mas em que ocorre criação de gado em vários municípios (Armenteras et al, 2013). Em 2017, a desflorestação na região da Amazónia atingiu cerca de 219.000 hectares de floresta, traduzindo-se num aumento de cerca de 23% em comparação com 2016 (Ávila, 2018). Como referido anteriormente, a indústria pecuária tem sido uma das maiores causas da prática de *land grabbing* e consequente desflorestação e também um dos maiores contribuidores da conversão dos ecossistemas. Entre 2000 e 2005 mais de metade das áreas transformadas serviram como zonas de pastagem e de criação de gado, a maioria destas localizadas na região da Amazónia. Os cultivos ilegais, destacando as plantações de cocaína, constituem outra causa do aumento de desflorestação de floresta primária, particularmente nos departamentos de Putumayo, Guaviare e Caquetá (Nepstad et al, 2013).

Esta prática de *land grabbing* é, em grande parte, possível, porque, na Colômbia, o crescimento económico baseia-se maioritariamente na exploração dos recursos naturais existentes e, na ausência de ações governativas efetivas, a desflorestação aumenta drasticamente (Clerici et al, 2020).

Por sua vez, a desflorestação decorrente da prática de *land grabbing* nas regiões de floresta primária impacta de forma relevante e negativa a biodiversidade, uma vez que estas regiões abrigam a maior parte da biodiversidade terrestre e, portanto, a sua destruição significa a destruição dos habitats de muitas espécies, pondo em causa a sua sobrevivência. Para além disso, a região da Amazónia é a zona onde é mais difícil reconciliar a desflorestação, uma vez que a capacidade de ação do Governo é mais limitada e a economia relacionada com os cultivos ilícitos representa um obstáculo aos esforços governativos (Nepstad et al, 2013). As áreas protegidas representam uma estratégia relevante para evitar a perda de biodiversidade, no entanto atividades ilegais, tais como o *land grabbing*, continuam a causar desflorestação e consequente destruição de habitats.

Globalmente, centenas de espécies tornam-se extintas a cada ano e o planeta encontra-se num período de extinção em massa de espécies de animais vertebrados e também os invertebrados e as plantas estão a sofrer perdas consideráveis de espécies e populações. Por causa da interligação existente, as perdas de espécies animais afetam e reduzem redes ecológicas que envolvem animais, plantas e microrganismos causando a redução da diversidade local. Estas perdas são particularmente visíveis nas regiões mais ricas em termos de biodiversidade, como a Amazónia, que experiencia altos níveis de declínio e perda de populações (Ceballos et al, 2017). Pode referir-se, por exemplo, que, como consequência direta dos elevados níveis de desflorestação, até 2050, estima-se que possa haver um declínio da diversidade de espécies de árvores presentes na Amazónia de entre 19% a 36% (Gomes et al, 2019). Esta perda de biodiversidade acaba por afetar o funcionamento de todo o ecossistema.

Relativamente à floresta Amazónica não existe consenso sobre tratar-se de *carbon sink* ou *carbon source*. De qualquer forma, a consequente deterioração dos ecossistemas não permite que se possa continuar a assumir que as grandes florestas vão continuar a atenuar as interferências humanas na natureza através da absorção de dióxido de carbono (Pereira e Viola, 2018, p. 514). Desta forma, o aumento de desflorestação representa uma ameaça à segurança climática e é imperativo conservar estas áreas de floresta primária, de forma a assegurar a estabilidade climática global.



Nos últimos 60 anos, a floresta da Amazónia já registou um aumento de temperatura perto de 1°C e a desflorestação já atingiu cerca de 20% da área total. Tendo em conta a situação, destacam-se dois *tipping points* que, se atingidos, podem ter efeitos catastróficos: o aumento de temperatura de 4°C e a desflorestação de 40% da área florestal (Nobre et al, 2016). Se estes pontos forem atingidos, as consequências serão irreversíveis e globais. O aumento de temperatura de 1.5°C/ 2°C já se considera um cenário perigoso. Um cenário catastrófico – aumento da temperatura superior a 3°C – implicaria a deterioração da Amazónia, que por sua vez libertaria quantidades exorbitantes de dióxido de carbono para a atmosfera, traduzindo-se numa catástrofe ambiental. O aumento de temperatura de 4°C poderia transformar o ecossistema de floresta da Amazónia em áreas de savana (Pereira e Viola, 2020 (b)).

Num cenário destes os impactos seriam transversais e irreversíveis, tais como o aumento substancial no número de espécies que se tornariam extintas, perda de ecossistemas terrestres e marítimos e riscos elevados na segurança regional e global alimentar, causados por períodos de secas e de cheias. Para além disso o aumento da temperatura comprometeria a produtividade agrícola e o decorrer de atividades humanas normais que envolvessem os espaços exteriores (IPCC, 2014).

Refere-se também que um aumento de temperatura de 2°C já seria suficiente para causar *tipping points* irreversíveis. Neste contexto, o papel das florestas, especialmente o papel da Amazónia é fundamental, uma vez que pode limitar o aumento da temperatura para 1.5 °C. O acordo de Paris atribui particular importância ao papel das florestas em limitar o aumento da temperatura. No entanto, para tal seria necessário travar a perda de floresta primária, ou seja, acabar com a desflorestação, e restabelecer 500 milhões de hectares de floresta. Tal levaria a uma redução das emissões e a mais tempo disponível para que se reduzisse a utilização de combustíveis fósseis, na tentativa de evitar o aumento da temperatura. Assim, aumentar a área florestal, em vez de a encurtar, para que possa remover maiores quantidades de dióxido de carbono da atmosfera oferece diversas oportunidades no sentido de mitigar as alterações climáticas (Houghton et al, 2017).

Assim sendo, verifica-se a importância crescente em garantir que as florestas continuem a exercer as suas funções para assegurar, a longo prazo, a segurança climática. Todos os países desempenham um papel importante e o papel da Colômbia, tendo em conta a floresta da Amazónia, torna-se ainda mais relevante e implica, ou deveria implicar, obrigações a nível global.

## 2.5. Política ambiental da Colômbia

Depois de se saber em que contextos ocorre a prática de *land grabbing* na Colômbia e de compreender as suas causas e as suas consequências a nível das alterações climáticas, resta concluir o último objetivo desta investigação e tentar entender de que forma está o governo colombiano a lidar com o problema, tendo em conta a ameaça climática que esta prática representa. Com esse propósito este capítulo refere as políticas domésticas e externas adotadas, assim como medidas legais, institucionais e públicas que têm como objetivo reduzir as emissões causadas pela desflorestação na Colômbia.

### 2.5.1. Progressos ambientais: de Uribe a Duque

A política ambiental na Colômbia construiu-se a ritmos diferentes, consoante o contexto social em que o país se encontrava. O conflito armado ofuscou a atenção prestada aos assuntos ambientais e foi, muitas vezes, a prioridade dos diferentes governos. Durante a administração de Álvaro Uribe (2002-2010), a prioridade foi o combate contra as guerrilhas e, em parte por isso, os assuntos ambientais não ocuparam muito espaço na agenda política. As políticas de Uribe favoreciam os interesses das elites e das indústrias extrativas, nomeadamente empresas nacionais e internacionais do setor mineiro, energético e agroindustrial. Procurou-se implementar um projeto económico baseado na privatização dos recursos naturais e assistiu-se a um aumento exponencial da atribuição de concessões na exploração de recursos naturais, incluindo na Amazônia. Um dos objetivos passava por atrair investimento estrangeiro (Pereira e Viola, no prelo). Pode concluir-se que se favoreceu o crescimento económico a curto prazo, seguindo uma linha neoliberal.

Também se aponta para uma orientação neoliberal na administração de Juan Manuel Santos (2010-2018), esta enfatizada quando Santos identificou os setores que mais contribuem para a desflorestação – mineiro, energético e agropecuário – como as principais bases do desenvolvimento do país (Krause, 2020, p.9). Esta afirmação demonstra um contrassenso entre os objetivos que o governo pretende atingir relativamente à proteção ambiental – que serão aprofundados mais à frente – e a estrutura em que se baseia. E, de acordo com o que afirmou, Santos manteve a política de

desenvolvimento destes setores extrativos, mantendo a economia do país muito dependente da exportação de recursos naturais não renováveis. Para além disso, a administração de Santos ficou marcada, como já referido no capítulo anterior, pelo acordo de paz entre as FARC-EP e o governo. Este acordo, no entanto, permitiu aos setores privilegiados uma maior facilidade na exploração da Amazônia (Pereira e Viola, no prelo). E, tal como se constatou, isto resultou em níveis mais elevados de desflorestação.

No entanto, durante a administração de Santos a agenda política ambiental da Colômbia progrediu e notou-se a intenção de posicionar o país como um importante ator na cena internacional ambiental, procurando, ao mesmo tempo, beneficiar da cooperação internacional, no sentido de atrair investimento estrangeiro dirigido ao fortalecimento de políticas públicas (Bustos, 2018), o que vai ao encontro do objetivo do governo em expandir as atividades extrativas para financiar programas do acordo de paz (McNeish, 2017).

Para além da criação e participação em diversos mecanismos com o objetivo de combater as alterações climáticas – que serão mencionadas no subcapítulo seguinte – foram criadas novas áreas protegidas, várias reservas indígenas foram expandidas e reforçou-se também a capacidade institucional do Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Pereira e Viola, 2020 (b)).

Por sua vez, durante a presidência de Iván Duque (2018-), pelo menos até ao momento presente, destacam-se diversos desafios ambientais causados pela desmobilização das FARC-EP, após o acordo de paz – aumento da desflorestação na Amazônia – e revela-se um plano de desenvolvimento nacional que aumenta ainda mais a dependência económica do país no setor extrativo, referindo-se que o setor agroindustrial é a principal causa atual de desflorestação (Pereira e Viola, no prelo).

Relativamente à criação de políticas ambientais, criação de mecanismos e iniciativas dirigidas à conservação das florestas, redução de emissões e mitigação das alterações climáticas, a Colômbia apresentou, ao longo dos anos e consoante as administrações agora referidas, diversas propostas que, pelo menos na teoria, propõem metas ambientais ambiciosas.

### 2.5.2. Política doméstica ambiental

Alguns marcos normativos na política ambiental colombiana que devem ser destacados incluem a Lei 2 de 1959, que definiu as zonas de reserva florestal, o Decreto-Lei 2811 de 1974, que estabeleceu o Código Nacional de Recursos Naturais Renováveis e de Proteção ao Meio Ambiente (CNRN), que tem como objetivos a preservação do meio ambiente, destacando a prevenção e controlo dos efeitos negativos decorrentes da exploração de recursos naturais, e a Lei 99 de 1993, que criou o Ministério do Meio Ambiente, o Sistema Nacional Ambiental (SINA) e o Conselho Nacional Ambiental, órgãos fundamentais nas ações em matéria ambiental e de recursos renováveis, que compõem a política ambiental colombiana. Deve ter-se em conta que a partir da década de 90, as políticas de conservação ambiental ganharam relevância, devido ao aumento da atenção dirigida às alterações climáticas e à destruição florestal e também porque a conservação tornou-se uma estratégia importante para ganhar controlo territorial no contexto de conflitos contra as guerrilhas e estes fatores contribuíram para a criação de políticas nacionais de conservação (Hein et al, 2020).

Relativamente às alterações climáticas, a Colômbia tenta responder ao problema através de vários planos e estratégias de redução de emissões, mitigação e adaptação. O Sistema Nacional de Alterações Climáticas (SISCLIMA), criado pelo Decreto-lei 298 de 2016, visa coordenar e articular políticas, normas e estratégias em matéria de alterações climáticas, seja de adaptação ou mitigação. Decorrentes do SISCLIMA formaram-se planos e estratégias ambientais que procuram dar resposta ao problema, tais como: o Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PNACC), a Estratégia Colombiana de Desenvolvimento Baixo de Carbono (ECDBC) e a Estratégia Nacional para a Redução das Emissões da Desflorestação e da Degradação Florestal da Colômbia (ENREDD+).

As linhas de ação do PNACC passam por uma adaptação baseada nos ecossistemas, nas comunidades e nas infraestruturas e ações mais específicas incluem, por exemplo, a planificação do uso dos solos, criação de seguros financeiros, estabelecimento de uma infraestrutura defensiva e sustentável, consciencialização sobre as alterações climáticas e produção de conhecimento e informação acerca da questão climática (PNACC, 2012), enquanto a ECDBC tem como objetivos maximizar a eficiência carbónica da atividade económica colombiana e estabelecer um crescimento económico que promova o uso sustentável dos recursos, procurando desenvolver planos

de ação de mitigação nos vários setores produtivos do país e estabelecer metas de redução de emissões (Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (MINAMBIENTE (a), 2020).

Por sua vez a ENREDD+ faz parte do mecanismo REDD+ (Redução de Emissões decorrentes da Desflorestação e Degradação florestal) que se adequa especialmente ao tema desta investigação, por procurar reduzir as emissões de dióxido de carbono provenientes da desflorestação. O REDD+ constitui um mecanismo internacional criado pela UNFCCC e a estratégia nacional da Colômbia procura materializar estes objetivos para mitigar e reduzir os impactos das alterações climáticas.

As estratégias do REDD+ para travar a desflorestação estão relacionadas com o ordenamento ambiental do território, como por exemplo o fortalecimento da capacidade das comunidades em conservar as florestas e o fortalecimento da governação florestal, a promoção da proteção dos ecossistemas florestais e a promoção de práticas sustentáveis no desenvolvimento de atividades económicas, tais como o setor agrícola, pecuário e mineiro, e aposta numa melhor gestão das áreas protegidas. Tendo em conta que se trata de uma estratégia nacional que implementa um sistema de monitorização, refere-se que é importante que os projetos que se desenvolvem a nível local estejam articulados com os objetivos regionais, e estes com os nacionais, para garantir a integridade e o bom funcionamento do mecanismo. Salienta-se também a importância da participação ativa dos vários atores relevantes no planeamento florestal, tais como organizações indígenas, comunidades afro colombianas e agricultores, para que se possa identificar as causas da desflorestação e analisar opções de resposta, assim como criar uma estratégia conjunta através do diálogo intercultural, interinstitucional e intersectorial (MINAMBIENTE (b), 2020).

Para melhorar a implementação da REDD+ surgiu uma estratégia de identificação de riscos ambientais e sociais, Avaliação Estratégica Ambiental e Social (SESA). Um dos objetivos consiste em avaliar os benefícios e riscos, sociais e ambientais, das estratégias propostas pela ENREDD+ para reduzir a desflorestação e a degradação das florestas (MINAMBIENTE (d), 2020).

Também faz parte da estratégia nacional REDD+ o programa ambiental *Amazon Vision*, lançado em 2016, no qual o governo colombiano declarou a Amazônia uma região pronta para o crescimento verde e desenvolvimento de baixo carbono. Este programa centra-se nos departamentos que sofreram maior desflorestação, dos quais fazem parte

Caquetá, Guaviare e Putumayo, e prioriza ações que reduzam a desflorestação da floresta da Amazônia (Visión Amazonía, 2017).

Liderado pelo Ministério do Ambiente e pelo Ministério para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, o programa pretende contribuir para a conservação florestal, mitigação climática e procura também libertar a Amazônia colombiana das cultivações ilegais e da invasão agrícola, promovendo um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia baseado na agricultura sustentável, zero desflorestação e no incentivo da governação ambiental pelas comunidades indígenas. O programa foca-se em áreas distintas: governação florestal, que se centra na territorialização e no estabelecimento do controlo do Estado através do reforço de leis, vigilância e operações que envolvem autoridades ambientais e as forças armadas da Colômbia com o objetivo de controlar a desflorestação e agroecologia, que procura minimizar os impactos dos processos agrícolas que causam desflorestação, através da promoção de sistemas produtivos sustentáveis (Hein et al, 2020).

Até ao final de 2020, terá recebido apoio financeiro até cerca de 120 milhões de euros desde 2015, através do programa REDD + Early Movers (REM). Os fundos do REM são baseados nos resultados, o que implica que o governo colombiano é pago para atingir a redução de emissões. Por sua vez, os países doadores – Alemanha, Noruega e Reino Unido – requerem que pelo menos 60% dos fundos criem benefícios para os atores locais. Na sua maior parte isto constitui, por exemplo, serviços agrícolas para associações de agricultores que tenham assinado contratos de zero desflorestação; acesso ao mercado de produtos sustentáveis e apoio aos territórios indígenas de autogovernação (Hein et al, 2020). Desta forma o programa demarca-se por apoiar novas alternativas de territorialização, por oferecer contratos de zero desflorestação aos agricultores e pelo diálogo que acaba por criar que eleva a importância do problema da desflorestação na agenda política e aumenta a atenção que lhe é prestada (Streck et al, 2015), demonstrando também o vínculo existente entre o cenário de pós-conflito e o objetivo de reduzir a desflorestação

Para além destas iniciativas, passou a existir uma delimitação da fronteira agrícola nacional que estabelece oficialmente um limite geográfico ao uso de terra para fins agropecuários, através da Resolução 261 de 2018. Juntamente a estas medidas de prevenção, em 2019 desenvolveu-se uma operação militar para controlar a desflorestação – Operação Artemisa – com o intuito de recuperar áreas submetidas a processos de desflorestação, acompanhada por medidas judiciais dirigidas aos atores que tenham

incentivado ou causado a desflorestação. Segundo Iván Duque, esta operação permitiu retomar 120 hectares de floresta no Parque Nacional de Chiribiquete, recuperando cerca de 20 mil toneladas de dióxido de carbono (Gov.Co. Presidência da República da Colômbia, 2019). No entanto, esta iniciativa concentra-se nas áreas protegidas, mas não nas fronteiras agrícolas onde ocorre grande parte da desflorestação. Uma crítica associada a esta operação é o facto de se focar apenas nos agricultores de pequena escala e ignorar o papel dos atores não estatais e dos investidores, que causam grande parte da desflorestação (Murillo-Sandoval, 2020, p. 6). No mesmo ano foi também criado o Conselho Nacional de Combate à Desflorestação e outros Crimes Associados, que estabelece medidas de vigilância e controlo, com vista a travar a desflorestação (Gov.Co. Presidência da República da Colômbia, 2019).

As iniciativas têm persistido e, mais recentemente, destacam-se acordos realizados com setores industriais responsáveis por elevados níveis de desflorestação, tais como as indústrias de óleo de palma e também a indústria agropecuária. Criaram-se acordos com vista a implementar alianças que procurem evitar a ampliação de fronteiras agropecuárias e reduzir a desflorestação de floresta primária associada à produção de soja, carne, óleo de palma e papel, através da iniciativa *Tropical Forest Alliance 2020* (MINAMBIENTE (e), 2020).

No entanto, a meta de redução de desflorestação proposta pela Colômbia em 2019 – comprometeu-se a reduzir a desflorestação anual para, pelo menos, 1550 km<sup>2</sup> até 2022 (Pereira e Viola, no prelo) – revela-se difícil de atingir, visto que, durante o primeiro semestre de 2020, a perda de floresta primária na Amazónia colombiana atingiu níveis próximos aos do ano de 2019 (MAAP, 2020), não se registando reduções. Importa referir que o setor agrícola e florestal foi o maior contribuidor das emissões em 2010, representando 130Mton (milhões de toneladas de dióxido de carbono) dos 224Mton emitidos na totalidade pelo país, de acordo com os relatórios submetidos pela Colômbia à UNFCCC (iNDC de Colombia, 2015).

### 2.5.3. Metas ambientais não cumpridas

Apesar da existência de todas estas iniciativas ambientais, não se verificou uma redução da desflorestação. Segundo o IDEAM, na Amazónia colombiana, verificou-se

um aumento significativo da desflorestação de 2016 para 2017 – quando o acordo de paz foi assinado e grande parte dos programas ambientais entraram em vigor. Registou-se um aumento de cerca de 740km<sup>2</sup>, uma vez que em 2016 a área desflorestada correspondeu a cerca de 700km<sup>2</sup> e em 2017 aumentou para cerca de 1400 km<sup>2</sup> (IDEAM, 2017). Os países financiadores do *Amazon Vision* retiraram cerca de 12 milhões de euros do financiamento, visto que as metas de redução de emissões não foram atingidas em 2017 (MINAMBIENTE, 2018).

Os objetivos de redução de emissões da ENREDD+ também não foram atingidos, apesar do financiamento internacional. Revela-se uma tarefa de difícil concretização, principalmente porque as áreas colombianas mais afetadas pela desflorestação são áreas institucionalmente fragilizadas que carecem de programas governamentais e que apresentam altos níveis de atividades ilegais, o que dificulta a implementação dos objetivos do REDD+ (Streck et al, 2015).

Como causas do insucesso na obtenção das metas climáticas pretendidas pela Colômbia, na literatura referente ao tema estão expostos vários motivos direcionados à atuação do governo. Critica-se o insucesso da concretização de grande parte dos projetos da REDD+ e afirma-se que tal se deve a uma governação ambiental descentralizada por parte do país, em que a REDD+ é deixada nas mãos de atores privados e autoridades locais (Krause, 2020, p. 7).

Afirma-se que, para que as medidas se possam tornar efetivas na prática, existem diversos obstáculos que necessitam de ser ultrapassados, tais como a falta de coordenação entre os vários níveis governamentais no que diz respeito à aplicação de leis ambientais, um compromisso insuficiente por parte do setor agrícola e a falta de incentivos para a alteração dos usos atribuídos às terras (Nepstad et al, 2013, p.18). Refere-se também uma fraca capacidade de atuação por parte do governo na proteção das áreas protegidas, causada pela falta de meios financeiros, técnicos e operacionais, no que toca a registar a ocupação ilegal de terras. Aponta-se também para uma baixa capacidade em recuperar terras que sofreram *land grabbing* e a insuficiente atuação dos órgãos do Estado destinados a estas funções. Afirma-se ainda que a execução das ações estabelecidas na constituição colombiana referentes às áreas falhou, o que contribuiu para que atores ilegais pudessem praticar o *land grabbing* nestas regiões (Clerici et al, 2020).

Quanto à aplicação de leis ambientais, parece existir a ideia de algum contrassenso na política colombiana: a intenção de mitigar as alterações climáticas e reduzir as emissões opõe-se a muitas ações postas em prática, principalmente se contribuírem para



o sucesso económico do país. Por exemplo, a Constituição de 1991 permite o acesso às terras para fins agrícolas por parte dos agricultores (artigo 64) e foi criado um mecanismo de distribuição de terras. Para se receber terra do Estado, a pessoa interessada tem de provar que vai utilizar pelo menos 2/3 desse território para fins económicos (Lei 160, 1994, art.8). Esta diretiva tem levado a que se convertam grandes áreas de floresta em campos para criação de gado, contribuindo para o aumento da desflorestação.

Afirma-se que a aplicação de leis ambientais é ineficaz no país devido principalmente à falta de vontade política, a uma capacidade técnica insuficiente e recursos humanos também insuficientes, a sistemas de informação fracos, regulações inadequadas e, por vezes, atividades ou presença de grupos armados. A aplicação de medidas que previnam a desflorestação é especialmente difícil, uma vez que grande parte da desflorestação ocorre em áreas mais isoladas ou de difícil acesso (Nepstad et al, 2013). Até agora nem a REDD+ nem a *Amazon Vision* abordaram alguns dos principais problemas que contribuem para a prática de *land grabbing* e decorrente desflorestação, tais como a distribuição desigual de terra e a falta de clareza nos direitos de propriedade (Krause, 2020, p. 10).

#### 2.5.4. Política externa ambiental

A nível de política externa, a Colômbia demonstra o seu compromisso através da participação ativa em diversos mecanismos, alianças e acordos. O seu posicionamento internacional na questão das alterações climáticas demonstra procura pela cooperação, apesar de se revelar de difícil alcance.

Na década de 70, aquando do reconhecimento da importância global da floresta da Amazônia e da necessidade de esforços conjuntos internacionais para a sua proteção, estabeleceu-se um tratado de cooperação entre a Colômbia, Bolívia, Brasil, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname – Tratado de Cooperação Amazónica (TCA). Das iniciativas postas em prática realça-se a implementação do sistema integrado de vigilância da floresta da Amazônia, - *Forest Cover Monitoring in the Amazon Region* - que permite aos países ter acesso a informação relativa à desflorestação da região e que se demonstrou uma ferramenta de cooperação regional efetiva. No entanto refere-se que este é um dos únicos planos bem-sucedidos do acordo (Pereira e Viola, 2020 (b)).

Outra iniciativa direcionada à conservação da floresta da Amazônia, em que participa a Colômbia, o Brasil e o Peru, é a *Amazon Sustainable Landscapes Program*, estabelecida pelo GEF em 2008 e posta em prática na Colômbia pelo Ministério do Ambiente e pelo IDEAM. Um dos principais objetivos é conservar e gerir de forma sustentável as áreas protegidas e uma das preocupações consiste em conseguir reduzir as emissões provenientes da desflorestação. Como resultados atingidos, destaca-se o apoio à criação de 44 novas áreas protegidas e a proteção de diversas espécies em vias de extinção (GEF, 2020). No entanto é referido na literatura que a maioria das áreas cobertas por este programa pertence a comunidades indígenas, de quem não se obteve consentimento em relação ao projeto (Nepstad et al, 2013, p.27)

Decorrente da REDD+ foi lançado em 2007 um fundo cooperativo de carbono, Fundo Cooperativo de Carbono Florestal (FCPF), que dá assistência financeira e técnica aos países em desenvolvimento nos esforços para reduzir as emissões causadas pela desflorestação. O objetivo passa também por conservar e aumentar o *stock* de carbono presente nas florestas destes países. O FCPF estabelece também objetivos relativamente ao setor privado, e no que diz respeito à indústria pecuária - uma das principais causas de desflorestação na Colômbia – procura-se disseminar práticas viáveis e sustentáveis. O financiamento do ano de 2020 dirigido ao fundo de carbono consistiu em cerca de 730 milhões de euros e procura-se estabelecer mecanismos para desenvolver o conhecimento sobre as florestas (Forest Carbon Partnership Facility, 2020).

Uma iniciativa do governo colombiano para promover projetos de proteção ambiental nas zonas mais afetadas pela violência e, ao mesmo tempo implementar projetos que permitam a consolidação da paz, é o programa *Colombia Sostenible*. Os objetivos passam por promover a conservação da biodiversidade, apoiar o desenvolvimento rural e de baixo carbono, apoiar especialmente as áreas afetadas pela violência e melhor integrar a questão das alterações climáticas na agenda política (Colombia Sostenible, 2020). Este é outro programa financiado pela comunidade internacional, por países como a Noruega, a Suécia e a Suíça e demonstra a intenção da Colômbia em atrair investimento para a redução da desflorestação, e para o processo de paz.

Por sua vez, através do Acordo de Paris a Colômbia comprometeu-se a reduzir as emissões e a proteger os ecossistemas. Em 2015 propôs-se a uma meta de redução de emissões para 2030 de 20% em comparação com as tendências de crescimento atuais, no seguimento dos objetivos pretendidos pela UNFCCC. De acordo com o modelo de

tendência de crescimento, aponta-se para 278Mton em 2020 e 335Mton em 2030, ou seja, o objetivo para 2030 é reduzir 20% desse valor – 268Mton (iNDC de Colombia, 2015). No entanto existem lacunas entre os objetivos pretendidos e as ações governativas postas em prática, que serão analisados de seguida.

## 2.6. Análise do posicionamento colombiano na governação global das alterações climáticas

A posição da Colômbia na governação das alterações climáticas revela-se interessante por se tratar de um país muito dependente das indústrias extrativas economicamente, mas que apresenta um discurso relativo às alterações climáticas e à cooperação ambiental muito ambicioso, como já se pôde constatar. Para além disso tem atuado como líder nos modelos de desenvolvimento em defesa do ambiente e na descarbonização da economia global.

Na literatura afirma-se que a Colômbia tem desempenhado um papel importante na UNFCCC e que tem defendido um modelo de desenvolvimento sustentável, apesar de, a nível nacional a economia depender excessivamente das indústrias extrativas e de seguir modelos mais tradicionais que não estão focados na defesa ambiental. Afirma-se que o país desempenhou um papel importante durante várias negociações internacionais, destacando as que resultaram em acordos ambientais internacionais tais como o Protocolo da Biossegurança, o Protocolo de Quioto, o Protocolo de Montreal e a Convenção Minamata (Bustos, 2018). Durante a administração de Santos o papel da Colômbia no cenário internacional destacou-se. O país consolidou a sua influência na Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD) e em 2012 liderou a proposta para estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) desempenhando ainda um papel importante na matéria. Foi também em 2012 que se juntou a outros países da América Latina para cooperar em questões de negociação ambiental, através da Associação Independente da América Latina e do Caribe (AILAC) (Bustos, 2018).

A participação nas negociações nem sempre foi constante, mas através de programas de cooperação e de apoio, a limitação das capacidades técnicas tem sido melhorada, contribuindo também para um papel mais ativo. A influência desempenhada

nas negociações internacionais tem aumentado e o país tem abordado de forma mais geral os problemas ambientais, em vez de se focar apenas em temas mais relacionados com a proteção florestal. Destacam-se as posições assumidas durante a COP16, em que a Colômbia contribuiu para a inclusão de uma nova definição da vulnerabilidade atribuída aos países e comprometeu-se também a cumprir metas de desflorestação na Amazônia colombiana e na COP 21 o país defendeu que os países membros deveriam reportar os seus planos de mitigação e rever os seus impactos num período de 5 em 5 anos (Bustos, 2018).

Desta forma, apesar da insustentabilidade associada ao modelo económico da Colômbia – como já referido, muito dependente dos setores extrativos – conclui-se que, a nível internacional, o país desempenha um papel na UNFCCC de destaque e defende medidas ambiciosas relativas à proteção ambiental. As razões para este comportamento antagónico e para a maior importância prestada ao nível internacional, prendem-se também ao facto de que, a administração de Santos tentou, através do papel desempenhado a nível internacional, melhorar a imagem do país para atrair investimento estrangeiro dirigido ao fortalecimento das políticas públicas (Bustos, 2018). Assim, a Colômbia constrói a imagem de um país que pretende desempenhar um importante papel a nível internacional das negociações climáticas e que se responsabiliza pelo aumento das emissões, mas que também apresenta capacidades limitadas e que, portanto, tem o direito de procurar investimento internacional.

Apesar dos esforços na tentativa de travar a desflorestação na Amazônia, como já se verificou, o problema continua a persistir – após o acordo de paz várias áreas protegidas têm sofrido um aumento acentuado de desflorestação (Clerici et al, 2020) e em 2017, a desflorestação na região da Amazônia registou um aumento de cerca de 23% em comparação com 2016 (Ávila, 2018). Quando se procura por possíveis entraves à aplicação das medidas que deveriam evitar este aumento da desflorestação, dá-se conta de diversos fatores possíveis.

Priorizar o crescimento económico nacional e não a proteção ambiental constitui um dos principais obstáculos ao alcance das metas ambientais estabelecidas. Na literatura refere-se a existência de uma discrepância entre os valores sustentáveis defendidos e a forma de atuação do governo. Afirma-se que, em 1991, quando a Colômbia modernizou a Constituição Política, adotou princípios de desenvolvimento sustentável, mas também um modelo económico neoliberal, e que estes constituem elementos contraditórios (Bermúdez e Leal, 2012). Afirma-se que a implementação da REDD+, por exemplo, não

é viável tendo em conta o apoio que o país continua a prestar às indústrias extrativas - que causam a desflorestação que a REDD+ pretende evitar. Refere-se, portanto, a existência de uma contradição entre a escolha de um modelo de desenvolvimento que pretende proteger o meio ambiente, mas que, ao mesmo tempo, apoia indústrias extrativas de grande escala e o setor agropecuário (Krause, 2020, p. 2). Este modelo neoliberal de que se fala caracteriza-se pela procura do desenvolvimento económico, sem ter em conta a proteção ambiental. Torna-se, então, cada vez mais necessário rever as políticas de apoio às indústrias de extração, no sentido de reduzir o investimento na agricultura de grande escala e na extração de recursos naturais, que contribuem para a prática de *land grabbing* e consequente desflorestação de floresta primária.

Para além disto, como referido no primeiro capítulo, um dos grandes obstáculos da governação climática tem sido o ambiente de competição e de individualismo do sistema internacional, estritamente relacionado com questões de soberania. Tendo em conta que é necessário que exista cooperação entre os vários países da floresta Amazónica para se conseguir criar políticas conjuntas para travar a desflorestação, adotar uma posição mais nacionalista dificulta a obtenção de resultados conjuntos.

Tal como mencionado na literatura, a importância da soberania e da integridade territorial atribuída pelos diversos governos inibe a criação de políticas ambientais e a sua aplicação a nível regional, assim como a criação de áreas protegidas comuns e outras soluções que protegeriam os ecossistemas. Desta forma, a preocupação com a delimitação do território leva a que os países recusem compromissos internacionais que poderiam interferir com as questões de soberania (Pereira e Viola, 2020 (b)). Esta posição identifica-se com a perspetiva realista abordada no primeiro capítulo. Como foi referido, o realismo prevê que os países adotem posições mais centradas em interesses próprios. No contexto da governação das alterações climáticas, tal significa que os países da Amazônia, à partida, não estão interessados no bem geral, neste caso, o bem da floresta.

No entanto não é assim tão claro se é esse o caso. Tal como demonstrado neste capítulo, existem múltiplas iniciativas de proteção ambiental e climática e a Colômbia tem, de facto, exercido esforços em conjunto com outras identidades no sentido de proteger o ecossistema. Por outro lado, o insucesso destas medidas, ou a sua insuficiência, demonstram uma carência de vontade política e a falha em tornar a proteção da floresta da Amazônia uma prioridade.

Comprova-se que as questões de delimitação de território e de soberania existem e, nesse sentido, o ideal seria uma mudança de paradigma na forma como os países da

Amazônia se relacionam com a floresta. Rejeitar a divisão entre políticas domésticas e internacionais, justificando que as fronteiras entre países não coincidem com ecossistemas (Dyer, 2017(b)), talvez produzisse resultados.

Também segundo uma perspectiva realista, as negociações e os acordos de cooperação entre os vários países não passariam de tentativas. Aliás, a teoria não reconhece o papel de atores não estatais, ou seja, põe em causa a credibilidade da UNFCCC e portanto não pode ser considerada capaz de apresentar respostas ao problema das alterações climáticas. E depois de se verificar a existência das várias políticas domésticas ambientais e externas da Colômbia e todas as iniciativas e mecanismos, o papel das organizações internacionais em influenciar a agenda política não pode ser descredibilizado, até porque proporciona fóruns de discussão e de negociação e cria processos de tomada de decisões, para além de incentivar as relações de interdependência entre os países.

Esta interdependência está presente em várias iniciativas adotadas pela Colômbia, por exemplo na REDD+, na AILAC, o FCPF, o TCA, entre outros também já referidos. Na literatura refere-se também a importância do reforço das relações de interdependência, tendo em conta a globalidade das consequências das alterações climáticas que requerem cooperação entre os países de forma a criar resposta ao problema (Biermann, 2014). No entanto alguns países são mais propícios a cooperar e a desempenhar um papel ativo contra as alterações climáticas do que outros (Rowlands, 2001) e a participação ativa da Colômbia na UNFCCC pode explicar-se pela vulnerabilidade a que está sujeita. O próprio governo afirma que o país se encontra altamente exposto aos impactos das alterações climáticas, tendo em conta a sua geografia diversa e a sua economia muito dependente na utilização de recursos naturais e nas condições climáticas (iNDC de Colombia, 2015).

Refere-se na literatura que a vulnerabilidade ecológica é um dos principais fatores a influenciar a política ambiental externa dos países e a sua posição na governação climática. O argumento apresentado defende a ideia de que um país que esteja mais vulnerável às consequências climáticas torna-se mais propício a apoiar esforços coletivos e a cooperar na arena internacional, dado que é algo do seu interesse. Outro fator determinante diz respeito aos custos do abate do problema em questão. Ou seja, se determinada medida de cooperação internacional implica custos elevados para um país, é menos provável que este opte por cooperar, a não ser que, novamente, a sua vulnerabilidade ecológica seja elevada e assim o necessite (Sprinz e Vahtoranta, 1994). No caso da Colômbia, a sua vulnerabilidade influenciou a posição internacional do país,

e tornou o governo e os setores público e privado mais conscientes dos impactos climáticos, e a procura por investimento internacional também constituiu um fator determinante (Bustos, 2018).

Conclui-se que a cooperação na Amazônia enfrenta diversos desafios. Como foi afirmado no primeiro capítulo, a teoria verde defende que o próprio conceito de soberania dificulta a resolução das questões ambientais. Abdicar de fronteiras e de divisões entre países e promover estruturas políticas globais e centralizadas (Biermann, 2001) ou então permitir a existência de várias instituições locais interconectadas e descentralizadas capazes de agir de acordo com a necessidade das circunstâncias (Dyer, 2014) podem constituir opções para uma governação global das alterações climáticas mais eficaz. A falta de eficácia do Acordo de Paris, por exemplo, demonstra a necessidade de reconcetualizar os acordos climáticos. Apontam-se como possíveis causas do insucesso o seu carácter voluntário, a falta de uma visão a longo prazo e os objetivos a curto prazo dos líderes mundiais (Nordhaus, 2020).

Para além disso, como referido no primeiro capítulo, o próprio funcionamento da UNFCCC apresenta falhas que dificultam o sucesso das medidas propostas e o cumprimento dos objetivos, o que influencia também a Colômbia. O estabelecimento de metas adequadas à gravidade da situação atual – tendo em conta os cenários ambientais e as projeções da comunidade científica – e o estabelecimento de penalizações às partes que não cumprem as metas, podem ser medidas favoráveis ao cumprimento dos objetivos de mitigação climática.

Conclui-se que introduzir o conceito de ambiente nas Relações Internacionais não é suficiente, se não lhe é prestada a devida importância e se as prioridades continuam a ser outras. As perspetivas centradas apenas no papel dos atores estatais tornam-se obsoletas e não apresentam respostas nem soluções para os desafios causados pelas alterações climáticas. As perspetivas antropocêntricas devem dar lugar a abordagens que tenham em conta os riscos reais que se enfrentam e que consigam alterar o rumo da política internacional, alertando para a emergência climática e pondo em prática os discursos relativos à mitigação climática. Desta forma, verifica-se cada vez mais necessário tornar o conceito de ambiente o tema central da disciplina (Dyer, 2017 (a), p. 6), reestruturando a ordem política internacional.

## Conclusão

O *land grabbing* é apenas uma das variadas práticas que demonstram o tipo de ação humana que nós, como sociedade, devemos querer evitar: o tipo de ação que usa a Natureza para bens económicos sem ter em conta os riscos que tal acarreta para toda a vida no planeta. Este trabalho focou-se nas emissões causadas pela desflorestação como principal consequência, mas deve ter-se também em conta a perda de habitat de múltiplas espécies que advém da desflorestação e a possível destruição dos ecossistemas. Os riscos ambientais que as ações humanas causam não incluem apenas a vida humana e todos os animais devem ser considerados quando se pensa e se aborda a questão das alterações climáticas. Este é um dos pontos em que as teorias das Relações Internacionais falham, e a análise realizada neste trabalho demonstra isso mesmo.

O neorrealismo, tal como foi visto, descredibiliza o papel dos atores não estatais e, portanto, não explica a importância que as organizações internacionais têm representado na questão climática. Por sua vez, aplica-se a ideia defendida pelo neoliberalismo de que os acordos e as instituições ambientais internacionais podem aumentar a preocupação governamental relativamente ao tema e incrementar a capacidade nacional – a UNFCCC tem conseguido pôr em prática estas ideias. Para além disso, a existência dos acordos internacionais tem, como foi visto, contribuído para existência de cooperação entre os países, uma vez que partilham os mesmos objetivos, e esta é também uma ideia defendida pela teoria liberal. No entanto, a existência de cooperação com o objetivo de reduzir as emissões demonstra-se insuficiente, tendo em conta que os interesses económicos continuam a ser a prioridade.

As teorias mais tradicionais continuam a ter demasiada importância na disciplina, uma vez que não apresentam respostas para as necessidades que enfrentamos atualmente, no Antropoceno. A abordagem antropocêntrica das principais teorias não é adequada e, à medida que as consequências climáticas se fazem sentir e o insucesso das negociações climáticas persiste, torna-se cada vez mais importante aceitar que o ser humano se tornou um agente geológico e que a dicotomia e a relação entre ser humano e Natureza necessita de ser revista. A separação entre o conceito de ser humano e restantes seres vivos leva a que o próprio conceito de ambiente não seja aplicado de forma correta. A adoção de uma perspetiva pós-antropocêntrica poderia contribuir com discussões e práticas mais relevantes para a mudança necessária. Para além disso, a alteração de certos ideais deve ser considerada uma oportunidade para refletir criticamente sobre o papel da humanidade



no contexto contemporâneo global. Assim, um novo paradigma – não centrado no Estado como ator principal – é, como defendido por vários autores mencionados neste trabalho, fundamental.

A ideia partilhada pelo ecofeminismo liberal e pela teoria verde de que o crescimento económico é responsável pelos problemas ambientais deve também ser tida em conta, assim como o ponto de vista do neo-marxismo de que as grandes empresas de combustíveis fósseis desempenham um papel importante nas negociações climáticas. Tal como a teoria verde defende, as práticas de produção e consumo satisfazem as vontades humanas imediatas, e contribuem para um mercado global que não reconhece limites ecológicos nem procura a sustentabilidade. O desafio centra-se em compatibilizar o desenvolvimento económico com a proteção da Natureza, e a acentuação das alterações climáticas só pode demonstrar que o ambiente não está a ser considerado uma prioridade.

O caso da Colômbia demonstra isso mesmo, por vários motivos. Um deles é o simples facto do país continuar a apostar e a depender em larga medida das indústrias extrativas, apesar da comprovada relação que estas têm com a desflorestação. O mesmo se diz para com a indústria agropecuária, uma das principais causas do *land grabbing* e da desflorestação.

Antes de analisar a literatura referente ao tema, partia-se do princípio que a maior ocorrência de *land grabbing* tivesse acontecido durante a guerra civil colombiana, devido à ocupação de terras pelos grupos armados. No entanto, constatou-se que o período após o acordo de paz facilitou esta prática, devido ao vazio deixado pelas FARC-EP. A ocorrência de conflitos armados pode evitar e reduzir a desflorestação e conclui-se que foi esse o caso colombiano. O acordo de paz e a consequente retirada do grupo de diversas áreas abriu caminho a diversos setores económicos que puderam explorar as zonas anteriormente ocupadas.

Registam-se, portanto, dois cenários ou contextos de *land grabbing* na Colômbia que, muito sucintamente, se podem resumir da seguinte forma: durante a guerra civil as guerrilhas retiram terras aos agricultores para fins próprios, e depois do acordo de paz o setor económico entra em jogo e grandes empresários retiram terras aos agricultores. Durante ambos os cenários, a desflorestação está presente, mas destaca-se no segundo, atingindo uma dimensão sem precedentes.

Os setores económicos relativos à produção de cana de açúcar e óleo de palma, as indústrias extrativas e a indústria agropecuária destacam-se entre os principais atores nesta prática. Grande parte do *land grabbing* ocorreu na região da Amazônia colombiana

e, como consequência, nos últimos anos as áreas mais afetadas pela desflorestação localizam-se precisamente nessa mesma região, onde os dados apontam para cerca de 817 milhares de hectares de floresta primária perdidos (Global Forest Watch, 2020), de 2002 a 2019.

Por si só, a desflorestação acentua as alterações climáticas: a destruição de área florestal reduz o número de árvores, o que faz com que menos dióxido de carbono seja absorvido, e, ao mesmo tempo, emite quantidades relevantes para a atmosfera. Quando envolve perda de floresta primária, a situação agrava-se ainda mais, dado que estas áreas armazenam maiores quantidades de dióxido de carbono, ou seja, a desflorestação causa mais emissões. Estas consequências ambientais interferem com a segurança climática e, depois de analisar a ação governamental do país, concluiu-se que a prática de *land grabbing* é, em grande parte, possível, devido à excessiva dependência económica na exploração de recursos naturais, que, combinado com a ausência de ações governativas, facilita a ocorrência.

Analizou-se a política ambiental colombiana em três administrações governativas: Uribe (2002-2010), Santos (2010-2018) e Duque (2018-). Concluiu-se que em nenhuma delas se realizaram as ações necessárias para travar a ocorrência de *land grabbing* e reduzir a desflorestação: os assuntos ambientais não foram prioridade na agenda política de Uribe, que favoreceu os interesses das indústrias extrativas, apesar da sua grande contribuição para a desflorestação. Por sua vez, Santos demonstrou intenções de posicionar o país na cena internacional ambiental e beneficiar da cooperação internacional, no entanto identificou os setores que mais contribuem para a desflorestação – mineiro, energético e agropecuário – como as principais bases do desenvolvimento do país (Krause, 2020, p.9) e manteve a política de desenvolvimento dos mesmos. Por último, verificou-se o aumento da desflorestação na Amazónia durante a administração de Duque, que revelou um plano de desenvolvimento nacional que aumenta ainda mais a dependência económica do país no setor extrativo. A economia muito dependente dos recursos naturais e a falta de vontade política em reverter a situação parecem constituir os principais fatores que, ao longo das diferentes administrações, contribuíram para o insucesso dos objetivos pretendidos.

Da análise referente ao posicionamento da Colômbia na governação global das alterações climáticas, concluiu-se que o país tem desempenhado um papel ativo na UNFCCC, mas que priorizar o crescimento económico nacional e não a proteção ambiental constitui um dos principais obstáculos ao alcance das metas ambientais

estabelecidas. Concluiu-se também que as políticas ambientais domésticas colombianas não travam a prática de *land grabbing*, e que as políticas externas não apresentaram ainda resultados, salientando-se que têm também como objetivo atrair investimento estrangeiro para o fortalecimento das políticas públicas do país e para programas do acordo de paz (Bustos, 2018; Krauser, 2020). Pode considerar-se a perspectiva apresentada pelo neo-marxismo que sublinha os contrastes económicos existentes entre os países industrializados e os menos industrializados, ao que chama de “*dependency theory*”, tal como referido no primeiro capítulo. Para além disso, a intenção de financiar projetos e iniciativas a partir da economia dos setores extrativos (McNeish, 2017) demonstra um grande entrave ao objetivo de redução de desflorestação e de emissões. O contraste entre a continuação de um modelo de desenvolvimento não sustentável a nível doméstico, e o papel ambicioso desempenhado na UNFCCC, permite à Colômbia construir a imagem de um país que assume um papel relevante a nível internacional das negociações climáticas, mas que também apresenta capacidades limitadas.

Realça-se que um dos grandes obstáculos da governação climática tem sido o ambiente de competição e de individualismo do sistema internacional, assim como questões de soberania que inibem a criação e aplicação de políticas ambientais coletivas que beneficiariam os países da Amazónia e, claro, a proteção da floresta. Comprovou-se, a partir da análise das diversas medidas e iniciativas ambientais adotadas e sucessivos insucessos, que a vontade política no que diz respeito a proteger a Amazónia é insuficiente.

Tal como afirmado por Dyer (2017) as fronteiras entre países não coincidem com ecossistemas (Dyer, 2017 (b)) e o próprio conceito de soberania dificulta a resolução das questões ambientais, uma vez que os interesses nacionais intrínsecos a este dificultam o processo de cooperação entre os vários países, necessário à resolução do problema. Desta forma, as políticas domésticas devem ser pensadas numa lógica planetária, tendo em consideração o bem comum global e não apenas o interesse nacional a curto prazo. Assim sendo, as perspetivas centradas apenas no papel dos atores estatais tornar-se-ão obsoletas, se já não se tornaram. Necessita-se de uma nova abordagem que considere os riscos das alterações climáticas ameaças reais e que não se centre apenas nos interesses humanos. Para além disso, mostra-se cada vez mais relevante a necessidade de investigar alternativas económicas sustentáveis, de forma a proteger o ambiente, garantir a segurança climática, e conseguir o tão importante equilíbrio entre todas as formas de vida do planeta.

## Bibliografia

Agência Portuguesa do Ambiente. 2020 (a). A Cimeira do Rio e a UNFCCC. Acedido a 20 maio 2020, disponível em:

<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=119&sub3ref=494>

Agência Portuguesa do Ambiente. 2020 (b). Protocolo de Quioto. Acedido a 20 maio 2020, disponível em:

<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=119&sub3ref=500>

Agência Portuguesa do Ambiente. 2020 (c). Acordo de Paris. Acedido a 20 maio 2020, disponível em:

<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=1367>

Allison, J. 2017. *Ecofeminism and Global Environmental Politics*. Oxford Research Encyclopedia of International Studies. Acedido a 30 maio 2020, disponível em:

<https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-158>

Amin, S.; Arrighi, G.; Frank, A. G. e Wallerstein, I. 1982. *Dynamics of Global Crisis*. Monthly Review Press

Ari, T. e Gökpinar, F. 2019. *Green Theory in International Relations*. In Theories of International Relations. Eskişehir: Anadolu University Publication, 2019, pp: 161-178. Acedido a 16 dezembro 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/332183190\\_Green\\_Theory\\_in\\_International\\_Relations](https://www.researchgate.net/publication/332183190_Green_Theory_in_International_Relations)

Armenteras, D.; Rodríguez, N., Cabrera, E. e Retana, J. 2013. *National and regional determinants of tropical deforestation in Colombia*. Regional Environmental Change. Dezembro de 2013. Acedido a 20 novembro, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/235933458\\_National\\_and\\_regional\\_determinants\\_of\\_tropical\\_deforestation\\_in\\_Colombia](https://www.researchgate.net/publication/235933458_National_and_regional_determinants_of_tropical_deforestation_in_Colombia)

Ávila, A. *La tragedia ambiental en la Amazonía: acaparamiento y corrupción*. El País. 4 de julho, 2018. Colombia. Acedido a 20 junho, 2020, disponível em:

[https://elpais.com/internacional/2018/07/04/colombia/1530673375\\_259101.html](https://elpais.com/internacional/2018/07/04/colombia/1530673375_259101.html)

Baker-Smith, K. e Attila, S. 2016. “*What is Land Grabbing: a critical review of existing definitions*”. Eco Ruralis. Acedido a 10 junho, 2020, disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/0B\\_x-9XeYoYkWSDh3dGk3SVh2cDg/view](https://drive.google.com/file/d/0B_x-9XeYoYkWSDh3dGk3SVh2cDg/view)

BBC News. 2016. *Who Are the Farc?* In: BBC News. 24 novembro, 2016. Acedido a 15 junho, 2020, disponível em:

<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-36605769>

Bermúdez, O.B. e Leal, A.C. *Poder político, território e crise ambiental na Colômbia*. Finisterra. 2012, nº 93, pp 129-144. Acedido a 24 novembro, 2020, disponível em:

[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0430-50272012000100007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272012000100007)

Biermann, F. 2001. *The Emerging Debate on the Need for a World Environment Organization: A Commentary*. Global Environmental Politics (1): 45–55

Biermann, F. 2006. *Global Governance and the Environment*. In Palgrave Advances in International Environmental Politics, ed. Michele M. Betsill, Kathryn Hochstetler e Dimitris Stevis, 237–261. Nova Iorque: Palgrave Macmillan

Biermann, F. 2014. *'The Anthropocene: A Governance Perspective'*. The Anthropocene Review 1, no. 1 (2014): 57–61. Acedido a 10 outubro, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/266001651\\_The\\_Anthropocene\\_A\\_governance\\_perspective](https://www.researchgate.net/publication/266001651_The_Anthropocene_A_governance_perspective)

Borras, S., Franco, J., Gómez, S., Kay, S. e Spoor, M. 2012. *Land grabbing in Latin America and the Caribbean*. Journal of Peasant Studies, 39:3-4, 845-872. Acedido a 15 junho, 2020, disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2012.679931>

Borras, S., Franco, J. e Ploeg, J. 2013. *"Introduction: land concentration, land grabbing and people's struggle in Europe"* In: Franco, J. e Borras, S. (Eds.). *"Land concentration, land grabbing and people's struggle in Europe"*. Amesterdão, Transnational Institute (TNI) for European Coordination Via Campesina and Hands off the Land network. Acedido a 14 maio, 2020, disponível em:

[https://www.tni.org/files/download/land\\_in\\_europe-jun2013.pdf](https://www.tni.org/files/download/land_in_europe-jun2013.pdf)

Brienen, R.J.W, Phillips, O.L., Feldpausch, T. R. et al. 2018. *Long-Term Decline of the Amazon Carbon Sink*. *Nature*. 519 (2015), pp. 344-348. Acedido a 14 novembro, 2020, disponível em:

<https://www.nature.com/articles/nature14283>

Bull, H. 1977. *The Anarchical Society*. Nova Yorke: Columbia University Press

Burke, A., Fishel, S., Mitchell, A., Dalby, S., e Levine, D. J. (2016). *Planet Politics: A Manifesto from the End of IR*. Millennium: Journal of International Studies, 44(3), 499-523. Consultado a 03 Nov. 2019. Acedido a 10 maio, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/300087093 Planet Politics A Manifesto from the End of IR](https://www.researchgate.net/publication/300087093_Planet_Politics_A_Manifesto_from_the_End_of_IR)

Bustos, M. C. 2018. *What Shapes Colombia's Foreign Position on Climate Change?*. Colombia Internacional, (94), 27-51. Acedido a 26 novembro, 2020, disponível em:

[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-56122018000200027](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122018000200027)

Caballero, A. 2016. *La Violencia*. In: *Historia de Colombia y sus oligarquías*. Ministerio de Cultura - Biblioteca Nacional de Colombia Primera edición, 2016, Acedido a 13 novembro, 2020, disponível em:

<https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/capitulo11.html>

Ceballos, G., Ehrlich, P.R. e Dirzo, R. 2017. *Biological annihilation via the ongoing sixth mass extinction signaled by vertebrate population losses and declines*. Proceedings of the National Academy of Sciences, 114 (30). Acedido a 15 novembro, 2020, disponível em:

<https://www.pnas.org/content/114/30/E6089>

Centro de Información sobre Empresas y Derechos Humanos. 2015. *Colombia: Indigenous peoples' protest over alleged land grabs by companies met with police repression*. Acedido a 20 junho, 2020, disponível em:

<https://www.business-humanrights.org/es/%C3%BAltimas-noticias/colombia-indigenous-peoples-protest-over-alleged-land-grabs-by-companies-met-with-police-repression/>

Centro Nacional de Memoria Histórica. 2016. *Tierras y conflictos rurales. Historia, políticas agrarias y protagonistas*. Bogotá, CNMH. Acedido a 25 junho, 2020, disponível em:

<https://centrodememoriahistorica.gov.co/wp-content/uploads/2020/01/tierras-y-conflictos-rurales.pdf>

Clerici, N., Armenteras, D., Kareiva, P., Botero, R. et al. 2020. *Deforestation in Colombian protected areas increased during post-conflict periods*. Scientific Reports, (2020) 10:4971. Acedido a 15 outubro, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/340008093\\_Deforestation\\_in\\_Colombian\\_protected\\_areas\\_increased\\_during\\_post-conflict\\_periods](https://www.researchgate.net/publication/340008093_Deforestation_in_Colombian_protected_areas_increased_during_post-conflict_periods)

Cochrane, L. 2017. *Land Grabbing*. In: Encyclopedia of Food and Agricultural Ethics. Edição: Living Reference Work Entry. Capítulo: Land Grabbing. Springer Editors: David M. Kaplan, Paul B. Thompson. Acedido a 5 junho, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/307561825\\_Land\\_Grabbing](https://www.researchgate.net/publication/307561825_Land_Grabbing)

Colombia Sostenible, 2020. *Qué es Colombia Sostenible*. Acedido a 20 dezembro 2020, disponível em:

<http://www.colombiasostenible.apccolombia.gov.co/index.php/nosotros>

Coronado, A. e Pacheco, D. *La deforestación en Guaviare por fin tiene nombre*. El Espectador. 5 de maio de 2019, Bogotá. Acedido a 10 agosto, 2020, disponível em:

<https://www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/la-deforestacion-en-guaviare-por-fin-tiene-nombre/>



Corry, O. 2017. *The “Nature” of International Relations: From Geopolitics to the Anthropocene*. In: *Reflections on the Posthuman in International Relations*, editado por Eroukhmanoff, C. e Harker, M. E-International Relations Publishing. Bristol

Crutzen, P. J., e Stoermer, E. F. 2000. *The Anthropocene*. *Global Change Newsletter*, 41, maio de 2000. Acedido a 15 maio, 2020, disponível em:

<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>

d’Eaubonne, F. 1974. *Le féminisme ou la mort*. Paris, P. Horay

Dalby, S. 2013. *Global Environmental Security. The Handbook of Global Climate and Environment Policy*. Editado por Falkner, R. Londres: John Wiley and Sons

Dane (Departamento Administrativo Nacional de Estatística). 2020. *Pesquisa Agrícola Nacional: Caracterização das unidades de produção agrícola e do produtor*. Gobierno de Colombia, Bogotá, Colombia. Acedido a 12 outubro, 2020, disponível em:

<https://www.dane.gov.co/index.php/en/statistics-by-topic-1/agricultural-sector/national-agricultural-survey-ena>

Dannreuther, R, 2008. *International Security. The Contemporary Agenda*. Malden: Polity Press

Defensoría del Pueblo. 2015. *Cómo fueron los 64 atentados perpetrados por las FARC en los últimos dos meses*. Escritório do Provedor de Justiça Colombiano, Bogotá, Colômbia. Acedido a 14 novembro, 2020, disponível em:

<https://www.defensoria.gov.co/es/nube/enlosmedios/3878/C%C3%B3mo-fueron-los-64-atentados-perpetrados-por-las-FARC-en-los-%C3%BAltimos-dos-meses.htm>

Deininger, K e Byerlee, D. 2010. *Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?*. Banco Mundial, Washington D.C., 07 de setembro de 2010

Dupas, G, 2007. *A Questão Ambiental e o Futuro da Humanidade*. Política Externa, 16, 9-23

Dryzek, J. S. 2016. “*Institutions for the Anthropocene: Governance in a Changing Earth System*”. British Journal of Political Science, 46(4), 937-956. Acedido a 13 maio, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/287335646\\_Institutions\\_for\\_the\\_Anthropocene\\_Governance\\_in\\_a\\_Changing\\_Earth\\_System](https://www.researchgate.net/publication/287335646_Institutions_for_the_Anthropocene_Governance_in_a_Changing_Earth_System)

Dyer, H. 2014. *Climate Anarchy: Creative Disorder in World Politics*. International Political Sociology (2): 182–200

Dyer, H. 2017 (a). *Challenges to Traditional International Relations Theory Posed by Environmental Change*. Oxford Research Encyclopedia of International Studies. Acedido a 14 maio, 2020, disponível em:

<https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-108>

Dyer, H. 2017 (b). *Green Theory*. In International Relations Theory. Editado por McGlinchey, S., Walters, R. e Scheinplflug, C. E-International Relations. Bristol

Eckersley, R. 2004. *The Green State: Rethinking Democracy and Sovereignty*. London: MIT Press

Edelman, M. e León, A. 2013. “*Cycles of land grabbing in Central America: an argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras*”. *Third World Quarterly* 34(9). Outubro de 2013. Acedido a 20 outubro, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/263561643\\_Cycles\\_of\\_Land\\_Grabbing\\_in\\_Central\\_America\\_An\\_Argument\\_for\\_History\\_and\\_a\\_Case\\_Study\\_in\\_the\\_Bajo\\_Aguan\\_Honduras](https://www.researchgate.net/publication/263561643_Cycles_of_Land_Grabbing_in_Central_America_An_Argument_for_History_and_a_Case_Study_in_the_Bajo_Aguan_Honduras)

European Coordination Via Campesina. 2016. “*How do we define Land Grabbing?*” Bruxelas, 23 de novembro de 2016. Acedido a 27 abril, 2020, disponível em:

<https://www.eurovia.org/how-do-we-define-land-grabbing/>

Forest Carbon Partnership Facility. *2020 Annual Report*. The World Bank. Washington, Estados Unidos da América. Acedido a 23 novembro, 2020, disponível em:

[https://www.forestcarbonpartnership.org/system/files/documents/FCPF%202020%20Annual%20Report\\_Web\\_update.pdf](https://www.forestcarbonpartnership.org/system/files/documents/FCPF%202020%20Annual%20Report_Web_update.pdf)

Garavito, C. et al. 2020. *Colombia*. Encyclopedia Britannica. Acedido a 10 dezembro, 2020, disponível em:

<https://www.britannica.com/place/Colombia>

GEF.2020. *Amazon*. Acedido a 20 de novembro, 2020, disponível em:

<https://www.thegef.org/topics/amazon>

Global Forest Watch. 2020. *Dashboard: Colombia*. Acedido a 10 novembro, 2020, disponível em:

<https://www.globalforestwatch.org/>

Gomes, V.H.F., Vieira, I.C.G., Salomão, R.P. et al. *Amazonian tree species threatened by deforestation and climate change*. Nat. Clim. Chang. 9, 547–553 (2019). Acedido a 8 outubro, 2020, disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s41558-019-0500-2#:~:text=Discussion,their%20estimated%20AOO%20by%202050.&text=Our%20analyses%20were%20based%20on,not%20affect%20species%20richness%20patterns>.

Goodin, R. 1992. *Green Political Theory*. Cambridge: Polity.

Gov.Co. Presidência da República da Colômbia, 2019. *Incorporación del Consejo Nacional de Lucha contra la Deforestación en el Plan de Desarrollo, es muestra de nuestro compromiso contra el ecocidio: Presidente Duque*. Florencia, Caquetá. Acedido a 27 novembro, 2020, disponível em:

<https://id.presidencia.gov.co/Paginas/prensa/2019/190504-Incorporacion-Consejo-Nacional-Lucha-contra-Deforestacion-en-Plan-Desarrollo-muestra-nuestro-compromiso-contra-ecoci.aspx>

Gutiérrez-Sanín, F. 2008. *Telling the Difference: Guerrillas and Paramilitaries in the Colombian War*. Politics & Society, março de 2008. Acedido a 8 de junho, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/249674459\\_Telling\\_the\\_Difference\\_Guerrillas\\_and\\_Paramilitaries\\_in\\_the\\_Colombian\\_War](https://www.researchgate.net/publication/249674459_Telling_the_Difference_Guerrillas_and_Paramilitaries_in_the_Colombian_War)

Gutiérrez-Sanín, F. e Reina, J. 2016. *El despojo paramilitar: quiénes, cómo y por qué*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario. Acedido a 2 julho, 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/313310907\\_El\\_despojo\\_paramilitar\\_quienes\\_como\\_y\\_por\\_que](https://www.researchgate.net/publication/313310907_El_despojo_paramilitar_quienes_como_y_por_que)

Hardin, G. 1968. *The Tragedy of the Commons*. Science 13 Dezembro 1968: Vol. 162, Issue 3859, pp. 1243-1248. Acedido a 15 junho, 2020, disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243>

Harrington, C. 2016. *The Ends of the World: International Relations and the Anthropocene*. Millennium: Journal of International Studies. v 44, pp: 478-498. Acedido a 10 dezembro, 2020, disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0305829816638745>

Hein, J., Cairo, C., Gallego, D., Gutiérrez, T., Velez, J. e Francisco, J. 2020. *A political ecology of green territorialization: frontier expansion and conservation in the Colombian Amazon*. Journal of the Geographical Society of Berlin. Vol. 151, No 1. Acedido a 17 novembro 2020, disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339618022\\_A\\_political\\_ecology\\_of\\_green\\_territorialization\\_frontier\\_expansion\\_and\\_conservation\\_in\\_the\\_Colombian\\_Amazon](https://www.researchgate.net/publication/339618022_A_political_ecology_of_green_territorialization_frontier_expansion_and_conservation_in_the_Colombian_Amazon)

Houghton, J. 1994. *Global Warming: The Complete Briefing*. Elgin, IL: Lion Publishing

Houghton, R.A.; Birdsey, R.A.; Nassikas, A. e McGlinchey, D. 2017. *Forests and Land Use: Undervalued Assets for Global Climate Stabilization*. Woods Hole Research Center. Acedido a 7 julho 2020, disponível em: [http://www.woodwellclimate.org/wp-content/uploads/2015/06/PB\\_Forests\\_and\\_Land\\_Use.pdf](http://www.woodwellclimate.org/wp-content/uploads/2015/06/PB_Forests_and_Land_Use.pdf)

Human Rights Watch. 2020. *World Report 2020: Colombia, Events of 2019*. Nova Iorque. Acedido a 8 novembro 2020, disponível em:

<https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/colombia#:~:text=Human%20rights%20defenders%2C%20journalists%2C%20indigenous,8.1%20million%20Colombians%20since%201985>.

Hurtado, C. 2019. *Land Grabbing in Colombia: old and new mechanisms*. Institute of Sociology, Jagiellonian University, Krakow. Acedido a 20 junho 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/331684383\\_Land\\_Grabbing\\_in\\_Colombia\\_old\\_and\\_new\\_mechanisms](https://www.researchgate.net/publication/331684383_Land_Grabbing_in_Colombia_old_and_new_mechanisms)

IDEAM. 2017. *Resultados Monitoreo de la Deforestación 2017*. Acedido a 19 novembro 2020, disponível em:

[http://documentacion.ideam.gov.co/openbiblio/bvirtual/023835/Resultados\\_Monitoreo\\_Deforestacion\\_2017.pdf](http://documentacion.ideam.gov.co/openbiblio/bvirtual/023835/Resultados_Monitoreo_Deforestacion_2017.pdf)

iNDC de Colombia: Contribución Prevista y Nacionalmente Determinada (iNDC) de Colombia, Documento de Soporte. 2015. MINAMBIENTE. Acedido a 1 dezembro 2020, disponível em:

[https://unfccc.int/sites/default/files/colombia\\_indc.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/colombia_indc.pdf)

IPCC 2007. *Climate Change 2007. Impacts, Adaptation and Vulnerability*. New York: Cambridge University Press

IPCC 2014. *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability: Summary for Policymakers*. Cambridge: IPCC. Acedido a 8 junho 2020, disponível em:

[https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar5\\_wgII\\_spm\\_en.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar5_wgII_spm_en.pdf)

IPCC 2018. *Special Report: Global Warming of 1.5°C*. Disponível em:

<https://www.ipcc.ch/sr15/>

Kapstein, E. B. 2018. *Governing the Global Land Grab*. Arizona State University and Princeton University. Global Policy Vol. 9. Acedido a 12 junho 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/323261536\\_Governing\\_the\\_Global\\_Land\\_Grab](https://www.researchgate.net/publication/323261536_Governing_the_Global_Land_Grab)

Keohane, R. e Nye, J. 1977. *Power and Interdependence*. Nova Yorke: Little, Brown

Keohane, R. 1984. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press, Princeton Nova Jérσία

Khan, M.R. 2016. *Climate Change, Adaptation and International Relations Theory*. In Environment, Climate Change and International Relations, editado por Sosa-Nunez, G. e Atkins, E. E-International Relations Publishing. Bristol

Krasner, S. D. 1983. *International Regimes*. Nova Iorque, Cornell University Press

Krause, T. 2020. *Reducing deforestation in Colombia while building peace and pursuing business as usual extractivism?* Journal of Political Ecology. Acedido a 28 novembro 2020, disponível em:

<https://journals.uair.arizona.edu/index.php/JPE/article/view/23186>

Krok Institute for International Peace Studies. 2020. *State of Implementation of the Colombian Final Accord- December 2018 to November 2019*. University of Notre Dame. Acedido a 20 novembro, 2020, disponível em:

<http://peaceaccords.nd.edu/wp-content/uploads/2020/06/June-24-2020-Updated-Executive-Summary-Fourth-Report.pdf>

Levy, D. L. e Egan, D. 1998. *Capital Contests: National and Transnational Channels of Corporate Influence on the Climate Change Negotiations*. Politics & Society. 26 (3): 337-361. Acedido a 15 dezembro, 2020, disponível em:

<https://journals.sagepub.com/pb-assets/Icons/icon-close-1529439319737.svg>

Levy, M; Keohane, R e Haas, P. 1992. *Institutions for the Earth*. Environment Science and Policy for Sustainable Development 34(4):12-36. Acedido a 3 junho 2020, disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/233089760\\_Institutions\\_for\\_the\\_Earth](https://www.researchgate.net/publication/233089760_Institutions_for_the_Earth)

MAAP. 2020. MAAP #120: *Deforestation in the Colombian Amazon – 2020*. Acedido a 26 novembro 2020, disponível em:

[https://maaproject.org/2020/colombian\\_amaz/](https://maaproject.org/2020/colombian_amaz/)

Malhi, Y. e Grace, J. 2000. *Tropical forests and atmospheric carbon dioxide*. Trends in Ecology & Evolution, 2000 Aug; 15 (8) : 332-337. Acedido a 3 dezembro 2020, disponível em:

[https://www.cell.com/trends/ecology-evolution/fulltext/S0169-5347\(00\)01906-6?\\_returnURL=https%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS0169534700019066%3Fshowall%3Dtrue](https://www.cell.com/trends/ecology-evolution/fulltext/S0169-5347(00)01906-6?_returnURL=https%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS0169534700019066%3Fshowall%3Dtrue)

Manulak, M. 2016. *Developing World Environmental Cooperation: The Founex Seminar and the Stockholm Conference*. In International Organizations and Environmental Protection, ed. Wolfram Kaiser e Jan-Henrik Meyer. Nova Iorque: Berghahn Books. Acedido a 7 julho 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/326392380\\_Developing\\_World\\_Environment\\_al\\_Cooperation\\_The\\_Founex\\_Seminar\\_and\\_the\\_Stockholm\\_Conference](https://www.researchgate.net/publication/326392380_Developing_World_Environment_al_Cooperation_The_Founex_Seminar_and_the_Stockholm_Conference)



Marin, V., Lovett, J. e Clancy, J. 2011. *Biofuels and Land Appropriation in Colombia: Do Biofuels National Policies Fuel Land Grabs?* Land Deals Politics Initiative (LDPI); Journal of Peasant Studies. Acedido a 11 setembro 2020, disponível em:

<https://www.future-agricultures.org/wp-content/uploads/pdf-archive/Victoria%20Marin%20Jon%20Lovett%20and%20Joy%20Clancy.pdf>

Maughan, M. 2011. *Land Grab and Oil Palm in Colombia*. Land Deals Politics Initiative (LDPI) e Journal of Peasant Studies. Acedido a 9 junho 2020, disponível em:

[http://www.future-agricultures.org/wp-content/uploads/pdf-archive/Mark\\_Maughan.pdf](http://www.future-agricultures.org/wp-content/uploads/pdf-archive/Mark_Maughan.pdf)

McClanahan, B.; Sanchez Parra, T. e Brisman, A. 2019. *Conflict, environment and transition: Colombia, ecology and tourism after demobilization*. International Journal for Crime, Justice and Social Democracy 8(3): 74-88. Acedido a 10 junho 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/335562989\\_Conflict\\_Environment\\_and\\_Transition\\_Colombia\\_Ecology\\_and\\_Tourism\\_after\\_Demobilisation](https://www.researchgate.net/publication/335562989_Conflict_Environment_and_Transition_Colombia_Ecology_and_Tourism_after_Demobilisation)

McDonald, M. 2013. *Discourses of Climate Security*. Political Geography. Volume 33, pp: 42-51. Acedido a 8 dezembro 2020, disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0962629813000188#:~:text=%E2%96%BA%20Discourses%20of%20climate%20security,and%20ecological%20climate%20security%20discourses.&text=%E2%96%BA%20The%20most%20powerful%20discourses,a%20progressive%20or%20effective%20response.>

McDonald, M., 2018. *Climate Change and Security: Towards Ecological Security?*. International Theory (2018),153–180, Cambridge University Press, 2018

McNeish, J.A. 2017. *Extracting Justice? Colombia's Commitment to Mining and Energy as a Foundation for Peace*. The International Journal of Human Rights, 21: 4, pp. 500-516

Meadows, D. H. et al. 2004. *The Limits to Growth: The 30-Year Update*. Chelsea Green Publishing

Mearsheimer, J. 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova Iorque, W. W. Norton and Company

Mehta, L., Veldwisch, G. e Franco, J. 2012. "Introduction to the Special Issue: Water grabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources". Water Alternatives. Vol. 5, nº. 2, junho 2012. Acedido a 9 junho 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/254833738\\_Introduction\\_to\\_the\\_Special\\_Issue\\_Water\\_Grabbing\\_Focus\\_on\\_the\\_Reappropriation\\_of\\_Finite\\_Water\\_Resources](https://www.researchgate.net/publication/254833738_Introduction_to_the_Special_Issue_Water_Grabbing_Focus_on_the_Reappropriation_of_Finite_Water_Resources)

Mehta, S. 2016. *Ecofeminism: A New Approach to Sustainable Development*. Daulat Ram College University of Delhi

MINAMBIENTE. 2018. *Ejecución Presupuestal Visión Amazonía*. Bogotá, Colombia: Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. Acedido a 24 novembro 2020, disponível em:

<https://visionamazonia.minambiente.gov.co/ejecucion-presupuestal/>

MINAMBIENTE (a). 2020 *Estrategia colombiana de desarrollo bajo en carbono*. Bogotá, Colombia. Acedido a 18 novembro 2020, disponível em:

<https://www.minambiente.gov.co/index.php/component/content/article/469-plantilla-cambio-climatico-25>

MINAMBIENTE (b). 2020. *Ahora sí, qué es REDD?*. Bogotá, Colombia. Acedido a 18 noviembre 2020, disponible em:

<https://www.minambiente.gov.co/index.php/bosques-biodiversidad-y-servicios-ecosistematicos/reduccion-de-emisiones-de-gases/ahora-si-que-es-redd>

MINAMBIENTE (c). 2020. *REDD+: Como estamos trabajando? Etapas de la Estrategia REDD+*. Bogotá, Colombia. Acedido a 18 noviembre 2020, disponible em:

<https://www.minambiente.gov.co/index.php/component/content/article?id=439:plantilla-bosques-biodiversidad-y-servicios-ecosistematicos-32>

MINAMBIENTE (d). 2020. *Qué es SESA?*. Bogotá, Colombia. Acedido a 18 noviembre 2020, disponible em:

<https://www.minambiente.gov.co/index.php/bosques-biodiversidad-y-servicios-ecosistematicos/reduccion-de-emisiones-de-gases/que-es-sesa>

MINAMBIENTE (e). 2020. *Acuerdos Cero Deforestación*. Acedido a 27 noviembre 2020, disponible em:

<https://www.minambiente.gov.co/index.php/acuerdos-cero-deforestacion#documentos-de-inter%C3%A9s>

Mordor Intelligence. 2019. *Agriculture in Colombia- Growth, Trends, and Forecast (2020-2025)*. Hyderabad, India. Acedido a 6 agosto, disponible em:

<https://www.mordorintelligence.com/industry-reports/agriculture-in-colombia>

Morgenthau, H., J. 1948. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque, Alfred A. Knopf, Inc

Murillo-Sandoval, P.J. et al. 2020. *The End of Gunpoint Conservation: Forest Disturbance After the Colombian Peace Agreement*. Environmental Research Letters, 15(3). Acedido a 26 novembro 2020, disponível em:

<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ab6ae3>

Nepstad, D., Bezerra, T., Tepper, D. et al. 2013. *Addressing Agricultural Drivers of Deforestation In Colombia: Increasing Land-Based Production While Reducing Deforestation, Forest Degradation, Greenhouse Gas Emissions and Rural Poverty*. Julho 2013, Foreign and Commonwealth Office and Department of Energy Climate Change, Forests and Climate Change Programme. Acedido a 10 novembro 2020, disponível em:

<https://earthinnovation.org/publications/addressing-agricultural-drivers-of-deforestation-in-colombia-english/>

Nordhaus, W. 2020. *The Climate Club: How to Fix a Failing Effort*. Foreign Affairs, May/June 2020. Acedido a 15 setembro 2020, disponível em:

<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-10/climate-club>

Nobre, C. A., Sampaio, G., Borma, L. S., Castilla-Rubio, J. C., Silva, J. S. and Cardoso, M. 2016. *Land-use and Climate Change Risks in the Amazon and the Need of a Novel Sustainable Development Paradigm*. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, 113 (39), pp. 10759–10768. Acedido a 17 maio 2020, disponível em:

<https://www.pnas.org/content/113/39/10759>

O'Neill, O. 1991. *Transnational Justice*. In Held, D. 1991. *Political Theory Today*. Stanford University Press

Osorio, J.; Mohamed, M.; Pavon, V.; Brewer-Osorio, S. 2019. *Mapping Violent Presence of Armed Actors in Colombia*. Advances in Cartography and GIScience of the International Cartographic Association. Acedido a 2 junho 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/334220227\\_Mapping\\_Violent\\_Presence\\_of\\_Armed\\_Actors\\_in\\_Colombia](https://www.researchgate.net/publication/334220227_Mapping_Violent_Presence_of_Armed_Actors_in_Colombia)

Our World in Data. 2020. *Electricity share by fuel source, Portugal, 1960 to 2015*. Acedido a 20 outubro 2020, disponível em:

<https://ourworldindata.org/grapher/world-electricity-by-source?country=PRT>

Oxford Business Group. *Agri-business opportunities in Colombia continue to grow*. In The Report: Colombia 2019. Acedido a 14 setembro 2020, disponível em:

<https://oxfordbusinessgroup.com/overview/space-grow-number-developments-and-efforts-raise-financial-capacity-bode-well-sector-expansion-and>

Öztürk, Y.M. 2020. *An Overview of Ecofeminism: Women, Nature and Hierarchies*. Journal of Academic Social Sciences 81(13):705-714. Acedido a 11 dezembro de 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/344898206\\_An\\_Overview\\_of\\_Ecofeminism\\_Women\\_Nature\\_and\\_Hierarchies](https://www.researchgate.net/publication/344898206_An_Overview_of_Ecofeminism_Women_Nature_and_Hierarchies)

Pachón, M. 2009. *Colombia 2008: Éxitos, peligros y desaciertos de la política de seguridad democrática de la administración de Uribe*. Revista de Ciencia Política, vol 29, nº2. Santiago, Chile. Acedido a 20 novembro 2020, disponível em:

[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2009000200005](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2009000200005)

Paterson, M. 2005. *Green Politics*. In Theories of International Relations. Ed. Burchill, S. et al. pp. 235-258. New York: Palgrave MacMillan

Peña-Huertas, R.; Ruiz, E.; Parada, M.; Zuleta, S. e Álvarez, R. 2017. *Legal dispossession and civil war in Colombia*. Journal of Agrarian Change. 7 maio de 2017. Universidad del Rosario, Colombia

Pereira, J. C. 2013. *Segurança e Governança Climáticas: O Brasil na Cena Internacional*. Universidade Nova de Lisboa

Pereira, J. C. 2017. *The limitations of IR theory regarding the environment: lessons from the Anthropocene*. Revista Brasileira de Política Internacional, 60 (1): e018, 2017. Acedido a 20 maio 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/320694913\\_The\\_limitations\\_of\\_IR\\_theory\\_regarding\\_the\\_environment\\_lessons\\_from\\_the\\_Anthropocene](https://www.researchgate.net/publication/320694913_The_limitations_of_IR_theory_regarding_the_environment_lessons_from_the_Anthropocene)

Pereira, J. C. e Viola, E. 2018. *Catastrophic Climate Change and Forest Tipping Points: Blind Spots in International Politics and Policy*. Novembro 2018. Global Policy vol. 9, nº 4, p 513-524. Acedido a 30 junho 2020, disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1758-5899.12578>

Pereira, J. C. e Viola, E. 2020 (a). *Climate Multilateralism Within the United Nations Framework Convention on Climate Change*. Oxford Research Encyclopedia of Climate Science. Acedido a 10 dezembro 2020, disponível em:

<https://oxfordre.com/climatescience/view/10.1093/acrefore/9780190228620.001.0001/acrefore-9780190228620-e-639>

Pereira, J. C. e Viola, E. 2020 (b). *Close to a Tipping Point? The Amazon and the Challenge of Sustainable Development under Growing Climate Pressures*. Journal of

Latin American Studies 52 (3), pp. 467-494, agosto 2020. Acedido a 20 novembro, 2020, disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-latin-american-studies/article/close-to-a-tipping-point-the-amazon-and-the-challenge-of-sustainable-development-under-growing-climate-pressures/6F578D686A8B69448E7334E8F93EB2AF>

Pereira, J. C. e Viola, E. (forthcoming). *Climate Change and Biodiversity Governance in the Amazon: At the Edge of Ecological Collapse?* New York: Routledge

PNACC (Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático). *ABC: Adaptación Bases Conceptuales, Marco Conceptual y Lineamientos*. Departamento Nacional de Planeación, 2012. Bogotá, Colombia. Acedido a 18 de novembro 2020, disponível em:

[https://www.minambiente.gov.co/images/cambioclimatico/pdf/Plan\\_nacional\\_de\\_adaptacion/1.\\_Plan\\_Nacional\\_de\\_Adaptaci%C3%B3n\\_al\\_Cambio\\_Clim%C3%A1tico.pdf](https://www.minambiente.gov.co/images/cambioclimatico/pdf/Plan_nacional_de_adaptacion/1._Plan_Nacional_de_Adaptaci%C3%B3n_al_Cambio_Clim%C3%A1tico.pdf)

Régimen Legal de Bogotá D.C. Secretaría Jurídica Distrital de la Alcaldía Mayor de Bogotá D.C. Decreto 2811 de 1974 Nivel Nacional. Diario Oficial No. 34243. Acedido a 16 de novembro 2020, disponível em:

<https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=1551>

Richter, S. e Wolff, J. 2018. *Colombia under the Duque Government: Policy Options to strengthen the peace process*. Peace Research Institute Frankfurt. Acedido a 10 novembro 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/328477678\\_Colombia\\_under\\_the\\_Duque\\_Government\\_Policy\\_options\\_to\\_strengthen\\_the\\_peace\\_process](https://www.researchgate.net/publication/328477678_Colombia_under_the_Duque_Government_Policy_options_to_strengthen_the_peace_process)

Ritchie, H. e Roser, M. 2017. *CO2 and Greenhouse Gas Emissions*. Our World in Data, maio 2017. Acedido a 7 outubro 2020, disponível em:

<https://ourworldindata.org/co2-and-other-greenhouse-gas-emissions#global-warming-to-date>

Rodríguez-Raga, J. 2017. *Colombia: País del ano 2016*. Revista de Ciencia Política, vol. 37, nº2. Santiago, Chile. Acedido a 9 setembro 2020, disponível em:

[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2017000200335](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2017000200335)

Rowlands, I. 1995. *The Climate Change Negotiations: Berlin and Beyond*. The Journal of Environment & Development 4(2):145-163. Julho, 1995. Acedido a 8 maio 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/249697605\\_The\\_Climate\\_Change\\_Negotiations\\_Berlin\\_and\\_Beyond](https://www.researchgate.net/publication/249697605_The_Climate_Change_Negotiations_Berlin_and_Beyond)

Rowlands, I. 2001. *Classical Theories of International Relations*. In Luterbacher, U. e Sprinz, D.F. 2001. *International Relations and Global Climate Change*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts

Safransky, S. e Wolford, W. 2011. “*Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas*”. International Conference on Global Land Grabbing. Universidade de Sussex, 6 a 8 de abril de 2011. Acedido a 20 setembro 2020, disponível em:

[https://www.future-agricultures.org/wp-content/uploads/pdf-archive/Safransky\\_Wolford.pdf](https://www.future-agricultures.org/wp-content/uploads/pdf-archive/Safransky_Wolford.pdf)

Sauer, S. e Borras, S. 2016. *Land Grabbing e Green Grabbing: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras*. Campo Território: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42. Acedido a 20 setembro 2020, disponível em:



['LAND GRABBING' E 'GREEN GRABBING' Uma leitura da 'corrida na producao academica' sobre a apropriacao global de terras](https://www.researchgate.net/publication/308265152)

Shue, H. 1999. *Global Environment and International Inequality*. Julho de 1999. *International Affairs* 75(3):531-545. Acedido a 8 maio 2020, disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/246327954> *Global Environment and International Inequality*

Singer, P. 2016. *One World Now: The Ethics of Globalization*. New Haven: Yale University Press

Smith, S. 2017. Feminism. In McGlinchey, S., Walters, R. e Scheinpflug, C. 2017. *International Relations Theory*. E-International Relations. Bristol

Sprinz, D. e Vaahtoranta, T. 1994. *The Interest-Based Explanation of International Environmental Policy*. *International Organization* 48 (1): 77-105. Acedido a 20 junho, 2020, disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/interestbased-explanation-of-international-environmental-policy/6DC9CDAC3C5E331F2E6BA13826CA171E>

Sterling-Folker, J. 2013. Neoliberalism. In Dunne, T., Kurki, M. e Smith, S. 2013. *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. 3ª edição. Oxford, Oxford University Press

Streck, C., D. Conway, J.P. Castro and T. Varns. 2015. *The impacts of international REDD+ finance - Colombia case study*. Climate and Land Use Alliance. Acedido a 30 novembro 2020, disponível em:

[https://climatefocus.com/sites/default/files/Impacts\\_of\\_International\\_REDD\\_Finance\\_Case\\_Study\\_Colombia.pdf](https://climatefocus.com/sites/default/files/Impacts_of_International_REDD_Finance_Case_Study_Colombia.pdf)

Stripple, J. e Stephan, H. 2013. Global Governance. In R. Falkner. 2013. *The Handbook of Global Climate and Environment Policy*. John Wiley & Sons, Ltd

UCAR, University Corporation for Atmospheric Research. 2012. *Carbon Dioxide Absorbs and Re-emits Infrared Radiation*. Center for Science Education. Acedido a 3 outubro 2020, disponível em:

<https://scied.ucar.edu/carbon-dioxide-absorbs-and-re-emits-infrared-radiation>

United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean [UNECLAC]. 2002. *El conglomerado del azúcar del Valle del Cauca, Colombia*. Serie Desarrollo productivo. Santiago de Chile: UN. Acedido a 2 junho 2020, disponível em:

[https://nanopdf.com/download/s0212973es-pdf-2077-kb\\_pdf](https://nanopdf.com/download/s0212973es-pdf-2077-kb_pdf)

Vélez-Torres, I., Varela, D., Medina, V. e Hurtado, D. 2019. *Beyond property: Rural politics and land-use change in the Colombian sugarcane landscape*. Journal of Agrarian Change, outubro 2019, pág: 690-710. Acedido a 20 maio 2020, disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joac.12332>

Victor, D. G. 2011. *Global Warming Gridlock: Creating More Effective Strategies for Protecting the Planet*. Nova Iorque. Cambridge University Press

Visión Amazonía. 2017. *What we do and what we don't?*. Bogotá, Colombia. Acedido a 20 dezembro 2020, disponível em:

<https://visionamazonia.minambiente.gov.co/en/what-we-do-and-what-we-dont/>

Volckhausen, T. 2019. *Land grabbing, cattle ranching ravage Colombian Amazon after FARC demobilization*. Mongabay Series: Forest Trackers, 30 de maio de 2019. Acedido a 2 junho 2020, disponível em:

<https://news.mongabay.com/2019/05/land-grabbing-cattle-ranching-ravage-colombian-amazon-after-farc-demobilization/>

Weisse, M. e Lyons, K. 2018. *Places to Watch: 3 Hotspots for Forest Clearing Right Now*. Global Forest Watch. 19 e junho, 2018. Acedido a 20 maio 2020, disponível em:

<https://blog.globalforestwatch.org/places-to-watch/places-to-watch-june-2018/>

White, B., Borras, S., Hall, R., Scoones, I. e Wolford, W. 2012. “*The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals*”. Journal of Peasant Studies, vol. 39, nº. 3-4. Acedido a 27 abril 2020, disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/233301302\\_The\\_New\\_Enclosures\\_Critical\\_Perspectives\\_on\\_Corporate\\_Land\\_Deals](https://www.researchgate.net/publication/233301302_The_New_Enclosures_Critical_Perspectives_on_Corporate_Land_Deals)

World Peace Foundation. 2016. *Colombia: La Violencia*. In *Mass Atrocity Endings*. dezembro de 2016. Acedido a 8 maio 2020, disponível em:

<https://sites.tufts.edu/atrocityendings/2016/12/14/colombia-la-violencia-2/#Notes>

Zurlini, G. e Muller, F., 2008. *Environmental Security*. In Systems Ecology, Vol. 2, Encyclopedia of Ecology. pp. [1350-1356] Oxford: Elsevier